

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**MAURÍCIO RESENDE**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**  
**DERIVAÇÃO REGRESSIVA E CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES:**  
**UM ESTUDO SOBRE ASPECTO LEXICAL**

**Curitiba**

**2016**

**MAURÍCIO RESENDE**

**DERIVAÇÃO REGRESSIVA E CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES:  
UM ESTUDO SOBRE ASPECTO LEXICAL**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Cristina Figueiredo Silva

**Curitiba**

**2016**

Catálogo na publicação  
Mariluci Zanela – CRB 9/1233  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Resende, Maurício

Derivação regressiva e construções com verbos leves: um estudo sobre  
aspecto lexical / Maurício Resende – Curitiba, 2016.  
124 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva  
Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.


1. Linguística – Lexicologia. 2. Categorização (Linguística). 3.  
Gramática comparada e geral – Verbo. 4. Gramática comparada e geral -  
Nominais. I.Título.


CDD 410



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ata septingentésima vigésima quinta, referente à sessão pública de defesa de dissertação para a obtenção de título de mestre a que se submeteu o mestrando **MAURÍCIO SARTORI RESENDE**. No dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sala 1013, 10.º andar, no Edifício Dom Pedro I, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelas seguintes Professoras Doutoras: **MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA**, Presidente, **ANA PAULA SCHER** e **TERESA CRISTINA WACHOWICZ**, designadas pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada: “**DERIVAÇÃO REGRESSIVA E CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES: UM ESTUDO SOBRE ASPECTO LEXICAL**”, apresentada por **MAURÍCIO SARTORI RESENDE**. A sessão teve início com a apresentação oral do mestrando sobre o estudo desenvolvido. Logo após a senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada uma das Examinadoras para as suas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora **MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA** retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADO** o candidato, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**, devendo encaminhar à Coordenação em até 60 dias a versão final da dissertação. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Feita em Curitiba, no dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis.

  
Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Figueiredo Silva

  
Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Scher

  
Dr.<sup>a</sup> Teresa Cristina Wachowicz

  
Maurício Sartori Resende



## PARECER

Defesa de dissertação do mestrando MAURÍCIO SARTORI RESENDE para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

As abaixo assinadas MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA, ANA PAULA SCHER e TERESA CRISTINA WACHOWICZ arguíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação:

“DERIVAÇÃO REGRESSIVA E CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES: UM ESTUDO SOBRE ASPECTO LEXICAL”

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA		Aprovado
ANA PAULA SCHER		Aprovado
TERESA CRISTINA WACHOWICZ		Apr.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2016.

Patrícia da Silva Cardoso  
Coordenadora

*À minha mãe*

*À minha irmã*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por permitir a conclusão de mais uma etapa da minha carreira que, ainda que encerrada, abrirá caminhos com degraus mais altos da trajetória acadêmica, mas também possibilitará o vislumbre de novos desafios e novas oportunidades.

À minha mãe, Lilyane, e ao meu pai, Paulo, por serem meus pais; sou grato a eles por seu amor, por seu apoio e por seu investimento; por toda a credibilidade e confiança que depositaram em mim e nas minhas escolhas.

À minha irmã Débora, por estar sempre presente na minha vida, participando dos seus melhores e piores momentos; agradeço a ela também por me entender e, principalmente, por me apoiar.

À minha avó Leonida, por ser amorosa, atenciosa e dedicada; por manifestar sempre o desejo de participar da minha vida e da minha carreira.

À minha orientadora, Maria Cristina Figueiredo Silva, pela seriedade e competência com que orientou a trajetória do meu Mestrado; por ter acreditado em mim e no meu trabalho; por sua paciência e dedicação; agradeço a ela também por suas aulas, discussões, leituras e orientações, que foram vitais para meu amadurecimento acadêmico e para minha melhor compreensão da carreira de pesquisador científico.

À minha banca de defesa, Ana Paula Scher e Tereza Cristina Wachowicz, por terem aceitado participar da discussão final desta etapa da pesquisa; por todas as contribuições, sugestões, comentários e questionamentos que enriqueceram meu trabalho, me ensinaram, e também apontaram direções para a continuidade e aprofundamento do meu estudo.

À minha banca de qualificação, Renato Miguel Basso, por suas aulas, por sua leitura atenciosa do meu trabalho e por todas as suas contribuições e sugestões que se tornaram imprescindíveis para o rumo que este trabalho tomou, bem como para sua finalização; e Patrícia de Araújo Rodrigues, por suas aulas e por todos os comentários que enriqueceram o meu texto e ajudaram a lapidar a forma final desta dissertação.

À Maria José Foltran, por sua atenção, por suas aulas, por suas sugestões e contribuições no meu projeto de dissertação, apresentado no Fórum de Produção Discente, as quais apontaram novas direções para minha pesquisa.

A todos os professores da UFPR que contribuíram para a excelência da minha formação e para o meu amadurecimento acadêmico e intelectual. Agradeço, assim, especialmente à Roberta Pires de Oliveira, à Adelaide Hercília Pescatori Silva e ao Maximiliano Guimarães, por suas excelentes aulas e por todo crescimento e conhecimento a que tive acesso por intermédio deles.

À Vanessa e à Jéssica, por terem tornado “perto” e “longe” pontos de vista; por seu apoio, por sua amizade, pelos telefonemas; por suas visitas e, igualmente, por terem me recebido em suas casas sempre de portas e braços abertos.

À Beatriz por ter estado presente em momentos importantes e decisivos dessa minha jornada; pelas conversas e por sua prestatividade; agradeço também a ela por ter sido amiga, e por ter dado inúmeras sugestões e contribuições para o meu trabalho.

À Camila, por ter se tornado grande interlocutora do meu percurso acadêmico; por sua amizade, por sua confiança e por, desde nossa tenra infância, me ajudar a lidar com as pedras que aparecem no meu caminho.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

*Bis uincit qui se uincit*

Publío Siro

## RESUMO

Esta dissertação investiga a caracterização morfológica da assim chamada derivação regressiva e sua relação com outros processos de nominalização. Além disso, esta pesquisa examina se as propriedades de aspecto lexical são preservadas quando um verbo se transforma em um nome por meio de uma derivação por sufixação zero e também quando essa forma nominalizada aparece em uma construção com verbo leve. Adicionalmente este estudo checa se o tipo de verbo leve e o tipo de determinante empregados nas construções com verbos leves provocam mudanças nas propriedades acionais do predicado. Quanto ao emprego do determinante, este trabalho verifica se existe relação entre telicidade verbal e qualidade massa/contável dos nomes deverbais. Finalmente, este estudo examina qual a influência do aspecto gramatical sobre o lexical em uma dada predicação verbal. Assim sendo, esta dissertação mostra que a sufixação zero é a operação morfológica que melhor explica a formação de nomes como *fala*, *ataque* e *grito*, e que mais ganha em generalização e predição. Quanto à qualidade massa/contável dos nomes deverbais, existe uma relação entre predicados télicos e nomes contáveis, e predicados atélicos e nomes de massa. No que tange ao aspecto lexical, este estudo mostra que os predicados não sofrem mudanças de acionalidade quando submetidos à nominalização (por sufixação zero); no entanto, quando aparecem em construções com verbos leves, nomes deverbais de atividade semelfactiva transformam-se em *achievements*, e nominalizações *achievement* passam a descrever *accomplishments*. Em síntese, concluiu-se que a caracterização aspectual final da predicação verbal depende do aspecto lexical do verbo, da morfologia flexional verbal (aspecto gramatical) e também do tipo de determinante empregado.

**Palavras-chave:** Derivação regressiva. Nominalização. Aspecto lexical. Qualidade massa/cotável. Construção com verbo leve. Aspecto gramatical.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the morphological characterization of the so-called backward formation and its relation to other processes of nominalization. Moreover, this research investigates whether the lexical aspect properties are preserved when a verb becomes a noun through a zero suffixation and when it appears in a light verb construction. In addition, this study checks if the light verb and the determiner in the light verb constructions make changes on the Aktionsart properties of the predicate. In relation to the determiner, this work verifies if there is a relation between verbal telicity and mass/count quality of the deverbal nouns. Finally, this study investigates what is the influence of the grammatical aspect over the lexical aspect to a given verbal predication. Thus, from these goals, this dissertation shows that the zero suffixation is the best morphological process to account for the formation of nouns, such as *fala* (speak), *ataque* (attack) and *grito* (scream), and to predict the biggest number of generalizations as well. About the mass/count quality in deverbal nouns, one explains that there is a relation between telic predicates and count nouns, and between atelic predicates and mass nouns. As regards lexical aspect, this study shows that the predicates do not present Aktionsart changes when they undergo nominalization (by zero suffixation); however, when they are submitted to light verb constructions, semelfactive activity deverbal nouns become achievements, and achievement nominalizations change into accomplishments. In short, one concludes that the final aspectual characterization of a verbal predication depends on the verbal lexical aspect, on the verbal inflected morphology (grammatical aspect) and on the type of the employed determiner.

**Keywords:** Backward formation. Nominalization. Aktionsart. Mass/count quality. Light verb constructions. Verbal aspect.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1: propriedades intrínsecas às classes acionais.....</b>	<b>45</b>
<b>Tabela 2: testes para o diagnóstico de uma classe acional .....</b>	<b>55</b>
<b>Tabela 3: classificação dos predicados a partir de suas formas .....</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 4: influência do tipo de determinante sobre a classe acional .....</b>	<b>89</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. DERIVAÇÃO REGRESSIVA.....</b>	<b>20</b>
1.1. DERIVAÇÃO REGRESSIVA COMO NOMINALIZAÇÃO.....	20
1.2. DERIVAÇÃO REGRESSIVA COMO ADIÇÃO DE DESINÊNCIA.....	27
1.3. DERIVAÇÃO REGRESSIVA COMO ADIÇÃO DE VOGAL TEMÁTICA.....	29
1.4. DERIVAÇÃO REGRESSIVA COMO SUFIXAÇÃO ZERO.....	31
1.5. DERIVAÇÃO REGRESSIVA E AS FORMAS NOMINAIS DO VERBO.....	36
1.6. SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	41
<b>2. ASPECTO LEXICAL.....</b>	<b>43</b>
2.1. ASPECTO LEXICAL E VERBOS PLENOS.....	45
2.1.1. Estados.....	47
2.1.2. Atividades.....	49
2.1.3. <i>Accomplishments</i> .....	51
2.1.4. <i>Achievements</i> .....	52
2.2. ASPECTO LEXICAL E NOMINALIZAÇÕES.....	55
2.2.1. Nominalizações de verbos de estado.....	57
2.2.2. Nominalizações de verbos de atividade e de <i>accomplishment</i> .....	59
2.2.3. Nominalizações de verbos de <i>achievement</i> .....	62
2.3. ASPECTO LEXICAL E CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES.....	63
2.3.1. Construções com nominalizações estativas.....	68
2.3.2. Construções com nominalizações de atividade.....	70
2.3.3. Construções com nominalizações <i>accomplishment</i> .....	74
2.3.4. Construções com nominalizações <i>achievement</i> .....	75
2.4. ASPECTO LEXICAL E O PAPEL DO VERBO LEVE.....	77
2.5. SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	78
<b>3. DETERMINANTES.....</b>	<b>81</b>
3.1. DETERMINANTES E CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES.....	81
3.1.1. Predicados com determinante singular.....	82
3.1.2. Predicados com determinante plural.....	85
3.1.3. Predicados sem determinante.....	87
3.2. DETERMINANTES E A QUALIDADE MASSA/CONTÁVEL.....	89

3.3. DETERMINANTES E NOMES ABSTRATOS .....	96
3.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO .....	101
<b>4. ASPECTO GRAMATICAL .....</b>	<b>102</b>
4.1. ASPECTO GRAMATICAL E VERBOS PLENOS .....	104
<b>4.1.1. Formas verbais perfectivas .....</b>	<b>105</b>
<b>4.1.2. Formas verbais imperfectivas .....</b>	<b>107</b>
4.2. ASPECTO GRAMATICAL E CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES ...	113
4.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO .....	116
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>121</b>

## INTRODUÇÃO

Tradicionalmente<sup>1</sup> o fenômeno da nominalização tem sido tratado com aquele responsável por transformar verbos em nomes<sup>2</sup>; assim sendo, uma teoria coerente acerca desse fenômeno tem que ser capaz de explicar as relações fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas entre verbos e nomes, que subjazem aos diferentes processos de que as línguas dispõem para essas transformações.

Dado um par verbo/nome, a caracterização tradicional do fenômeno da nominalização<sup>3</sup> pressupõe uma direção para o processo, qual seja, a de que verbos são derivantes<sup>4</sup> dos nomes; contudo, intuitivamente, diante de um par como [mosca]<sub>N</sub>/[mosquear]<sub>V</sub>, afirma-se que foi o nome que deu origem ao verbo e não o contrário. Logo, um estudo sobre nominalizações nessa perspectiva tem que lidar irremediavelmente com o problema morfológico da direcionalidade de formação.

Esse problema diz respeito, em última análise, à falta de critérios claros para decidir se, dado um par verbo/nome, se está diante de um processo em que o nome forma o verbo ou de uma operação pela qual o verbo forma o nome. Naturalmente diante de um par como [formar]<sub>V</sub>/[formação]<sub>N</sub>, a direção do processo é transparente; entretanto, em casos como [jantar]<sub>V</sub>/[jantar]<sub>N</sub> e [atrasar]<sub>V</sub>/[atraso]<sub>N</sub> a direção da formação é muito menos evidente.

Além de aspectos morfológicos que subjazem a esse fenômeno, do ponto de vista da Fonologia, uma característica que concerne à nominalização diz respeito à mudança de acento na formação de alguns nomes, tais como [dúvida]<sub>N</sub> de [duvidar]<sub>V</sub>. Quanto ao aspecto sintático, um tópico possível de análise é o da preservação ou alteração da grade argumental de um verbo quando este se transforma em um nome, bem como suas propriedades de seleção categorial, o que pode ser observado em *gostar de alguma coisa/ter gosto por alguma coisa*.

No que tange à Semântica, uma pesquisa sobre nominalização pode tratar de propriedades de significado, sobretudo lexical, que se modificam ou se mantêm constantes na transformação de um verbo em um nome, tais como a iteratividade, que pode ser ilustrada pelo par [farejar]<sub>V</sub>/[farejo]<sub>N</sub>.

---

<sup>1</sup> O termo “tradicional” está sendo empregado para se referir aos trabalhos inscritos na abordagem prescritiva da tradição gramatical, tanto de gramáticas normativas quanto de manuais escolares.

<sup>2</sup> Na bibliografia tradicional o termo empregado é “substantivo”.

<sup>3</sup> Cf. Basílio (1980) para uma caracterização alternativa deste conceito.

<sup>4</sup> Ou seja, primitivos em relação aos nomes.

No âmbito da Morfologia, linguistas e gramáticos a rigor reconhecem três processos morfológicos distintos no que toca à nominalização no português; utilizando a nomenclatura da tradição, são eles: a derivação sufixal (sufixação), como em pares [realizar]<sub>V</sub>/[realização]<sub>N</sub>; a derivação imprópria (sufixação zero ou conversão morfológica<sup>5</sup>), como em [andar]<sub>V</sub>/[andar]<sub>N</sub> e a derivação regressiva, vista em [cortar]<sub>V</sub>/[corte]<sub>N</sub>. Este estudo, contudo, se detém somente na investigação das propriedades subjacentes à assim chamada derivação regressiva.

Esse processo de formação de palavras, talvez seja, para o português, aquele que apresenta maior número de controvérsias na literatura linguística no que tange à sua caracterização. Primeiramente porque não há um consenso a respeito da natureza desse fenômeno, isto é, não é consenso que o que ocorre é, de fato, uma regressão. Em segundo lugar, porque o que alguns autores chamam de derivação regressiva contempla às vezes mais de uma operação morfológica formadora de palavras.

Outro problema subjacente à caracterização desse fenômeno é o de que seu estudo *lato sensu* pode remeter a abordagens diacrônicas, como ocorre em grande parte das gramáticas normativas e manuais escolares, o que é metodologicamente indesejável. Além disso, uma pesquisa sobre o fenômeno da derivação regressiva tem que lidar inevitavelmente, como já mencionado, com o problema da direcionalidade de formação.

Uma consequência direta da determinação da direcionalidade de formação é a possibilidade de separação entre nomes morfolologicamente básicos – aqueles que não possuem sufixos derivacionais e só apresentam uma leitura nominal – e nomes deverbais – aqueles que possuem algum tipo de recurso derivacional e carregam, pelo menos, uma leitura verbal. Além disso, a construção de critérios que possibilitam separar nomes deverbais de nomes morfolologicamente básicos formadores de verbos denominais determina se essa separação é, de fato, relevante.

Dado esse panorama, este trabalho primeiramente se detém na apreensão das propriedades linguísticas (sobretudo fonológicas, morfológicas e semânticas) que subjazem ao processo de nominalização conhecido como derivação regressiva, para então, poder examinar determinadas propriedades semânticas verbais da transformação desse verbo em um nome. Este estudo examina três propriedades semânticas subjacentes

---

<sup>5</sup> Spencer (1991) esclarece que esses termos não são sinônimos, pois vêm de abordagens de Morfologia distintas. “Conversão” considera o morfema como um processo, embora não fonológico, em que um verbo se transforma em nome, como uma reetiquetagem no léxico. Por outro lado, “sufixação zero” toma o morfema como “coisa” e diz respeito a um sufixo, fonologicamente nulo, que é adjungido a um verbo para formar um nome, por exemplo.

a pares verbo/nome, a saber, a de aspecto lexical, a de aspecto gramatical e a da qualidade massa/contável.

A respeito dessas propriedades, mais especificamente, esta pesquisa checa se o aspecto lexical de um verbo como, por exemplo, *conversar* se preserva na sua forma nominal derivada, *conversa*, e, posteriormente, se o emprego de *conversa* como objeto de um verbo leve em construções do tipo *ter uma conversa* traz consequências para a acionalidade<sup>6</sup> da predicação verbal em questão.

No que toca ao aspecto gramatical, este trabalho verifica se as informações lexicais de aspecto sofrem algum tipo de variação a depender da morfologia flexional com a qual a predicação verbal aparece, isto é, se a acionalidade de *conversar* sofre modificações quando ela é expressa por meio do aspecto perfectivo como em *conversou* ou do aspecto imperfectivo como em *está conversando*. Além disso, este trabalho também se detém nessa relação no caso de construções com verbos leves que empregam um nome deverbal regressivo; um exemplo disso é o par *teve uma conversa/está tendo uma conversa*.

Adicionalmente, no que concerne às construções com verbos leves, este estudo discute qual é o papel que o verbo leve tem na caracterização da classe acional de um predicado, isto é, se *ter* em *ter desejo* ou em *ter uma conversa* desencadeia mudanças nas propriedades semânticas analisadas, bem como qual é a influência que o determinante e a morfologia de plural têm para essas mesmas propriedades (como as diferenças semânticas que norteiam as diferenças sintáticas entre os predicados *dar beijo/dar beijos/dar um beijo/dar o beijo*).

Finalmente, no que respeita à qualidade massa/contável dos nomes, este estudo checa qual é a relação entre a telicidade de um nome deverbal e a sua qualidade massa/contável; por exemplo, como se relacionam a telicidade de um nome deverbal como *chute* e a sua característica semântica de nome contável que provoca restrições (ou motivações) sintáticas, tais como um sintagma como *um chute* bem formado e, por outro lado, *\*um conforto*, mal formado.

Sendo assim, visando a esses objetivos, este trabalho está dividido da seguinte maneira: o capítulo 1 dedica-se à delimitação do fenômeno morfológico do que tradicionalmente se conhece por derivação regressiva, levando em consideração problemas que emergem do rótulo que o nomeia, tais como abrangência do termo,

---

<sup>6</sup> “Acionalidade” aparece como tradução para o termo alemão “*Aktionsart*”, muito recorrente na literatura, e está sendo empregado como sinônimo de “aspecto lexical”.

direcionalidade de formação e consequências teórico-metodológicas de abordagens diacrônicas do fenômeno.

Mais especificamente, em 1.1, discorre-se sobre os critérios de caracterização e delimitação do processo que transforma verbos em nomes sem sufixo com conteúdo fonológico; as seções 1.2, 1.3 e 1.4 discutem as propostas encontradas na literatura a respeito de qual é a operação morfológica subjacente à formação dos tradicionais derivados regressivos. Em 1.5, examinam-se quais as diferenças e semelhanças entre os tipos de nome deverbal que são formados sem sufixo fonológico, tais como *busca*, *ataque*, *grito* e também *jantar*, *orientando*, *cuidado*. Finalmente em 1.6, há um resumo do capítulo.

O capítulo 2 se detém nas discussões a respeito do aspecto lexical e de quais são os testes linguísticos que asseguram a inclusão de uma dada predicação verbal em uma classe acional em detrimento de outra, independentemente de como essa predicação verbal aparece expressa: quer por um verbo pleno (*buscar*), quer por uma forma nominal (*busca*) ou ainda por uma construção que empregue um verbo leve e um nome deverbal (*fazer uma busca*). Adicionalmente, esse capítulo discorre sobre as propriedades que norteiam as construções com verbos leves, tanto semânticas quanto morfossintáticas.

Assim, 2.1 traz uma discussão sobre o que é, de fato, aspecto lexical e quais são os testes linguísticos para que seja possível reconhecer as propriedades dos diferentes tipos de aspecto lexical nas predicções verbais expressas por verbos plenos; em 2.2, aborda-se a questão do aspecto lexical nas nominalizações e testa-se se há ou não variação com relação aos verbos dos quais esses nomes derivam.

Em 2.3, discorre-se sobre as propriedades linguísticas que subjazem à caracterização de uma construção com verbo leve que empregue um nome deverbal tal como *grito*, *ataque* etc. Em seguida, aborda-se o comportamento dessas construções no que toca à acionalidade. A seção 2.4 se detém especificamente no comportamento dos verbos leves no que toca à sua compatibilidade com determinada classe acional e, por fim, em 2.5, aparece uma síntese do capítulo.

O capítulo 3 discute o papel dos determinantes, em particular na sua influência para a caracterização aspectual de um predicado expresso por uma construção com verbo leve, observada na diferença entre *ter acesso* e *ter uma briga*. Discute também qual é a relação da presença/ausência do determinante com a qualidade massa/contável do nome deverbal.

Portanto, na primeira seção, verifica-se a influência do tipo de determinante e da morfologia de número na caracterização da acionalidade do predicado; 3.2 trata da

qualidade massa/contável dos nomes, sobretudo dos nomes deverbais e da sua relação com telicidade. Em 3.3, aprofunda-se a discussão a respeito da qualidade massa/contável dos nomes abstratos (principalmente dos deverbais) e sua (in)compatibilidade com determinantes e pluralização. À última seção, cabe sintetizar as ideias discutidas no capítulo.

O capítulo 4 discute o papel que o aspecto gramatical tem na preservação ou na variação da acionalidade de uma predicação verbal, bem como qual a sua relação com o aspecto lexical. Para tanto, em 4.1, apresentam-se algumas discussões a respeito desse fenômeno e mostra-se, para os verbos leves, como se dá a incidência do aspecto gramatical sobre o aspecto lexical. Por sua vez, em 4.2, é testado se as construções com verbos leves se comportam da mesma maneira que os verbos plenos no que toca a esse fenômeno e ainda, é discutido se o aspecto gramatical tem algum tipo de papel na formação de nomes deverbais.

A última seção do capítulo retoma as ideias discutidas e as principais conclusões a que se chegou. Finalmente, a Conclusão apresenta uma retomada dos fenômenos discutidos no trabalho visando a sintetizar e a relacionar as principais conclusões da pesquisa.

## 1. DERIVAÇÃO REGRESSIVA

### 1.1. DERIVAÇÃO REGRESSIVA COMO NOMINALIZAÇÃO

Cunhado para estabelecer contraste com a derivação progressiva, isto é, aquela que agrega um elemento ao item derivado, o termo “derivação regressiva” nomeia um processo em que a forma derivada é menor do que a forma derivante e, por isso, parece haver uma regressão na forma da palavra. Desse modo, essa caracterização levou alguns autores a contemplarem diferentes operações morfológicas sob o mesmo rótulo, motivados somente pela percepção de que o vocábulo derivante sofreu algum tipo de redução na sua forma, o que originou uma nova palavra.

Uma dessas operações formadoras de palavras novas que comumente recebe esse nome é aquela em que ocorre uma reanálise da estrutura interna da palavra, fazendo com que uma determinada parte dela seja reinterpretada e, então, substituída ou apagada (BASÍLIO, 1987; KHEDI, 1992; SANDMANN, 1992). Exemplos clássicos desse fenômeno na literatura são os nomes primitivos *sarampão* e *gajão* que, devido a uma reanálise de sua estrutura, tiveram sua terminação interpretada como aumentativo, o que derivou nomes como *sarampo* e *gajo* respectivamente. A esse fenômeno, Spencer (1991) chama de retroformação (*backward formation*)<sup>7</sup>.

Além desta, outra operação morfológica que alguns autores, entre eles Sandmann (1989), chamam de derivação regressiva<sup>8</sup> é aquela em que a palavra derivante sofre perda de conteúdo, algumas vezes fonológico (como em *delega* de *delegado*) e, outras, morfológico (como em *foto* de *fotografia* e *pós* de *pós-graduação*). Entretanto, esse último fenômeno está sendo entendido como abreviação (BASÍLIO, 1987; KHEDI, 1992) e aquele, como truncamento (ROCHA, 1998).

Pondo de lado esses casos<sup>9</sup>, o fenômeno morfológico que consensualmente tem aparecido na literatura como instância de derivação regressiva diz respeito ao processo que caracteriza a formação de um nome a partir de um verbo mediante retirada da terminação de infinitivo seguida do acréscimo de uma desinência nominal, obtendo um nome derivado, como no par [*cortar*]<sub>V</sub>/[*corte*]<sub>N</sub>.

---

<sup>7</sup> Contudo, vale a ressalva de que esse processo nem sempre gera nomes derivados reduzidos com relação a suas formas derivantes; às vezes, é o caso de se derivarem formas com o mesmo tamanho como *bebemorar* de *comemorar* ou ainda, maiores como *monoquíni* de *biquíni* e *boadrasta* de *madrasta*.

<sup>8</sup> Sandmann (1989) também a chama de “derivação subtrativa”.

<sup>9</sup> Ao mencionar os vários processos morfológicos que aparecem na literatura sob o rótulo de derivação regressiva, não se está se comprometendo com essas análises, mas é interessante mostrar que elas existem.

Todavia, ao atribuir a esses diferentes processos o nome de derivação regressiva, leva-se inevitavelmente a dois problemas, dependendo da abordagem em que a análise se inscreve. O primeiro deles, ao assumir uma perspectiva diacrônica, diz respeito à impossibilidade de se determinar com precisão, dado um par de palavras lexicalmente relacionadas, qual delas entrou primeiro na língua e, então, derivou a outra. Evidentemente, no caso de nomes formados pela adição de sufixos com conteúdo fonológico, é bastante claro que o verbo é a palavra derivante.

Naturalmente, uma análise etimológica consegue determinar para um certo conjunto de palavras qual delas é primitiva e qual é derivada. Porém, uma regressão histórica, além da desvantagem de não poder contemplar com precisão todas as palavras da língua sincronicamente, falha ao tentar depreender certas propriedades estritamente formais de determinadas palavras que independem de sua origem. E é na depreensão desse tipo de propriedade que reside o interesse deste estudo.

Por essa razão, este trabalho não recorre à etimologia ou a abordagens diacrônicas para a caracterização da derivação regressiva. A primeira consequência disso é a exclusão de palavras formadas por retroformação, por dois motivos: o primeiro é que ao considerar palavras como *monoquíni* e *boadrasta*, não faz sentido (por definição) falar em derivação regressiva, já que essas palavras constituem formas maiores (= não regressivas) em relação aos seus vocábulos derivantes; em segundo, porque, como explica Henriques (2007), no caso de exemplos clássicos como os pares *sarampão/sarampo* e *gajão/gajo*, só faz sentido tratar esses casos como derivação regressiva recorrendo a uma abordagem diacrônica; sincronicamente as palavras *sarampo* e *gajo* são as primitivas.

Quanto aos processos de abreviação e truncamento, por outro lado, diacrônica e sincronicamente são processos transparentes no sentido de que é bastante claro que *delega* derivou de *delegado* e *foto* de *fotografia*, por exemplo. De todo modo, no que tange às palavras formadas por esses dois processos, segundo Basílio (1987), não há perda do significado global de uma palavra para outra e elas, a rigor, podem ser usadas como sinônimas. Para a autora, o recurso de substituir uma parte da palavra pelo todo é, via de regra, por brevidade de expressão ou por informalidade.

Assim, a exclusão desses dois processos do escopo deste estudo tem duas motivações: a primeira é que, ao postular que as palavras são sinônimas, parte-se do pressuposto de que são mantidas as propriedades, pelo menos semânticas, da forma derivante para a derivada; a segunda é porque esses processos não são produtivos com

pares verbo/nome, logo, não há como depreender as características que este estudo pretende analisar.

O segundo problema que o termo “derivação regressiva” traz subjaz ao “Problema da direcionalidade de formação” (como ficou conhecido na literatura). Como já mencionado, ao renunciar a uma análise etimológica, a literatura linguística reconhece a carência de critérios consistentes para se determinar, dado um par de palavras, qual a derivante e qual a derivada, sobretudo, no caso de pares verbo/nome como [cantar]<sub>V</sub>/[canto]<sub>N</sub>. Essa questão da direção é importante para a determinação do fenômeno da derivação regressiva como um processo de nominalização.

Tradicionalmente “nominalização” tem se referido ao processo de transformação de um verbo em um nome, mas diante de um par como [cortar]<sub>V</sub>/[corte]<sub>N</sub> não é transparente se há uma nominalização via derivação regressiva ou se o processo em jogo cria um verbo a partir de um nome via derivação sufixal. As gramáticas normativas dispõem de um critério semântico para tentar estabelecer com qual operação se está lidando: se o nome denotar uma ação, deriva do verbo; se denotar um objeto ou uma substância, lhe é derivante.

Seguindo esse critério, com [falar]<sub>V</sub>/[fala]<sub>N</sub> está-se diante de uma derivação regressiva, mas com [arquivar]<sub>V</sub>/[arquivo]<sub>N</sub>, de uma derivação sufixal. Isso porque *fala* denota uma ação e *arquivo*, um objeto. Já se tornou lugar-comum nas pesquisas em Morfologia<sup>10</sup> mostrar inconsistências desse critério e os problemas que dele emergem, bem como listas de exemplos que escapam a essa caracterização semântica. Ainda assim, cabe tecer alguns comentários a respeito dessas inconsistências e, a partir delas, das questões que ficam em aberto.

A primeira inconsistência apontada na literatura diz respeito ao fato de que existem nomes deverbais que não denotam nem ação, nem objeto, nem substância, como é o caso de *demora* e *atraso*, por exemplo. Como aponta Lobato (1995), tal problema já era esperado uma vez que os próprios verbos que deram origem a esses nomes, *demorar* e *atrasar* respectivamente, não denotam ação, assim como muitos outros verbos da língua.

Além disso, denotar uma ação ou um objeto não é um critério consistente porque a maioria dos nomes deverbais possui tanto uma interpretação nominal (a de “substância”) quanto verbal (a de “ação”), usando termos tradicionais, como pode se observar nas sentenças (1a) e (1b). Em (1a), *almoço* tem interpretação nominal uma vez que a

---

<sup>10</sup> Cf. Basílio (1980), Gamarski (1988), Khedi (1992), Lobato (1995), Rocha (1998), entre outros.

denotação é a do “objeto”, da “substância” de que consiste a refeição; por outro lado, em (1b), *almoço* faz referência ao processo, à ação, ao evento de almoçar, tanto que é possível marcá-lo temporalmente – por meio do adjunto *às 11h* – como segue.

- (1) a) O almoço do João foi bife com batata frita (interpretação nominal).  
b) O almoço do João iniciou às 11h (interpretação verbal).

Uma vez que essa é uma propriedade geral da língua, Gamarski (1988) lança mão de outros critérios, morfológicos e semânticos (alguns dos quais são apresentados a seguir), que visam não somente garantir consistência para a determinação da direção do processo de formação de nomes deverbais (e/ou de verbos denominais), mas também possibilitar a previsibilidade do processo e explicar de que modo ele atua na produtividade lexical. O primeiro critério proposto pela autora é morfológico: existem determinados prefixos que só se combinam com bases verbais; então, o fato de aparecerem em nomes é uma evidência de que esses nomes derivaram de verbos. A coluna (2a) contém nomes que apresentam o prefixo *re-* (que indica repetição) e a (2b), nomes com o prefixo *des-* (indicando inversão).

- |                               |                            |
|-------------------------------|----------------------------|
| (2) a) [reenvio] <sub>N</sub> | b) [desconto] <sub>N</sub> |
| [reingresso] <sub>N</sub>     | [descarrego] <sub>N</sub>  |
| [reencontro] <sub>N</sub>     | [desembrulho] <sub>N</sub> |
| [reconquista] <sub>N</sub>    | [desmame] <sub>N</sub>     |

Nessas duas colunas, a ideia de repetição e inversão encontrada nos nomes é resultado da presença do prefixo, que foi adjungido ao vocábulo antes de sua passagem de verbo para nome. Uma evidência disso é a incompatibilidade desses prefixos com formas nominais morfológicamente básicas (ou primitivas), como se vê em (3).

- (3) [página]<sub>N</sub> → \*[repágina]<sub>N</sub>  
[endereço]<sub>N</sub> → \*[reendereço]<sub>N</sub>  
[motivo]<sub>N</sub> → \*[desmotivo]<sub>N</sub>  
[chave]<sub>N</sub> → \*[deschave]<sub>N</sub>

Entretanto, ao observar os exemplos em (4), é possível constatar que, embora esses prefixos não sejam compatíveis com nomes morfológicamente básicos, eles podem adjungir-se a verbos denominais e, posteriormente, aparecerem em suas respectivas formas deverbais, o que é visto nos exemplos que seguem.

- (4) [página]<sub>N</sub> → [paginar]<sub>V</sub> → [repaginar]<sub>V</sub> → [repaginação]<sub>N</sub>  
 [endereço]<sub>N</sub> → [endereçar]<sub>V</sub> → [reendereçar]<sub>V</sub> → [reendereçamento]<sub>N</sub>  
 [motivo]<sub>N</sub> → [motivar]<sub>V</sub> → [desmotivar]<sub>V</sub> → [desmotivação]<sub>N</sub>  
 [chave]<sub>N</sub> → [chavear]<sub>V</sub> → [deschavear]<sub>V</sub> → [deschaveamento]<sub>N</sub>

Além desse critério morfológico, Gamarski (1988) dispõe de outros critérios semânticos, que corroboram sua análise. Primeiramente a autora assume que determinadas propriedades semânticas dos verbos aparecem em seus nomes derivados, mas não em outros nomes lexicalmente relacionados. Por exemplo, nomes que denotam iteração derivam de verbos iterativos<sup>11</sup>, que, por seu turno, derivam de nomes morfológicamente básicos que não apresentam esse aspecto semântico. Assim, na coluna (5a), há os nomes morfológicamente básicos; em (5b), os verbos denominais correspondentes com sentido iterativo; na coluna (5c), nomes deverbais que mantêm o sentido de iteratividade.

- |                            |                           |                          |
|----------------------------|---------------------------|--------------------------|
| (5) a) [faro] <sub>N</sub> | b) [farejar] <sub>V</sub> | c) [farejo] <sub>N</sub> |
| [folha] <sub>N</sub>       | [folhear] <sub>V</sub>    | [folheio] <sub>N</sub>   |
| [festa] <sub>N</sub>       | [festejar] <sub>V</sub>   | [festejo] <sub>N</sub>   |
| [gota] <sub>N</sub>        | [gotejar] <sub>V</sub>    | [gotejo] <sub>N</sub>    |

Esses exemplos constituem outra evidência para apontar a direção no processo de formação dessas palavras. Os nomes morfológicamente básicos, como os da coluna (5a), não apresentam a interpretação verbal, apenas a nominal. Por outro lado, os nomes da coluna (5c) podem apresentar tanto uma interpretação verbal quanto nominal, como mostram as sentenças em (6).

- (6) a) O festejo do aniversário está marcado para sábado (interpretação nominal).

---

<sup>11</sup> A autora usa o termo “verbos frequentativos”.

b) O festejo<sup>12</sup> do aniversário durou a noite toda (interpretação verbal).

Gamarski (1988) estende esse critério semântico e propõe que nomes derivados regressivos são aqueles que compartilham propriedades semânticas dos verbos dos quais derivam. Por exemplo, no caso de verbos de ação, se a nominalização de um verbo X denotar *ato de X*, é de se esperar que o nome deverbal apresente, pelo menos, uma interpretação verbal, ainda que também seja possível conter, além desta, uma leitura nominal.

Para a apreensão da leitura verbal de um nome, a autora propõe o seguinte teste: dado o emprego de um nome deverbal de ação, se ele puder ser retomado por palavras como *ato*, *atitude*, *ação* etc., apresenta a leitura verbal e, por consequência, consiste de um derivado regressivo. A aplicação desse teste pode ser vista nas sentenças em (7).

- (7) a) O corte das mangas da camisa foi uma atitude infantil.  
b) O canto de Maria foi um ato de protesto frente ao barulho da multidão.  
c) O grito com os alunos durante a aula foi uma ação reprovada por todos.

Por outro lado, os nomes relacionados a verbos que não apresentarem leitura verbal (embora possam apresentar uma leitura nominal) são considerados nomes morfologicamente básicos (primitivos) e, portanto, formadores dos verbos denominais. Novamente trazendo à baila o teste proposto por Gamarski (1988), em pares verbo/nome como [*arquivar*]<sub>V</sub>/*[arquivo]*<sub>N</sub>, [*negociar*]<sub>V</sub>/*[negócio]*<sub>N</sub> e [*florear*]<sub>V</sub>/*[flor]*<sub>N</sub>, percebe-se que esses nomes contêm apenas a interpretação nominal, já que sua substituição por palavras que indicam *ato de X* gera agramaticalidade, como aponta (8).

- (8) a) \*O arquivo do processo foi um ato de negligência da justiça.  
b) \*O negócio com os bandidos foi uma ação desesperada.  
c) \*A flor na primavera é uma atitude bondosa da Mãe Natureza.

É interessante notar que, ao substituir os nomes em (8) por deverbais (sufixados ou não) apresentando uma leitura verbal, as sentenças tornam-se perfeitas, o que pode ser observado em (9).

---

<sup>12</sup> A sentença *A festa durou a noite toda* também é possível, mas nesta, não há a leitura de iteração.

- (9) a) O arquivamento do processo foi um ato de negligência da justiça.  
 b) A negociação com os bandidos foi uma ação desesperada.  
 c) O floreio na Primavera é uma atitude bondosa da Mãe Natureza.

Gamarski (1988) adota ainda outros critérios sintático-semânticos para a caracterização da derivação regressiva; no entanto, estes apresentados já constituem argumentação suficiente para indicar de maneira consistente a direção do processo de formação de palavras dado um par verbo/nome. A partir deles, é condição necessária a um nome derivado regressivo conter, pelo menos, uma leitura verbal (ainda que possa ter também uma leitura nominal). Nota-se que esse tratamento proposto por Gamarski prescinde do critério semântico, inconsistente, adotado pela tradição gramatical.

O estudo de Henriques (2007) e o trabalho de Gamarski (1988) convergem em propor que é condição necessária ao nome derivado regressivo apresentar uma interpretação verbal, abstrata. Todavia, para o autor, o deverbal regressivo tem apenas a interpretação abstrata; sempre que o nome tiver uma interpretação concreta (de instrumento, por exemplo) trata-se de um nome primitivo. Então, para Henriques (2007), a relação entre o verbo *apitar* e seu nomes correspondentes seria como no esquema em (10).

- (10) [*apito*]<sub>Nome primitivo</sub>  
       [*apitar*]<sub>Verbo</sub>  
       [*apito*]<sub>Nome derivado regressivo</sub>

A proposta do autor falha em dois pontos principais. O primeiro diz respeito à baixa economia teórica ao propor que existem dois nomes não sufixados relacionados a um mesmo verbo, sendo que esses dois nomes apresentam a mesma forma fonológica, ainda que ela não corresponda a um padrão geral e previsível do português, isto é, não há motivação para o nome primitivo formador do verbo possuir a mesma forma que o derivado regressivo desse mesmo verbo em alguns casos, mas não necessariamente em outros, como mostram as colunas em (5).

Além disso, o segundo equívoco da proposta de Henriques (2007) é o de que a dualidade de interpretação (verbal/nominal) de um nome deverbal não é exclusiva de nomes derivados regressivos. Essa parece ser uma propriedade geral das nominalizações,

o que Basso (2009) chama de “ambiguidade processo/produto”, como mostram os exemplos em (11), com um nome sufixal em *-ção*, cujo processo de formação é evidentemente deverbal.

(11) a) Eis a mais bela construção desta rua (leitura nominal).

b) A construção desse prédio durou mais de três anos (leitura verbal).

Assim, quanto a *[apitar]<sub>V</sub>/[apito]<sub>N</sub>*, entende-se que o nome é deverbal e que apresenta tanto a leitura verbal (do ato de apitar) quanto a nominal (de instrumento). Por fim, de todo modo, além de uma delimitação mais clara do que, de fato, é a derivação regressiva, os resultados do estudo de Gamarski mostram que algumas propriedades semânticas dos verbos – como a iteração – mantêm-se no processo de nominalização. Indo nessa direção, como já mencionado, um dos objetivos desta pesquisa é checar se outras propriedades semânticas, como a acionalidade, são igualmente mantidas quando esses verbos se transformam em nomes.

De qualquer forma, ainda que tenham sido delimitados, do ponto de vista semântico, os critérios para indicar a direção do processo de formação, falta esclarecer, do ponto de vista morfológico, como se dá esse processo<sup>13</sup>. Então, nas seções que seguem são discutidas algumas hipóteses e, posteriormente, justificada a escolha por uma delas.

## 1.2. DERIVAÇÃO REGRESSIVA COMO ADIÇÃO DE DESINÊNCIA

Como já mencionado, as Gramáticas Tradicionais dispõem de um critério semântico para a separação de processos que transformam nomes morfológicamente básicos em verbos, via derivação sufixal, e que formam nomes a partir de verbos, pela derivação regressiva. No que tange a esse último, com relação ao processo morfológico, isto é, a operação que forma essas palavras, Cegalla (2008), diferentemente da maioria dos gramáticos (e dos linguistas), propõe que o que ocorre é a retirada da terminação

---

<sup>13</sup> Basílio (1980) defende, com base somente em critérios morfológicos, que, dado um par como *[vender]<sub>V</sub>/[venda]<sub>N</sub>*, a direção do processo de derivação é a de sempre o nome como morfológicamente básico, ou seja, primitivo, sob o argumento de que não é possível antecipar a vogal temática que aparece no nome (ao considerá-lo derivado), mas é possível prever a vogal temática que aparece no verbo (*-a*) ao supor que o nome seja derivante. Contudo, dada a existência de fenômenos morfológicos, como mostrado em (2), e semânticos, como observado em (5), que atribuem ao nome propriedades eminentemente verbais, não é plausível assumir, pelo menos nesses casos, que o verbo seja derivado do nome.

infinitiva do verbo seguida do acréscimo das desinências *-a*, *-e* ou *-o*, como no esquema representado em (12) para o verbo *falar*.

$$(12) [falar]_V - [-ar]_{DI} + [-a]_D \rightarrow [fala]_N$$

Nesse esquema, D é desinência e I é infinitivo. O autor define desinência como a terminação da palavra que indica sua flexão; no caso dos nomes, singular e plural; masculino e feminino. Essa postulação tem como consequência o fato de que, para Cegalla (2008), a terminação de um nome deverbal regressivo consiste na flexão de um nome na sua forma singular e/ou na forma masculina/feminina.

Os nomes derivados regressivos são femininos se terminados em *-a* e masculinos se terminados em *-o* ou em *-e*; no entanto, há evidências morfológicas na língua para tomar uma posição contrária à de Cegalla (2008) e assumir que a vogal final não é uma flexão de gênero, pois esse tipo de nome deverbal segue o padrão morfológico geral do português que prediz que nomes terminados em *-a* são femininos<sup>14</sup> e nomes que terminam em *-o* são masculinos<sup>15</sup>. Quanto aos nomes que terminam em *-e*, eles podem ser tanto masculino quanto femininos, embora, como afirmam também Bechara (2009) e Castilho (2010), no caso desse tipo de deverbal, eles são todos masculinos.

Contudo, esses padrões não dizem respeito à flexão de gênero, mas sim, à distribuição dos nomes em duas classes mórnicas distintas, as quais se reconhecem quando seus determinantes e adjetivos, via sintaxe, concordam com ele em gênero (e número). Camara Júnior (1970) esclarece a questão da marcação do gênero em português que é comumente mal interpretada pelos gramáticos e apresenta uma generalização que prescinde dos critérios tradicionais incoerentes. Para o autor, gênero é uma distribuição dos nomes em duas classes mórnicas (como as conjugações são para os verbos) e que não mantém relação com seu significado lexical. Todos os nomes, quer seus referentes denotem sexo quer não, são distribuídos nessas duas classes, do português, masculino e feminino, e essa distribuição não coincide com indicação de sexo.

---

<sup>14</sup> O qual apresenta exceções como *o problema*, *o cinema*, *o sistema*, *o programa*, *o planeta* etc.

<sup>15</sup> Do qual, uma exceção seria *a tribo*.

Para Camara Júnior (1970), a flexão de gênero é uma só, com pouquíssimos alomorfes, e ocorre apenas para distinguir certas qualidades semânticas, como distinção de sexo. Para os demais nomes, não se trata de flexão de gênero. Portanto, seguindo Camara Júnior (1970), a terminação dos nomes, como nos exemplos em (12) – ou mesmo para pares como *a custa/o custo* de *custar* e *a troca/o troco* de *trocar* – a vogal final não constitui uma desinência de gênero, já que, mesmo para os exemplos em que há formas nominalizadas masculinas e femininas para o mesmo verbo, não há flexão de gênero.

### 1.3. DERIVAÇÃO REGRESSIVA COMO ADIÇÃO DE VOGAL TEMÁTICA

A caracterização morfológica mais recorrente na literatura linguística acerca da derivação regressiva toma esse processo como a adição das vogais temáticas *-a*, *-e* e *-o*, ao radical do verbo. Para alguns gramáticos, como Luft (2002) e Cunha & Cintra (2007), esse processo consiste na retirada da desinência de infinitivo do verbo, restando seu radical, e posteriormente na adição das vogais temáticas, como ilustra (13) com o verbo *falar*, para obtenção de *fala*.

$$(13) [falar]_V - [-ar]_{DI} + [-a]_{VT} \rightarrow [fala]_N$$

Lobato (1995) refina a caracterização desse processo e propõe que a adição da vogal temática ao radical do verbo não seja mediante retirada direta da desinência de infinitivo, mas que ela se dê indiretamente. Para a autora, é o caso que, dado um verbo, por meio de uma Regra de Análise Estrutural<sup>16</sup> (doravante RAE<sup>17</sup>), obtenha-se o radical do verbo e é a esse radical que é adicionada uma vogal temática, formando um nome deverbal sem morfologia derivacional.

Na proposta de Lobato, o nome não é derivado (diretamente) do verbo, mas sim, ocorre o caso de que nomes e verbos provêm de um radical comum, o qual é depreendido através de uma RAE. Essa projeção a partir de um verbo garante ao nome a interpretação

---

<sup>16</sup> Também conhecida na literatura como Regra de Redundância Lexical.

<sup>17</sup> Basílio (1980).

verbal presente nos derivados regressivos (cf. § 1.2). Assim, para Lobato (1995), a relação entre [*criticar*]<sub>V</sub>/*[crítica]*<sub>N</sub> pode ser vista em (14).

(14) *critic* (agente, tema)

[[*critic*]*a*]<sub>r</sub><sub>V</sub>

[[*critic*]*a*]<sub>N</sub>

Para Lobato (1995), a hipótese de que nomes deverbiais regressivos e seus verbos correspondentes advêm de um radical comum tem duas vantagens principais: a primeira é refletir mais adequadamente o fato de que o nome não deriva diretamente do verbo, pois se assim fosse, seria de se esperar que a vogal temática do nome fosse a mesma vogal temática do verbo, o que não é verdade, como em [*atacar*]<sub>V</sub>/*[ataque]*<sub>N</sub>, [*fugir*]<sub>V</sub>/*[fuga]*<sub>N</sub>, [*gritar*]<sub>V</sub>/*[grito]*<sub>N</sub> etc. Para a autora, assim como para Gamarski (1988), a vogal temática do nome é imprevisível.

Uma segunda vantagem seria poder explicar a existência de substantivos derivados regressivos aos quais não existem verbos correspondentes na língua; os exemplos citados por Lobato (1995) são de *Grande Sertão Veredas* de Guimarães Rosa, tais como *alopro*, *ferreiro*, *avejo*, *careteja*, bem como *braseio*<sup>18</sup>. A formação desses nomes deverbiais regressivos vem da possibilidade de postular a existência de um verbo potencial na língua e projetar, a partir dele, o radical do qual se origina o nome regressivo. Assim, com esse radical, seria possível posteriormente formar o verbo correspondente.

No que toca à vogal temática, tradicionalmente ela tem sido caracterizada como a vogal à qual se adjungem as desinências flexionais – no caso dos nomes, de gênero e de número. Assim, assumindo que deverbiais regressivos não têm flexão de gênero – como mostrado na seção anterior, mas, por outro lado, podem apresentar desinência de número, uma análise morfológica possível para *gritos* pode ser vista em (15), em que R é radical, VT é vogal temática e DN, desinência de número.

---

<sup>18</sup> Exemplo de Henriques (2007).

(15) [[[grit-]<sub>R</sub> + -o]<sub>VT</sub> + -s]<sub>DN</sub>

Além disso, na literatura, a adição da vogal temática não diz respeito a um processo de derivação e, seguindo a tradição, ela se adjunge ao radical do verbo para que seja possível adicionar desinências flexionais. Mais especificamente, para autoras como Gamarski (1988) e Lobato (1995), a adição da vogal temática nominal só é necessária para respeitar restrições fonológicas e morfofonológicas do português, que predizem que um radical (geralmente terminado em consoante) não pode ocorrer como forma livre na língua, ainda que com uma interpretação nominal.

Disso segue a consequência de que a vogal temática nominal, no limite, só serve para adequar o radical do verbo a uma forma possível na língua, o que seria uma boa explicação para a sua imprevisibilidade, uma vez que, a princípio, não haveria motivações morfológicas ou fonológicas que preconizassem o emprego de determinada vogal em detrimento de outra na formação desses nomes<sup>19</sup>.

#### 1.4. DERIVAÇÃO REGRESSIVA COMO SUFIXAÇÃO ZERO

Um outro tratamento morfológico encontrado na literatura para a derivação regressiva toca à sua caracterização como sufixação zero. O principal argumento dos autores que advogam em favor dessa hipótese, para incluir esse processo no campo da sufixação<sup>20</sup>, respeita ao fato de que, a rigor, os nomes derivados regressivos compartilham das mesmas propriedades de nomes deverbais formados por outros processos de sufixação, tais como a ambiguidade processo/produto (BASSO, 2009), como em (11), e a preservação da grade argumental do verbo (CASTILHO, 2010).

Além disso, os trabalhos defensores da sufixação zero (KHEDI, 1992; ROCHA, 1998, 1999) atestam que se ganha certo grau de previsibilidade teórica ao entender todos

---

<sup>19</sup> Gamarski (1988) e Lobato (1995) fazem comparação da escolha não motivada da vogal temática nos derivados regressivos do português com a escolha da forma da terminação dos nomes femininos em francês. Nessa língua, a regra geral é a de que nomes masculinos terminem em vogal e nome femininos, em consoante; para a formação do feminino, ao nome masculino é adicionada, então, uma consoante, que é igualmente imprevisível.

<sup>20</sup> Cf. Sandmann (1992) para uma caracterização alternativa a respeito de como tratar a tradicional derivação regressiva como um processo de sufixação. Na proposta do autor, a vogal final de *agito*, por exemplo, é um sufixo. Para Sandmann, entender essa vogal como sufixo tem as mesmas motivações morfológicas que tomar o *-a* inicial de *ajustar* como prefixo.

os processos de nominalização do português como frutos de sufixação (ainda que nesse caso, sufixação zero, ou seja, fonologicamente nula), pois se estaria revelando um padrão geral de nominalização, no que tange a, pelo menos, sua direção. Além disso, ainda que as vogais temáticas nominais dos derivados regressivos sejam imprevisíveis, elas têm sua imprevisibilidade limitada, já que a forma de um deverbais regressivo sempre coincide com uma das formas verbais conjugadas, seja da primeira pessoa ou da terceira pessoa (indicativo ou subjuntivo)<sup>21</sup>.

Por essa razão, nas análises de Khedi (1992) e Rocha (1998; 1999), a chamada derivação regressiva é, na verdade, o processo em que a uma determinada forma verbal conjugada (de primeira ou de terceira pessoa) é acrescido um sufixo  $\emptyset$  que a transforma em um nome<sup>22</sup>. Para esses autores, esse tipo de operação morfológica pode ser exemplificada como no esquema em (16), em que SD é sufixo derivacional.

$$(16) [\textit{grito}]_V + \emptyset_{SD} \rightarrow [\textit{grito}]_N$$

Além desse tratamento, existe na literatura um outro tipo de caracterização para a derivação regressiva que também a considera como sufixação zero, mas que diverge em alguma medida da proposta de Khedi e Rocha. Monteiro (2002) propõe que a derivação regressiva na verdade consiste de uma derivação por sufixo  $\emptyset$ , na qual um sufixo derivacional  $\emptyset$  se põe entre o radical do verbo e a vogal temática do nome, como exemplificado em (17).

$$(17) [\textit{cortar}]_V \rightarrow [\textit{cort-} + \emptyset + \textit{-e}]_N$$

---

<sup>21</sup> Atenção especial deve ser dada para o nome *fuga*, que tem sido tratado na literatura como um nome deverbais derivado de *fugir*; contudo, independentemente da abordagem que se assuma, esse nome escapa ao padrão geral. Se o *-a* for tomado como vogal temática, além da imprevisibilidade da vogal, é necessário uma supleção parcial devido à troca de [ʒ] do verbo por [g] do nome. Por outro lado, ao entender essa nominalização como sufixação zero a partir da forma de terceira pessoa do singular do subjuntivo, igualmente é preciso postular uma supleção parcial da consoante final do radical; no entanto, a vogal final do nome é prevista pela forma *fuja*. Além deste, existem outros nomes derivados com comportamento semelhante, isto é, com supleção parcial na forma do radical, mas que mantêm a vogal temática do subjuntivo, tais como *queda* (*caia*) de *cair* e *convite* (*convide*) de *convidar*.

<sup>22</sup> Bechara (2009) nomeia esse processo de “formação regressiva” e, ainda que não assumam explicitamente que se trata de uma sufixação zero, propõe que essas formas procedem das formas conjugadas dos verbos e são formadas a partir deles, por analogia.

No entanto, a hipótese de Monteiro (2002) tem a desvantagem de não incluir a derivação regressiva em um padrão geral derivacional, pelo menos no que tange às nominalizações em português. Além disso, diferentemente de Khedi (1992) e Rocha (1998; 1999), Monteiro não apresenta nenhum tratamento para a vogal temática nominal.

Como foi possível perceber, do ponto de vista morfológico, existem na literatura linguística muitas caracterizações distintas a respeito do processo de nominalização tradicionalmente tratado como derivação regressiva. Assim, dado que é necessário fazer uma escolha, a caracterização adotada para o restante deste trabalho é aquela vista em Khedi (1992) e em Rocha (1998; 1999): a de que a derivação regressiva é entendida como uma sufixação zero. A escolha desta em detrimento das demais<sup>23</sup> se dá pelas seguintes motivações.

Primeiramente, classificar a derivação regressiva como um processo de sufixação zero tem a vantagem, como colocam Khedi e Rocha, de unificação de um padrão derivacional geral dos processos de nominalização do português, que é o de o verbo formar o nome mediante adição de um sufixo, e assim de [*sufocar*]<sub>V</sub> derivarem-se [*sufoco*]<sub>N</sub> e [*sufocamento*]<sub>N</sub>. E, além disso, como mostra Gamarski (1988), o fato de existirem nomes deverbais com prefixos que só se adjungem a verbos é uma evidência de que os verbos são primitivos nesses casos e não que nome e verbo derivam de um radical comum, como propõe Lobato (1995).

Ainda: assumir que uma forma verbal deriva uma forma nominal com o mesmo conteúdo fonológico corresponde a um padrão mais específico dos processos de transformação de formas verbais em nomes, como a de formas infinitivas [*jantar*]<sub>V</sub>/*[jantar]*<sub>N</sub>; de formas gerundivas como [*orientando*]<sub>V</sub>/*[orientando]*<sub>N</sub> e de formas participiais como [*cuidado*]<sub>V</sub>/*[cuidado]*<sub>N</sub> (cf. § 1.5 para uma análise das propriedades semânticas vistas nos nomes formados por sufixação zero).

---

<sup>23</sup> Há ainda posições mais radicais, como a de Freitas (2007), que propõem que a relação entre verbos e nomes (relacionados a verbos, mas que não apresentam sufixos fonologicamente realizados) é unicamente semântica; sincronicamente não são relevantes as operações morfológicas que atuam na formação de verbos ou de nomes; e a relação que pode se estabelecer entre, por exemplo, [*pescar*]<sub>V</sub> e [*pesca*]<sub>N</sub> é unicamente semântica, sendo que o que relaciona esses vocábulos é somente um semantema comum. Todavia, com base em tantas características morfológicas e semânticas discutidas no capítulo 1, não é possível adotar a hipótese de Freitas (2007) e propor que todas essas relações linguísticas subjacentes à nominalização sejam fortuitas e coincidentes.

No que tange à escolha das vogais temáticas nominais, como a literatura reconhece, não há como prever qual é a empregada. Ainda assim, como já mencionado, as formas dos nomes deverbais em questão apresentam sempre as vogais *-a*, *-e* ou *-o*, que correspondem às formas verbais de primeira ou de terceira pessoa (indicativo ou subjuntivo). Isso é mais uma evidência a favor da hipótese de que há um padrão específico no sentido de que são essas as formas verbais que derivam nomes e não outras<sup>24</sup>.

No tocante a nomes como *braseio* ou aqueles que aparecem em *Grande Sertão Veredas*, como menciona Lobato (1995), não é necessário propor que a forma deverbal deriva de um verbo potencial por meio de uma RAE; para esses casos, pode-se propor simplesmente que eles foram derivados por retroformação, mediante reinterpretação de determinada palavra (ou parte dela) para formar outra.

A respeito da hipótese de Khedi (1992) e Rocha (1998, 1999), alguns linguistas não se convencem facilmente de que uma palavra pode ser derivada a partir de uma forma flexionada, como para o caso dos chamados derivados regressivos; todavia, Gonçalves (2011) chama a atenção para o processo derivacional que forma advérbios em *-mente* em português a partir de adjetivos; nesses casos, a forma adjetival que dá origem à forma adverbial é a feminina, uma forma flexionada, dada a existência de [*rapidamente*]<sub>ADV</sub> e não \**[rapidamente]*<sub>ADV</sub>.

O mesmo fenômeno pode ser encontrado em nomes formados pelo acréscimo do sufixo *-inho*; quando esses nomes são flexionados em gênero e número, além da flexão no fim do vocábulo, ocorre uma flexão interna à palavra, como numa espécie de concordância, uma vez que as formas existentes são *irmãzinha* e *pãezinhos*, por exemplo, e não \**irmãozinha* e \**pãozinhos*. Assim, a formação dos adjetivos em *-mente* e a flexão dos nomes formados por *-inho* são outros exemplos de que uma nova palavra se origina a partir de uma forma flexionada<sup>25</sup>.

No que toca a aspectos fonológicos subjacentes à formação dos nomes sem sufixo com conteúdo fonológico, há uma operação que ocorre com os tradicionais derivados regressivos que se originam da primeira pessoa do presente do indicativo (terminação

---

<sup>24</sup> Isso é verificado também em outros processos morfológicos. Por exemplo, na composição, a forma verbal que aparece tanto em nomes da forma [V-V] como da forma [V-N] é sempre aquela encontrada na terceira pessoa do presente do indicativo, como em [*porta-copos*]<sub>N</sub> e [*esconde-esconde*]<sub>N</sub> respectivamente.

<sup>25</sup> Gonçalves (2011) ainda menciona algumas palavras que se formam a partir de formas verbais conjugadas, tais como *cheguei* em *Essa é blusa é muito cheguei*, *valeu* em *Valeu pela força*, e *tomara* em *Tomara que chova*, por exemplo. Nesses casos, entretanto, há deslize de significado, além da mudança de classe.

regular em -o) de formas verbais paroxítonas cuja vogal tônica é um -o ou um -e aberto. Nessas formas, quando submetidas à nominalização, ocorre um fechamento da vogal tônica, que de -o e -e abertos nos verbos passam a -o e -e fechados nos nomes, como pode ser visto em *eu [consolo]<sub>V/O</sub> [consolo]<sub>N</sub>* e *eu [apoio]<sub>V/O</sub> [apoio]<sub>N</sub>* bem como em *eu [acerto]<sub>V/O</sub> [acerto]<sub>N</sub>* e *eu [fecho]<sub>V/O</sub> [fecho]<sub>N</sub>* etc.<sup>26</sup>

Isso também acontece com formas que derivam da terceira pessoa do subjuntivo dos verbos da primeira conjugação (terminação regular em -e) cuja forma é uma paroxítona com sílaba tônica contendo um -e aberto. Para estes, a nominalização também provoca o fechamento da vogal tônica, transformando [ɛ] em [e], como é visto em *ele [interesse(-se)]<sub>V/O</sub> [interesse]<sub>N</sub>* e *ele [interprete]<sub>V/O</sub> [intérprete]<sub>N</sub>*; na primeira situação, a forma continua paroxítona, mas na segunda, torna-se proparoxítona.

Isso se deve ao fato de que existe ainda um outro fenômeno fonológico que subjaz à transformação de formas verbais em nomes, para os chamados derivados regressivos. Khedi (1992) mostra que nomes trissílabos ou polissílabos, que são formados a partir da terceira pessoa do presente, quando verbais, são palavras paroxítonas; todavia, ao serem nominalizadas, transformam-se em nomes proparoxítonos, tais como [*dúvida*]<sub>N</sub> de [*duvida*]<sub>V</sub>, [*fábrica*]<sub>N</sub> de [*fabrica*]<sub>V</sub>, [*retífica*]<sub>N</sub> de [*retifica*]<sub>V</sub> etc.<sup>27</sup> Para Gonçalves (2011), a mudança de acento é uma propriedade recorrente nos processos derivacionais.

Há ainda um terceiro tipo de operação fonológica que respeita aos deverbais ditos regressivos, a saber, a ditongação, que ocorre nas formas verbais de primeira pessoa do singular e, igualmente, nos seus nomes deverbais correspondentes, tais como [*floreio*]<sub>V</sub> e [*rodeio*]<sub>V</sub> (KHEDI, 1992). Essas formas verbais, ao advirem da conjugação da primeira pessoa do singular de *florear* e *rodear* respectivamente, respeitam um padrão fonológico geral do português que rejeita a presença de duas vogais na mesma sílaba<sup>28</sup>. Assim, nesses

---

<sup>26</sup> Vê-se que esta operação fonológica ocorre na língua também em outros contextos; por exemplo, na flexão de gênero de adjetivos (terminados em -oso) e de pronomes paroxítonos, em que [o] ou [e] tônicos no masculino passam a [ɔ] e [ɛ] respectivamente no feminino, como é o caso de *bondoso/bondosa* e *este/esta*. Camara Júnior (1970) chama esse fenômeno de alternância vocálica.

<sup>27</sup> É possível constatar que esse é um processo fonológico presente também em outros contextos morfológicos do PB, como na formação de adjetivos (a partir de palavras trissílabas ou polissílabas) como em [*próspero*]<sub>A</sub>, a partir de [*prospero*]<sub>V</sub>; [*prático*]<sub>A</sub> de [*pratico*]<sub>V</sub>; e [*inválido*]<sub>A</sub> de [*invalido*]<sub>V</sub>. É interessante observar que este não é um processo dependente do que ocorre com as nominalizações, uma vez que as próprias formas de nominalização – seja a de adjetivo em nome seja a de verbo em nome – não ocorrem por sufixação zero, como se em vê em *prosperidade*, *praticidade*, *invalidéz* e *invalidação*, por exemplo.

<sup>28</sup> Nota-se que este fenômeno é visto em outros lugares na língua como, por exemplo, na flexão de gênero de *ateia* a partir de *ateu* (e *européia/europeu*) em que, igualmente, uma semivogal é inserida para que se interponha entre as vogais -e e -a (CAMARA JÚNIOR, 1970).

casos, uma semivogal é inserida para que se respeite essa restrição fonotática, e tal forma é preservada na derivação do nome deverbal, como é visto em [*floreio*]<sub>N</sub> e [*rodeio*]<sub>N</sub>.

É interessante notar que esse fenômeno fonológico, além de ser um argumento em favor da sufixação zero, é uma evidência contra a proposta de Lobato (1995). Para a autora, os nomes derivados regressivos são formados a partir de uma projeção do radical seguida da inserção de uma vogal temática nominal. Se assim fosse, dado [*rodear*]<sub>V</sub>, cujo radical é *rode-*, não haveria motivações para que a forma derivada (regressiva) fosse *rodeio* e não *rodo*, *rode* ou até mesmo *roda*. Na proposta da autora, as vogais temáticas desses nomes deverbais servem apenas para dar uma forma fonológica do português a um radical (que normalmente termina em consoante); portanto, no radical *rode-*, terminado em vogal, a inserção de uma nova vogal seria desmotivada. O mesmo ocorre com *floreio*, *sorteio*, *passeio*, *bloqueio* etc.

Finalmente, assumir que o processo de nominalização em questão diz respeito a uma derivação por sufixação zero tem a vantagem de poder atribuir ao sufixo Ø o desencadeamento de certas operações semânticas subjacentes à nominalização, como defende Brinton (1995). Por outro lado, se fosse assumido, como Gamarski (1988) e Lobato (1995), que a operação morfológica formadora desse tipo de nome deverbal consiste unicamente na adição de uma vogal temática a um radical, a qual, por definição, não apresenta conteúdo derivacional, não seria possível explicar de maneira ampla o comportamento desse tipo de nome deverbal diante dos seus verbos derivantes.

Dadas essas considerações<sup>29</sup>, assume-se com base em Khedi (1992) e Rocha (1998; 1999) que o fenômeno tradicionalmente conhecido como derivação regressiva consiste de uma (derivação por) sufixação zero e assume-se também com base em Gamarski (1988) e Lobato (1995), que é o verbo derivante sempre que o nome deverbal apresentar (pelo menos) uma interpretação verbal.

## 1.5. DERIVAÇÃO REGRESSIVA E AS FORMAS NOMINAIS DO VERBO

Como definido anteriormente, este estudo assume que os nomes formados pela tradicional derivação regressiva, na verdade, formam-se através de uma sufixação zero,

---

<sup>29</sup> Evidência empírica adicional seria o fato de que a forma padrão da nominalização de *perder* é *perda*, mas há muitos dialetos que, embora com algum estigma, usam a forma *perca* – que é justamente a forma de terceira pessoa do subjuntivo do verbo.

isto é, está-se partindo do princípio de que o processo morfológico que cria nomes como [fala]<sub>N</sub>, [passe]<sub>N</sub> e [sufoco]<sub>N</sub>, na verdade, são formas verbais conjugadas que, mediante acréscimo de um sufixo sem conteúdo fonológico (um sufixo Ø), se transformam em nomes.

Entretanto, este não é o único tipo de forma verbal que a literatura reconhece como correspondente a uma no domínio nominal: existem as nominalizações em infinitivo – [poder]<sub>V</sub>/[poder]<sub>N</sub> – bastante mencionadas; muitos trabalhos contemplam as nominalizações em particípio – [pedido]<sub>V</sub>/[pedido]<sub>N</sub> – e, em número reduzido, há estudos que abordam as nominalizações em gerúndio – [orientando]<sub>V</sub>/[orientando]<sub>N</sub>, ou seja, as formas tradicionalmente tratadas como formas nominais do verbo.

Muitos autores classificam esses exemplos como fruto de conversão morfológica e alguns outros como resultado de sufixação zero. De qualquer forma, assumir que existem determinadas formas verbais que se transformam em nomes seria um bom motivo para o vislumbre de um mecanismo único de formação de palavras. Porém, esta não é a escolha teórica mais adotada nas classificações morfológicas encontradas na literatura. Rocha (1998), por exemplo, ainda que entenda a derivação regressiva tradicional como um processo de sufixação zero, no que toca às nominalizações em infinitivo, classifica-as como resultado de conversão morfológica.

Khedi (1992) em sua classificação, por outro lado, inclui nos nomes derivados por sufixo Ø formas conjugadas, formas infinitivas (como processo de passagem de verbo a nome<sup>30</sup>) e formas participiais (como resultado da transformação de particípio passado em nome). Assim, o objetivo desta seção é verificar se as formas verbais – quaisquer que sejam – quando submetidas ao processo de nominalização compartilham um certo número de propriedades suficiente para o vislumbre de uma operação morfológica única para a formação desses nomes deverbais.

No que tange a propriedades fonológicas, como foi mostrado, algumas formas verbais conjugadas sofrem mudanças no nível fonológico ou no nível suprasegmental quando se transformam em nomes; este é o caso de nomes que se originam da primeira pessoa do presente do indicativo e da terceira pessoa do presente do subjuntivo, formas em que a penúltima vogal é [ɔ] – como em *eu conforto* ou [ɛ] como em *ele interesse(-se)* – para elas, a nominalização desencadeia o fechamento da vogal tônica, que de [ɔ] e [ɛ]

---

<sup>30</sup> O autor emprega o termo “substantivo”.

nos verbos passa a [o] e [e] nos nomes respectivamente – como em *o conforto* e *o interesse*.

No nível suprasegmental, o que também já se observou anteriormente, é que formas verbais conjugadas trissílabas ou polissílabas, que são paroxítonas, quando submetidas à nominalização, exibem uma mudança de acento e passam a ser proparoxítonas; exemplos desse fenômeno são [fabrɨka]<sub>V</sub>/[fábɨɾika]<sub>N</sub>. Quanto às formas infinitivas, tradicionalmente afirma-se que o verbo e o nome têm a mesma forma, no limite, o mesmo conteúdo fonológico. No entanto, tal afirmação merece um pouco mais de atenção.

Uma característica fonológica consensualmente reconhecida do PB é a de que as formas verbais de infinitivo, cuja grafia assume sempre a presença de um *-r*, podem ser pronunciadas sem a consoante final. Isso se vê quando formas infinitivas aparecem, por exemplo, em perífrases verbais de futuro com o verbo *ir* como em *O João não vai poder sair mais tarde* – pronunciado /po'de/ – ou *Hoje vou jantar na casa da Maria* – pronunciado /jaN'ta/.

No entanto, quando essas formas verbais são submetidas ao processo de nominalização, nota-se que a supressão da coda silábica não é possível – ou pelo menos, marginal para a maioria dos dialetos; em sentenças como *O poder está nas mãos da elite*, a pronúncia é /po'deR/ e não /po'de/; o mesmo acontece para *jantar* em *O jantar estava maravilhoso*, cuja pronúncia é /jaN'taR/ e não /jaN'ta/. Nessas situações, para formas conjugadas e infinitivas, seria possível afirmar que o sufixo nominalizador Ø desencadeia operações fonológicas na forma, uma vez que a supressão da coda silábica é possível na forma verbal, mas é sensivelmente mais marginal na forma nominal.

E esse fenômeno não parece ser exclusivo do PB. Brinton (1995) ao postular que a forma verbal *breathe* – pronunciada [bri:θ] – por meio de um sufixo<sup>31</sup> Ø se nominaliza em *breath* – de pronúncia [brɛθ] – assume implicitamente que há uma variação fonológica provocada pela transformação de uma forma verbal em uma forma nominal. Então, nesse sentido, o sufixo Ø desencadeia operações fonológicas nas formas verbais tanto conjugadas quanto infinitivas quando estas são submetidas à nominalização – embora isso não pareça ocorrer com formas participiais e gerundivas do português brasileiro (doravante PB).

---

<sup>31</sup> A autora fala de “afixo”.

Do ponto de vista morfológico, como já apresentado, consensualmente as formas conjugadas nominalizadas distribuem-se em três classes morfológicas: as femininas terminadas em *-a*, as masculinas terminadas em *-e* e as masculinas que terminam em *-o*. Linguistas e gramáticos reconhecem que aparentemente não há razões morfológicas para que seja nominalizada determinada forma verbal conjugada – primeira pessoa do presente do indicativo, terceira pessoa do presente do indicativo, terceira pessoa do presente do subjuntivo – em detrimento de outra.

O mesmo parece se dar para formas verbais de particípio que, quando nominalizadas, assumem uma das formas flexionadas – masculina ou feminina – sem aparentes razões morfológicas para fazê-lo; é o caso de formas como [*cuidado*]<sub>N</sub> – e não \**[cuidada]*<sub>N</sub> –, [*gemido*]<sub>N</sub> – e não \**[gemida]*<sub>N</sub> – e [*pedido*]<sub>N</sub> – e não \**[pedida]*<sub>N</sub> – para formas no masculino e [*chegada*]<sub>N</sub> – e não \**[chegado]*<sub>N</sub> –, [*mordida*]<sub>N</sub> – e não \**[mordido]*<sub>N</sub> e [*batida*]<sub>N</sub> – e não \**[batido]*<sub>N</sub> – para formas femininas.

Embora com exemplos menos numerosos, também é possível reconhecer essa operação para as nominalizações em formas infinitivas, as quais igualmente se distribuem em duas classes morfológicas (igualmente desmotivadas), as de forma singular (ou de infinitivo não flexionado) como [*dever*]<sub>N</sub>, e [*andar*]<sub>N</sub> e as plural (ou de infinitivo flexionado<sup>32</sup> de segunda pessoa do singular) como [*viveres*]<sub>N</sub> e [*afazeres*]<sub>N</sub> que, no domínio nominal, são entendidas como palavras pluralícias, isto é, só aparecem na forma plural<sup>33</sup>, ainda que não haja restrições morfológicas aparentes para tanto, dada a existência de [*olhar*]<sub>N</sub>/*[olhares]*<sub>N</sub>, [*saber*]<sub>N</sub>/*[saberes]*<sub>N</sub>.

Quanto aos nomes em *-ndo*, a variação morfológica que aparece para eles não é resultado de uma derivação, mas de uma operação flexional e geral da língua. Em português, há [*formando*]<sub>N</sub>, [*formanda*]<sub>N</sub>, [*formandos*]<sub>N</sub> e [*formandas*]<sub>N</sub>, por exemplo, porque esse é um padrão flexional – de gênero e de número; essa variação na forma nada tem a ver com uma distribuição em subclasses morfológicas desmotivada semanticamente, tal como vista para formas conjugadas, de infinitivo e particípio.

---

<sup>32</sup> Resende (2015) discute a hipótese de Figueiredo Silva a respeito da natureza do infinitivo nas nominalizações infinitivas, as quais poderiam ser entendidas como formas de infinitivo flexionado, dada a existência da célebre afirmação de Sérgio Buarque de Holanda, “*O zombarem de certos abusos desse nosso apego aos diminutivos (...)*”, em que há claramente uma nominalização (dada a presença do determinante), mas com forma de terceira pessoa do plural de um infinitivo flexionado.

<sup>33</sup> Há também nomes deverbais derivados de formas conjugadas que só aparecem no plural, tais como [*comes*]<sub>N</sub>, [*bebes*]<sub>N</sub> e [*pertences*]<sub>N</sub>.

Ainda sob o prisma da Morfologia, parece que alguns nomes relacionados a verbos cuja forma coincide com a de formas conjugadas, infinitivas e participais compartilham de mais uma propriedade, a saber, a possibilidade de interpretação de apenas a leitura verbal – como [envio]<sub>N</sub>, [andar]<sub>N</sub> e [chegada]<sub>N</sub> e da leitura verbal e nominal como visto em [grito]<sub>N</sub>, [caminhar]<sub>N</sub> e [partida]<sub>N</sub>.

Diferentemente, as nominalizações gerundivas não formam nomes com leitura verbal, apenas com leitura nominal<sup>34</sup>. Essas nominalizações dividem-se em dois grupos: aquelas que parecem ser formadas por sufixação zero a partir de uma forma verbal gerundiva, tais como *orientando*, *formando*, *graduando* e *doutorando*; e aquelas como *vestibulando* e *mestrando*, que diacronicamente derivaram de *vestibular* e *mestrado* respetivamente, mas que não apresentam um verbo correspondente na língua.

Reagrupando as quatro subclasses de nomes formados a partir de formas verbais, o resultado basicamente é o de que nomes derivados de formas conjugadas, infinitivas e participais consistem de nominalizações *stricto sensu* e os nomes derivados de formas gerundivas dizem respeito a nominalizações *lato sensu*. Para Rocha (1999), a nominalização *lato sensu* denota um instrumento, um lugar ou um agente de uma base verbal V e a *stricto sensu* denota um ato, efeito, processo, estado ou evento de uma base verbal V.

Nesse sentido, afirmar que uma nominalização é *stricto sensu* tem como consequência direta o fato de que a forma nominalizada tenha, pelo menos, uma interpretação verbal, ainda que possa também ter uma interpretação nominal (o que foi assumido como critério decisivo para a caracterização de um derivado regressivo – nos termos tradicionais) ao passo que as nominalizações *lato sensu* – bem como os nomes morfológicamente básicos – só apresentam uma leitura nominal.

Ancorado nessa subdivisão, explica-se um outro fato subjacente aos nomes formados por sufixação zero (embora não exclusivo deles), a saber, a possibilidade de figurarem como complemento de verbos leves (cf. § 2.3. para uma discussão desse fenômeno), de tal modo que a construção resultante corresponda, em alguma medida, ao sentido de um verbo pleno, como em *fazer uma aposta* (= *apostar*), *ter desejo* (= *desejar*);

---

<sup>34</sup> Interessante notar que os exemplos de nominalização gerundiva parecem estar restritos ao campo semântico universitário, acadêmico, estudantil.

*ter poder* (= *poder*), *ter um dever* (*dever*), *fazer um pedido* (= *pedir*), *dar um gemido* (= *gemit*).

Essa paráfrase só é possível se o nome contiver uma leitura verbal, já que, do mesmo modo, existem formas nominais que figuram com esses mesmos verbos leves e não constituem uma paráfrase do verbo pleno, tais como *ter culpa* ( $\neq$  *culpar*), *fazer um jantar* ( $\neq$  *jantar*), *tomar uma medida* ( $\neq$  *medir*). Essa impossibilidade de formar perífrases deve-se ao fato de que, nesses casos, [*culpa*]<sub>N</sub>, [*jantar*]<sub>N</sub> e [*medida*]<sub>N</sub> não são instâncias de nominalizações *stricto sensu*. Por essa mesma razão, as nominalizações gerundivas não são possíveis nesse tipo de construção<sup>35</sup>.

## 1.6. SÍNTESE DO CAPÍTULO

No capítulo 1, discutiram-se algumas controvérsias terminológicas que circundam o título tradicional “*derivação regressiva*”. Foi mostrado que muitos trabalhos contemplam diferentes operações morfológicas sob esse título, o que pode se tornar um problema para uma descrição/explicação mais acurada dos processos de formação de palavras produtivos na língua, principalmente no que respeita à mescla de diacronia com sincronia.

Assim sendo, os diferentes processos morfológicos encontrados na literatura sob o título de *derivação regressiva* foram divididos – de acordo com critérios sincrônicos – em *retroformação*, *abreviação* e *truncamento*. Foi deixado, então, “*derivação regressiva*” para nomear unicamente o processo de nominalização que transforma formas verbais em nominais. Não obstante, uma vez delimitada a operação morfológica de interesse, foi necessário lidar com o clássico problema da direcionalidade de formação.

A respeito desse problema, partindo de critérios morfológicos e semânticos, definiu-se, do ponto de vista da Semântica, que um nome é derivado de um verbo sempre que apresentar uma leitura verbal (ainda que possa também apresentar uma leitura nominal). No que toca à Morfologia, assumiu-se que o processo de nominalização conhecido como *derivação regressiva*, na verdade, consiste de uma (*derivação por*)

---

<sup>35</sup> É verdade que *ter um orientando* é, em última análise, *orientar*, mas essa é uma interpretação que pode ser explicada via implicatura. Ainda assim, além de ser um caso único, há indícios de que o verbo *ter* não está se comportando como um verbo leve, dada a possibilidade de substituição pelo verbo *possuir* e de *orientando*, por *aluno*, por exemplo. Não somente isso, mas diferentemente das outras nominalizações gerundivas, *orientando* não tem interpretação de agente, mas de paciente.

sufixação zero, na qual uma forma verbal conjugada se transforma em uma forma nominal, mediante acréscimo de um sufixo  $\emptyset$  – o qual desencadeia, para alguns casos, alterações na forma fonológica do nome, com relação à forma verbal.

Uma das motivações dessa escolha foi a possibilidade de enxergar no processo de nominalização do português um padrão morfológico que prediz que um verbo se transforma em um nome sempre por meio do acréscimo de um sufixo (ainda que este não tenha conteúdo fonológico). Por essa razão, não faz mais sentido falar em derivação regressiva, já que não se reconhece nessa operação morfológica uma regressão. Logo, a partir desta seção, não é mais feita referência a esse processo como derivação regressiva e sim, como sufixação zero; da mesma maneira, “derivado regressivo” é substituído por “deverbal por sufixação zero”.

Ademais, existem outros nomes que a literatura reconhece como derivados de formas verbais tais como infinitivos, participípios e gerúndios (as tradicionais formas nominais do verbo). Portanto, foi necessário mostrar que tanto essas formas quanto as formas conjugadas, quando submetidas à nominalização, compartilham de determinadas propriedades que ensejam o vislumbre de uma única operação morfológica para a derivação de formas nominais a partir de formas verbais, a saber, a adição de um sufixo  $\emptyset$ . Finalmente, mostrou-se que nomes derivados de formas verbais conjugadas, infinitivas e participiais constituem nominalizações *stricto sensu* ao passo que nomes derivados de formas verbais gerundivas dizem respeito a nominalizações *lato sensu*.

## 2. ASPECTO LEXICAL

Como discutido no capítulo 1, o processo de nominalização diz respeito à transformação de uma predicação verbal em um nome de tal modo que este preserve uma interpretação verbal, ainda que possa também apresentar uma leitura nominal. Além disso, foi mostrado que existem determinadas propriedades semânticas (tais como a iteração) presentes no verbo que são recuperadas pela sua forma nominal. Adicionalmente, o objetivo deste capítulo é verificar se um outro tipo de propriedade semântica, a saber, a de aspecto lexical, é igualmente recuperada quando uma forma verbal é nominalizada, mais especificamente, quando essa forma nominal deriva de uma forma verbal conjugada por meio de uma sufixação zero.

Este trabalho ancora-se na ideia de que uma predicação verbal pode, a rigor, ser expressa em português por meio de três maneiras, quais sejam, de um verbo pleno, como em (1); de uma nominalização<sup>36</sup>, como em (2); de uma construção com verbo leve, como em (3). E é na manipulação desses três tipos de expressão que consiste o interesse deste capítulo, sobretudo no que toca ao aspecto lexical dessas construções.

- (1) a) Aquela criança deseja passar férias na Disney.  
b) Pedro vendeu o carro.
- (2) a) O desejo de passar as férias na Disney.  
b) A venda do carro.
- (3) a) Aquela criança tem desejo de passar as férias na Disney.  
b) Pedro fez a venda do carro.

A literatura linguística reconhece dois tipos de aspecto: o gramatical (cf. capítulo 4 para uma análise desse conceito) e o lexical. O aspecto lexical (ou acionalidade) diz respeito à classificação dos eventos (expressos por predicados verbais) de acordo com suas propriedades temporais intrínsecas. Vendler (1967) entende que o aspecto lexical diz respeito ao modo como um predicado verbal esquematiza a noção do tempo; a partir disso, o autor distribui as predicações verbais em quatro classes acionais (ou aspectuais), a saber, estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*.

---

<sup>36</sup> Basso (2009) explica que, no limite, a única diferença entre um evento expresso por uma predicação verbal, como em (1), e por uma nominalização, como em (2), é que a forma nominalizada não constitui uma proposição, logo, não possui valor de verdade.

Partindo dessa classificação, o objetivo do capítulo 2 é verificar se a acionalidade da predicação verbal é mantida quando ocorre a transformação da forma verbal em um nome, isto é, se o aspecto lexical de [*venda*]<sub>N</sub> é o mesmo que o de [*vender*]<sub>V</sub> – verbo do qual deriva – e o de que *fazer uma venda* – paráfrase empregando um verbo leve e uma forma deverbal. Mais especificamente, este capítulo examina se as propriedades de aspecto lexical do verbo são encontradas nas nominalizações em que uma forma verbal conjugada se transforma em um nome por meio de uma derivação por sufixação zero, ou seja, aquelas discutidas no capítulo 1 e, posteriormente, em uma construção com verbo leve que a empregue.

Para tanto, este capítulo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, são discutidas as propriedades de cada classe acional, bem como quais são os testes empregados para o seu diagnóstico; além disso, esses testes são realizados com verbos plenos para que fique demonstrado como se dá essa testagem e também para determinar, através de exemplos, em qual classe aspectual incluí-los.

Na seção seguinte, são aplicados os mesmos testes às formas nominalizadas dos respectivos verbos para que seja possível checar se há ou não variação de acionalidade entre a forma verbal e a nominal – tendo em vista que “manter a acionalidade” significa dar o mesmo tipo de resposta aos testes selecionados – e ainda se o sufixo Ø – responsável pela nominalização – provoca algum tipo de alteração semântica do verbo para o nome, da mesma maneira que é desencadeador de mudanças fonológicas, como já mostrado.

Na terceira seção, apresenta-se e discute-se a caracterização de uma construção com verbo leve, discorrendo sobre suas propriedades sintáticas e semânticas, sobretudo se uma construção empregando um verbo leve e um nome deverbal por sufixação zero (doravante DSZ) tem as mesmas propriedades de aspecto lexical encontradas no verbo pleno e na forma nominalizada; por exemplo, se as sentenças em (3) apresentam a mesma acionalidade que as sentenças em (1) e que as nominalizações em (2). Para tanto, são aplicados os mesmos testes elencados para a determinação da acionalidade do verbo pleno e da nominalização.

Além disso, na seção seguinte, é discutido se o verbo leve empregado na construção tem algum papel na variação ou na preservação da acionalidade ou se os verbos leves revelam algum tipo de preferência quanto a com que tipo de classe acional se combinar, isto é, se *ter* em *ter desejo* exerce alguma influência sobre a variação do aspecto lexical da predicação e se há motivações para que a expressão não seja *fazer desejo*, por exemplo.

Finalmente, na última seção, sintetizam-se as principais ideias apresentadas e discutidas no capítulo.

## 2.1. ASPECTO LEXICAL E VERBOS PLENOS

Não há ainda um consenso entre os linguistas a respeito de quais são as propriedades temporais intrínsecas aos predicados verbais que caracterizam cada classe acional e que as distinguem entre si. De todo modo, dado que é necessário fazer uma escolha, este trabalho assume, seguindo Bertucci (2011), que as classes de Vendler (1967) se distinguem através das propriedades [ $\pm$ estágios] e [ $\pm$ télico] como mostra a tabela 1. As sentenças em (4) são exemplos desses predicados: estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*.

Classe acional	Estágios	Telicidade
Estados	[–estágios]	[–télico]
Atividades	[+estágios]	[–télico]
<i>Accomplishments</i>	[+estágios]	[+télico]
<i>Achievements</i>	[–estágios]	[+télico]

**Tabela 1: propriedades intrínsecas às classes acionais**

- (4) a) Maria gosta de sua profissão.  
b) A professora conversou com os alunos.  
c) O professor calculou a raiz quadrada de 144.  
d) O motoqueiro entregou a pizza para o cliente.

A escolha pelas características [ $\pm$ estágios] e [ $\pm$ télico] em detrimento de outras se dá porque essas propriedades são as que mais se combinam com o conjunto de testes elencado para a classificação das situações verbais do português entre as classes de Vendler. De qualquer forma, assumir que essas são as propriedades – em detrimento de outras encontradas na literatura – contingencia um certo modo de interpretar essas situações verbais.

Nesse sentido, predicções de estado, como em (4a), se definem por terem referência homogênea, com estágios iguais ([–estágios]), já que qualquer parte de *gostar de sua profissão* é igual a *gostar de sua profissão*; além disso, predicados estativos não

têm um fim inerente, um *telos* ([–télico]), isto é, não há nada intrínseco a *gostar de sua profissão* que lhe garanta um fim, um ponto de culminação.

Em (4b), há um predicado de atividade e esse predicado pressupõe estágios ([+estágios]); por exemplo, uma conversa é feita de, pelo menos, duas pessoas falando; nesse caso, então, a fala de uma pessoa seria uma fase da predicação verbal e a fala da outra pessoa, uma fase distinta. Com relação ao *telos*, é uma predicação atélica, pois não há nada inerente a *conversar* que lhe atribua um fim, ou seja, não há nada estritamente linguístico no predicado *conversar com os alunos* que garanta uma culminação para essa atividade.

Com (4c), está-se diante de um predicado incremental de *accomplishment* que pressupõe estágios e para o qual se prevê um ponto de culminação, isto é, *calcular a raiz quadrada de 144* pressupõe um *telos*, qual seja, o de terminar de calcular. A predicação verbal tem um objetivo, um fim intrínseco. Não obstante, convém esclarecer que um predicado incremental é aquele em que diferentes estágios caracterizam o predicado, ao passo que, em uma predicação não incremental, os estágios são iguais. A propriedade de ser incremental pode ser ilustrada, por exemplo, na diferença entre *calcular a raiz quadrada de 144* – em que os estágios são fazer a racionalização, a multiplicação etc. – e *dormir até as 11h* – cujos estágios são todos homogêneas entre si.

Finalmente (4d) apresenta uma predicação de *achievement* que não contém estágios, pois é um evento que se dá em um único momento – um evento instantâneo, pontual; além disso, é um evento télico, porque pressupõe um fim, no caso de (4d), a entrega. Para esse tipo de predicação, entende-se que o início e o término do evento recaem sobre a mesma instância temporal.

Dessa forma, elucida-se de que maneira a manipulação das propriedades [ $\pm$ estágios] e [ $\pm$ télico] condiciona o modo como as classes acionais estão sendo interpretadas. De todo modo, o exercício de enxergar essas propriedades nas predicções verbais nem sempre é suficiente para classificar com segurança um determinado predicado como pertencente a uma ou a outra classe. Por isso, a literatura lança mão de testes morfológicos, sintáticos e semânticos com o objetivo de tornar o menos arbitrária possível a inclusão de um predicado verbal em uma das quatro classes acionais de Vendler<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Para este trabalho, é considerada somente a interpretação prototípica de um predicado no que tange à sua acionalidade. Por exemplo, um verbo como *guardar* está sendo entendido como um verbo de atividade como em *João guardou o dinheiro por muitos anos* e não se está levando em conta sua leitura de *achievement* como em *João guardou o dinheiro naquele instante*.

### 2.1.1. Estados

Na busca por testes que asseguram a inclusão correta dos predicados verbais nas classes aspectuais, os trabalhos em Linguística comumente recorrem àqueles propostos por Dowty (1979). No trabalho do autor, a primeira medida é distinguir predicados estativos de não estativos, pois, para ele, os predicados de estado têm características exclusivas (não eventivas). Por exemplo, Dowty afirma que somente predicados de estado não podem aparecer no progressivo. Para submeter sentenças do PB a tal análise, considera-se (5).

- (5) a) \*Totó está pertencendo àquela criança.
- b) João está gostando de Maria.
- c) O maratonista está ficando cansado.
- d) O cantor no karaokê está sabendo a letra da música.

Há um consenso na literatura sobre a agramaticalidade do progressivo com predicados estativos do inglês. No entanto, esse não é um comportamento verificado para todos os dados do português, como mostram as sentenças (5b-d)<sup>38</sup>; ainda assim, o presente trabalho mostra que o uso da perífrase progressiva só é licenciado quando os verbos nocionalmente<sup>39</sup> estativos têm comportamento não estativo (cf. § 4.1.2 para essa discussão).

Além do uso da perífrase progressiva, Dowty também propõe que apenas predicados de estado não podem aparecer como objeto de verbos como *forçar*. Predicações empregando verbos plenos em português são testadas em (6).

- (6) a) \*O professor forçou a criança a desejar passar as férias na Disney.
- b) \*O governo forçou o povo a duvidar das ideias da oposição.
- c) \*O pai forçou o filho a gostar de bife acebolado.

---

<sup>38</sup> Vale observar que uma sentença em inglês equivalente a (5c) seria *The marathon runner is getting tired* e ela é gramatical com o uso do progressivo (cf. § 4.1.2 para uma discussão desses casos).

<sup>39</sup> Este termo está sendo empregado para se referir à intuição sobre a qual classe acional pertence determinado verbo, dado seu comportamento prototípico. De qualquer forma, já existem muitos autores que advogam em favor da determinação da classe aspectual a partir do VP e não somente do verbo. Cf. Wachowicz (2008) para essa discussão.

As sentenças em (6) contendo predicados de estado, assim como propõe Dowty, são agramaticais quando figuram como objeto de verbos como *forçar*. Para Brinton (1995) essa incompatibilidade é resultado do fato de que os predicados estativos, por excelência, não contêm traço volitivo e, portanto, não se pode forçar alguém a algo que independe de sua volição. Kearns (2000) explica que isso ocorre porque não há comandos para que exista um certo estado ou para que alguém (ou alguma coisa) tenha determinada propriedade, por isso a agramaticalidade dos estados com esse tipo de verbo é esperada.

Dowty (1979) afirma ainda que só predicados estativos não podem coocorrer com advérbios do tipo de *cuidadosamente*. Exemplos desses casos são vistos em (7).

(7) a) \*A criança deseja cuidadosamente passar as férias na Disney.

b) \*O povo cuidadosamente duvida das ideias da oposição.

A agramaticalidade das sentenças em (7) é novamente explicada pela incompatibilidade da classe acional estativa com o traço de volição, presente nesse tipo de advérbio, já que não é possível duvidar nem tampouco desejar cuidadosamente.

Finalmente, ainda que Dowty (1979) lance mão de outros testes, o último a ser mostrado nesta seção para o diagnóstico da classe estativa é o uso do imperativo. Para o autor, a forma imperativa é incompatível com verbos que denotam estado. Exemplos do PB encontram-se em (8).

(8) a) \*Pertença àquela criança, Totó!

b) \*Goste de Maria!

c) \*Fique cansado!

d) ?? Saiba a letra da música!

As sentenças em (8) mostram que também no PB a forma imperativa não é compatível com predicados estativos. Entretanto, Basso & Ilari (2004) trazem à baila alguns exemplos de verbos nocionalmente estativos que são possíveis e recorrentes em português com a forma imperativa, os quais são vistos em (9).

(9) a) Fique quieto!

b) Seja bonzinho!

A marginalidade de (8d) e a gramaticalidade das sentenças em (9) suscitam a existência de diferentes subclasses de predicados de estado quanto ao uso do imperativo. Basso & Ilari (2004) defendem que os predicados de estado que admitem imperativo são aqueles que contêm o traço [+controle], ou seja, predicacões verbais com esse traço predizem que o indivíduo que recebe uma ordem para a realização desse predicado pode voluntariamente executá-la. Nesse sentido, os autores advogam em favor de que existem estativos com traço de agentividade.

Brinton (1995), como já mencionado, entende que o traço [-volição] é uma propriedade inerente às predicacões de estado, o que contraria a análise de Basso & Ilari (2004). Da mesma forma, para Kearns (2000), a agentividade é um traço ausente para a classe estativa. Para essa autora, não se pode ordenar alguém para que tenha determinada propriedade, mas é possível dar uma ordem para que alguém se comporte de determinada maneira, como nas sentenças em (9). Assim, para Kearns, o emprego do imperativo compatível com predicados nocionalmente estativos mostra que não se trata mais de predicados de estado, mas sim, de atividade<sup>40</sup>. Quanto a (8d), é o caso de *saber* estar sendo empregado com o sentido de *aprender, estudar*, logo, um predicado não estativo.

Em resumo, as características dos predicados de estado, depreendidas através dos testes são [-estágios], [-télico], como já havia sido assumido, seguindo Bertucci (2011), e [-agentivo], (seguindo Kearns (2000)). Assim sendo, quanto aos testes de Dowty (1979), espera-se que as predicacões estativas se mostrem incompatíveis com o progressivo, com o imperativo, com advérbios do tipo *cuidadosamente* e com verbos do tipo *forçar*.

### 2.1.2. Atividades

Seguindo a proposta de Dowty (1979), a divisão primária entre as quatro classes aspectuais é entre estativos e não estativos. Foram mostradas na seção anterior algumas particularidades das predicacões de estado. Assim, cabe a esta seção apresentar as características dos predicados de atividade que os diferenciam das outras classes não estativas. Vale lembrar que esse tipo de predicacão tem os traços [+estágios] e [-télico].

Um dos testes propostos por Dowty é o de que somente predicados de atividade podem ocorrer com adjuntos adverbiais da forma *por x tempo*<sup>41</sup> tendo como consequência

---

<sup>40</sup> A autora fala em “predicados de processo”.

<sup>41</sup> Na verdade, predicados estativos também podem ocorrer com esse tipo de adjunto adverbial, como em *João amou Maria por dez anos*; todavia, ao expor o teste dessa forma, Dowty está contrapondo a classe de atividade somente às outras classes acionais não estativas.

um acarretamento semântico. Para o autor, se  $\phi$  é um verbo de atividade, então  $x \phi$ -ou por  $y$  tempo acarreta que, por qualquer período de tempo *durante*  $y$ ,  $x \phi$ -ou é verdadeiro, o que não acontece para os predicados de *accomplishment*, por exemplo. Isso é resultado de esse tipo de adjunto ser compatível com predicados atéllicos. A aplicação desse teste pode ser vista nas sentenças que seguem: (10) e (11) de atividade e (12), de *accomplishment*, para mostrar o contraste.

- (10) a) Rita apoiou a causa por dez anos.  
b) Rita apoiou a causa.
- (11) a) Pedro beijou a namorada por duas horas.  
b) Pedro beijou a namorada.
- (12) a) Joana desenhou o círculo por cinco segundos.  
b) Joana desenhou o círculo.

Nas sentenças anteriores, *Rita apoiar a causa por dez anos* acarreta que *Rita apoiou a causa* e igualmente *Pedro beijar a namorada por duas horas* acarreta que *Pedro beijou a namorada*. Portanto, há compatibilidade das sentenças com o adjunto *por x tempo* com acarretamento semântico; isso mostra que as predicções em (10) e (11), quanto a essa propriedade, pertencem à classe das atividades. Por outro lado, *desenhar o círculo por cinco segundos* não acarreta que *o círculo foi, de fato, desenhado*.

Além deste, outro teste que emprega a noção de acarretamento semântico é aquele que utiliza o auxiliar aspectual *parar de*. Dowty (1979) mostra que quando há uma sentença (a) com um predicado de atividade empregando *parar de* e uma sentença (b) com esse mesmo predicado no perfectivo, há uma relação de acarretamento de (a) para (b). Esse teste pode ser visto aplicado em (13) e (14).

- (13) a) Rita parou de apoiar a causa.  
b) Rita apoiou a causa.
- (14) a) Pedro parou de beijar a namorada.  
b) Pedro beijou a namorada.

Ao observar as sentenças anteriores, é possível constatar que há uma relação de acarretamento semântico de (a) para (b) em (13) e (14). Isso é mais uma evidência para classificar (13b) e (14b) como pertencentes à classe das atividades.

Finalmente, ainda dispondo da operação semântica de acarretamento, a literatura mostra que, se um predicado pertence à classe aspectual de atividade, uma sentença (a), contendo esse predicado, no imperfectivo, acarreta uma sentença (b), contendo esse mesmo predicado, no perfectivo. Essa operação não se vê, por outro lado, em predicados de *accomplishment*, por exemplo. Visando a essa verificação, têm-se (15) e (16) como atividades e (17) como *accomplishments*.

(15) a) Rita apoiava a causa.

b) Rita apoiou a causa.

(16) a) Pedro beijava a namorada.

b) Pedro beijou a namorada.

(17) a) Joana desenhava o círculo.

b) Joana desenhou o círculo.

Ao observar as sentenças em (15) e (16), constata-se que há acarretamento semântico de (a) para (b), o que não se verifica para (17). Esse fenômeno ficou conhecido na literatura como Paradoxo do imperfectivo. Em resumo, os testes para o reconhecimento da classe acional de atividade são: acarretamento semântico de (a) para (b) empregando o adjunto *por x tempo*, o auxiliar aspectual *parar de* e o aspecto imperfectivo (em relação ao perfectivo).

### 2.1.3. *Accomplishments*

Tanto atividades quanto *accomplishments* possuem o traço [+estágios]; o que os diferencia é o traço de telicidade, positivo para estes e negativo para aqueles. Nesse sentido, poderiam ser usados os mesmos testes empregados para o reconhecimento de predicções de atividade para o diagnóstico dos predicados de *accomplishment*, tais como o acarretamento semântico de (a) para (b) empregando os recursos mostrados anteriormente, apenas esperando o valor inverso, ou seja, o não acarretamento.

Entretanto, além dessas possibilidades, Dowty (1979) dispõe de outros testes para a separação dessas classes acionais, dos quais, um, em especial, é apresentado a seguir.

Para o autor, somente predicados *accomplishment* são compatíveis com o auxiliar aspectual *terminar de*<sup>42</sup>, como mostra (18) e o contraste com predicados estativos em (19).

(18) a) Joana terminou de desenhar o círculo.

b) Leonardo da Vinci terminou de pintar Mona Lisa.

(19) a) \*O João terminou de amar a Maria.

b) \*Aquela criança terminou de desejar passar as férias na Disney.

A exclusividade do auxiliar aspectual *terminar de* com *accomplishments* é resultado simultaneamente da presença do traço [+télico], pois *terminar* pressupõe o fim de um evento, um *telos*, e do traço [+estágios], já que é necessário estágios e um ponto final com mudança de estado para licenciar o uso desse auxiliar (BERTUCCI, 2011). Com relação à incompatibilidade de *accomplishments* com acarretamento semântico de (a) para (b) com *parar de* e *por x tempo*, consideram-se (20) e (21).

(20) a) Joana parou de desenhar o círculo.

b) Joana desenhou o círculo.

(21) a) Leonardo da Vinci pintou Mona Lisa por um mês.

b) Leonardo da Vinci pintou Mona Lisa.

As sentenças anteriores mostram que não há acarretamento semântico de (a) para (b) com predicados de *accomplishment* (ao entender que o uso do pretérito perfeito descreve o evento como concluído). Em síntese, predicções *accomplishment* são reconhecidas através do não acarretamento semântico de (a) para (b) havendo o emprego do imperfectivo, do auxiliar *parar de* e do adjunto *por x tempo*, bem como por meio da compatibilidade com o auxiliar aspectual *terminar de*.

#### 2.1.4. *Achievements*

Como já mencionado, às vezes um mesmo teste pode ser empregado para o diagnóstico de classes acionais distintas, com a diferença de que se espera um valor contrário. Por exemplo, diferentemente de atividades e de *accomplishments*,

---

<sup>42</sup> Bertucci (2011) refina esse teste propondo que *terminar de* é exclusivo dos predicados de *accomplishments* incrementais. Um exemplo disso é a agramaticalidade de \*O maratonista terminou de correr dez quilômetros.

*achievements* são incompatíveis com os auxiliares aspectuais *parar de* e *terminar de*, como ilustra (22).

- (22) a) \*Marta parou de atingir o topo de montanha.  
b) \*O bebê parou de nascer.  
c) \*O menino terminou de cair.  
d) \*O cachorro terminou de morrer.

De todo modo, Dowty (1979) avança outros testes com vistas ao reconhecimento dos predicados de *achievement* como, por exemplo, a incompatibilidade com advérbios do tipo de *atenciosamente* como se vê em (23).

- (23) a) \*Marta atingiu o topo da montanha atenciosamente.  
b) \*O bebê nasceu atenciosamente.  
c) \*O menino caiu atenciosamente.

Para Dowty (1979), advérbios como *atenciosamente* formam sentenças anômalas com *achievements*. Isso é resultado do fato de que advérbios desse tipo têm uma semântica que indica duração e, ao contrário, *achievements* descrevem situações verbais instantâneas, pontuais.

No que tange à compatibilidade com adjuntos de tempo, da mesma maneira que adjuntos da forma *por x tempo* são compatíveis com predicados atélicos (estados e atividades), adjuntos da forma *em x tempo* combinam-se com predicções télicas (*accomplishments* e *achievements*). Todavia, Dowty entende que há uma diferença de acarretamento semântico entre o uso desse adjunto de tempo com os dois tipos de predicação télica. Para o autor, se  $\phi$  é um predicado<sup>43</sup> de *accomplishment*, então *x  $\phi$ -ou em y tempo* acarreta que *x estava  $\phi$ -ndo durante y tempo*; por outro lado, se  $\phi$  é um predicado de *achievement*, então *x  $\phi$ -ou em y tempo* não acarreta que *x estava  $\phi$ -ndo durante y tempo*. Aplicando essas fórmulas a dados do PB, têm-se (24) e (25) para *achievements* e (26) para *accomplishments*.

- (24) a) Marta atingiu o topo da montanha em vinte segundos.

---

<sup>43</sup> O autor usar o termo “verbo”.

- b) ?? Marta estava atingindo o topo da montanha durante vinte segundos.
- (25) a) O menino caiu em um minuto.
- b) ?? O menino estava caindo durante um minuto.
- (26) a) Joana desenhou o círculo em cinco segundos.
- b) Joana estava desenhando o círculo durante cinco segundos.

Nos pares de sentenças anteriores, não há acarretamento de (a) para (b) em (24) nem em (25), pois *Marta atingir o topo da montanha em vinte segundos* não acarreta que durante esse tempo ela esteve atingindo o topo da montanha, na verdade, a sentença em (b) é inclusive marginal. E o mesmo vale para *o menino cair*. Diferentemente, *Joana desenhar o círculo em cinco segundos* acarreta que ela esteve desenhando o círculo durante esse tempo, como em (26).

Finalmente, dado que os *achievements* são caracterizados como eventos pontuais, tendo seu início e término sobre a mesma instância temporal, a literatura linguística tem usado como diagnóstico a compatibilidade com o adjunto temporal *a x tempo* (ou mais especificamente, *às x horas*). Na verdade, há alguns exemplos de sentenças, contendo as outras classes acionais, que são compatíveis com esse adjunto; entretanto, diferentemente dos *achievements*, quando aparece em sentenças que descrevem outras classes aspectuais, *a x tempo* marca o momento de início ou o momento de culminação do evento. As sentenças seguintes descrevem predicados de *achievements* em (27) e, para mostrar o contraste, de *accomplishments* em (28).

- (27) a) Marta atingiu o topo da montanha ao meio-dia.
- b) O bebê nasceu às 11h25min.
- (28) a) ?? Leonardo da Vinci pintou Mona Lisa às 14h.
- b) ?? Joana desenhou o círculo às 6h.

As instâncias temporais do atingimento do topo e do nascimento do bebê são exatamente marcadas por adjuntos da forma *a x tempo*; por seu turno, nas sentenças em (28), *a x tempo* indica somente um dos estágios do evento, provavelmente o término em (a) e o início em (b) (o *provavelmente* é indicador da marginalidade das sentenças). Em suma, os testes para o reconhecimento dos *achievements* são: incompatibilidade com *parar de* e *terminar de*, e compatibilidade com adjuntos da forma *em x tempo* (sem acarretamento) e *a x tempo*.

A título de sistematização, a tabela 2 apresenta um resumo dos testes selecionados para o diagnóstico de cada classe acional; a compatibilidade com tal teste deve desencadear o acarretamento semântico de culminação. Ressalta-se que se recorre a esse conjunto para a testagem da acionalidade no restante deste capítulo.

<b>Teste</b>	<b>Compatível</b>
Perífrase progressiva	<i>Atividades/Accomplishments/Achievements</i>
Imperativo	<i>Atividades/Accomplishments/Achievements</i>
Verbos do tipo <i>forçar</i>	<i>Atividades/Accomplishments/Achievements</i>
Advérbios do tipo <i>cuidadosamente</i>	<i>Atividades/Accomplishments</i>
Adjuntos da forma <i>por x tempo</i>	Estados/Atividades
Auxiliar aspectual <i>parar de</i>	Atividades
Imperfectivo	Estados/Atividades
Auxiliar aspectual <i>terminar de</i>	<i>Accomplishments</i>
Adjuntos da forma <i>a x tempo</i>	<i>Achievements</i>
Adjuntos da forma <i>em x tempo</i>	<i>Achievements/Accomplishments</i>
Advérbios do tipo <i>atenciosamente</i>	<i>Atividades/Accomplishments</i>

**Tabela 2: testes para o diagnóstico de uma classe acional**

## 2.2.ASPECTO LEXICAL E NOMINALIZAÇÕES

Na seção anterior, foram explicitados quais são os testes de que este trabalho dispõe para determinar qual a classe acional de uma dada predicação verbal. Partindo disso, uma vez que foram selecionados quatro testes para o reconhecimento de cada classe acional, propõe-se que seja necessária resposta afirmativa para, pelo menos, três dos testes propostos para decidir em qual classe aspectual incluir um dado predicado.

Anteriormente os testes foram aplicados a situações verbais expressas por verbos plenos. Assim, como já antecipado, cabe a esta seção aplicar esses mesmos testes às formas nominalizadas desses verbos – lembrando que interessa a esta pesquisa apenas as nominalizações formadas a partir de formas conjugadas, os DSZs – para determinar se o sufixo Ø (responsável pela nominalização) provoca algum tipo de alteração na acionalidade.

Evidentemente, como são testados, nesta seção, apenas nomes, ficaria difícil a verificação da acionalidade por meio de testes tais como compatibilidade com o imperativo ou com perífrase progressiva já que essas são propriedades exclusivas do

domínio verbal. Dessa forma, torna-se necessário criar um paralelismo entre as formas submetidas à testagem. Basso (2009) propõe que esse paralelo pode ser feito através da transformação desses nomes deverbais em nominalizações sentenciais. Para tanto, o autor sugere que sejam empregados com as formas nominais verbos de ocorrência de eventos (doravante VOs) que simplesmente indicam que um evento ocorreu e fornecem informações tipicamente verbais, tais como tempo e aspecto. Verbos desse tipo são *haver*, *acontecer*, *ocorrer* etc.

Então, sempre que necessário para a aplicação de um teste, dispõe-se desses verbos de modo a poder estabelecer um paralelismo entre a aplicação com verbos plenos e com os DSZs. Com relação à literatura sobre aspecto em nominalizações do PB, Costa (1990) já havia atentado para o fato de que nomes<sup>44</sup> deverbais formados por processos de nominalização distintos disparam diferentes leituras aspectuais. Para a autora, por exemplo, nomes como *ajuste*, *convívio*, *processo* e *teste* tomam o evento encarado no seu aspecto global e pontual ao passo que *ajustamento*, *convivência*, *processamento* e *testagem* chamam a atenção para a constituição interna do evento. Para Costa, nomes do primeiro grupo têm aspecto perfectivo e do segundo, aspecto imperfectivo.

No entanto, o estudo da autora não discute questões que subjazem à caracterização morfológica desses nomes, ou seja, se a atribuição de aspecto imperfectivo não está relacionada ao sufixo. Muitos trabalhos em Morfologia<sup>45</sup> têm mostrado que o sufixo não é um mero recurso nominalizador com conteúdo fonológico, sem carga semântica – como defendiam Basílio (1980) e Gamarski (1988) – mas que oferece restrições quanto ao tipo de base verbal.

Não é objetivo deste estudo discutir a acionalidade dos nomes formados por sufixação (com conteúdo fonológico); todavia, cabe afirmar que a desconsideração da história derivacional da palavra para a caracterização do aspecto lexical em nomes que contêm uma contraparte verbal – inclusive nos dados mostrados por Costa (1990) – torna a análise um pouco imprecisa, uma vez que faz parecer fortuito o compartilhamento de propriedades existente entre verbos e nomes (com contraparte verbal).

Por seu turno, Castilho (2010) defende que os nomes deverbais preservam o aspecto do verbo do qual derivam. Para o autor, verbos perfectivos (para ele, de eventos pontuais) formam nomes<sup>46</sup> perfectivos e verbos imperfectivos (segundo o autor, de eventos

---

<sup>44</sup> A autora utiliza “substantivos”.

<sup>45</sup> Cf. Resende (2015) e bibliografia citada nesse trabalho.

<sup>46</sup> O autor emprega o termo “substantivo”.

durativos) derivam nomes imperfectivos<sup>47</sup>. Para Castilho, o primeiro caso é o de pares como [alarmar]<sub>v</sub>/[alarme]<sub>N</sub>, [ameaçar]<sub>v</sub>/[ameaça]<sub>N</sub> e [atacar]<sub>v</sub>/[ataque]<sub>N</sub>; e para o último, [buscar]<sub>v</sub>/[busca]<sub>N</sub> e [agradar]<sub>v</sub>/[agrado]<sub>N</sub>. No entanto, a análise do autor não explicita os critérios empregados e faz parecer trivial um fenômeno que precisa de um pouco mais de atenção, por isso, este trabalho se propõe a testar a acionalidade das formas nominais<sup>48</sup>.

Com relação à testagem, na seção anterior, quando os testes foram aplicados a verbos plenos, não houve necessidade de restringir o conjunto de verbos, uma vez que, via de regra, qualquer verbo da língua poderia ser testado. Porém, nem todos os verbos do português apresentam uma contraparte nominal; mais restrito ainda é o número de verbos que se nominaliza por meio de um DSZ.

Portanto, nesta seção em que os dados de análise estão mais restringidos, com vistas a fornecer um grupo representativo de formas, cada subseção apresenta um conjunto de dados que contém as formas que são submetidas aos testes (naturalmente nem todos os dados de cada conjunto são testados, apenas um número suficientemente representativo). Esses conjuntos de dados foram formados livremente com formas produtivas e recorrentes do PB falado, apenas com a preocupação de que respeitassem as condições de formação apresentadas no capítulo 1.

Com relação aos testes, são utilizados aqueles apresentados na tabela 2; e, em alguns casos, são testadas também nominalizações de outras classes acionais simultaneamente para que seja possível mostrar o contraste de comportamento.

### **2.2.1. Nominalizações de verbos de estado**

Para a análise da acionalidade das nominalizações de verbos estativos, apresenta-se (29). Esses DSZs foram derivados de verbos de estado, conforme os testes na tabela 2.

(29) *descanso, desejo, desprezo, dúvida*<sup>49</sup>, *gosto, interesse, melhora, respeito.*

---

<sup>47</sup> Vale chamar a atenção para o fato de que Castilho (2010) entende que a acionalidade da predicação verbal é composta por propriedades distintas das assumidas neste trabalho. Para o autor, elas são privativas, [pontual] e [durativo].

<sup>48</sup> Cf. Ilari (1997) para uma caracterização alternativa das propriedades temporais intrínsecas nos nomes.

<sup>49</sup> Neste caso, com a acepção diferente de *pergunta*, como em *eu tenho uma dúvida/pergunta*.

Então, submetendo essas nominalizações ao primeiro teste, tem-se (30), em contraste com (31), onde estão nominalizações indubitavelmente não estativas<sup>50</sup>.

- (30) a) \*Está acontecendo respeito pelo professor.  
b) \*Está ocorrendo desprezo por Marcos.  
c) \*Está havendo descanso do paciente.
- (31) a) Está acontecendo uma fuga na delegacia.  
b) Está ocorrendo um encontro de Pedro com a ex-mulher.  
c) Está havendo uma entrega de pizzas no prédio.

Lançando mão de VOEs para que fosse possível verificar a compatibilidade com a perífrase progressiva, notou-se que DSZs estativos se comportam da mesma maneira que os verbos dos quais derivam – o que é visto em (30); por sua vez, (31) apresenta sentenças bem formadas. Na verdade, a própria semântica dos VOEs é incompatível com a semântica dos DSZs de verbos de estado, já que *acontecer*, *ocorrer* e *haver* são verbos de ocorrência de eventos. Isso constitui evidência adicional para inclui-los na classe estativa.

Quanto à compatibilidade das nominalizações estativas com o verbo *forçar*, observa-se (32), em contraste com (33), com DSZs não estativos.

- (32) a) \*A diretoria forçou o respeito pelo professor.  
b) \*Carlos forçou o desprezo por Marcos.  
c) \*O médico forçou o descanso do paciente.
- (33) a) O carcereiro forçou a fuga do ladrão.  
b) O juiz forçou o encontro de Pedro com a ex-mulher.  
c) O cliente forçou a entrega de pizzas no prédio.

Quanto a esse teste, novamente os DSZs rejeitaram figurarem como objeto do verbo *forçar*, ao passo que isso não se verificou para as nominalizações de verbos não estativos; tal comportamento é explicado pela afirmação de Kearns (2000) de que não se pode forçar

---

<sup>50</sup> Nesse caso, para o reconhecimento de um estativo, assim como no trabalho de Dowty (1979), não é necessário explicitar a classe acional do predicado não estativo que lhe serve de contraste, porque eles consistem de predicções muito diferentes.

alguém ou algo a possuir determinada propriedade; por outro lado, é possível forçar alguém a executar determinada ação, o que se observa em (33).

Dispondo ainda de um último teste (dentre os quatro possíveis), verifica-se a compatibilidade dos DSZs estativos com advérbios do tipo *cuidadosamente*; porém, uma vez que estão sendo testadas nominalizações, substitui-se o advérbio pelo adjetivo correspondente, *cuidadoso*. Veem-se sintagmas com DSZs estativos em (34) e com não estativos em (35).

(34) a) \*Um respeito cuidadoso pelo professor.

b) \*Um desprezo cuidadoso por Marcos.

c) \*Um descanso cuidadoso do paciente.

(35) a) Uma fuga cuidadosa da delegacia.

b) Um encontro cuidadoso de Pedro com a ex-mulher.

c) Uma entrega cuidadosa de pizzas no prédio.

Os exemplos anteriores mostram a incompatibilidade de *cuidadoso* com deverbais estativos, que não contêm um traço volitivo, já que para ser cuidadoso é necessário controle sobre o evento, sobre a ação, o que é observado em (35). Assim, uma vez que os DSZs derivados de verbos estativos se comportaram da mesma maneira que as predicções verbais de estado no que toca à aplicação dos testes, conclui-se que, para essas nominalizações, não há mudanças na acionalidade, isto é, o sufixo Ø não provoca alterações no aspecto lexical no processo de nominalização.

### 2.2.2. Nominalizações de verbos de atividade e de *accomplishment*

Na subseção anterior, foram submetidos à testagem os DSZs estativos e para tanto, estabeleceu-se contraste com nomes não estativos. Nesta subseção, por seu turno, são testados simultaneamente DSZs de atividade e de *accomplishment*, porque o conjunto de testes que os diagnostica é o mesmo, conforme a tabela 2, com a diferença de que se esperam resultados distintos. Assim, da mesma maneira que para as nominalizações estativas, reuniu-se um conjunto aleatório de DSZs derivados de predicados de atividade, em (36), e de *accomplishment*, em (37).

(36) *abraço, acesso, agrado, ajuda, ameaça, apoio, ataque, atraso, auxílio, avanço, conforto, consolo, beijo, berro, briga, canto, chute, conversa, demora, desculpa, engano,*

*esforço, espera, fala, falha, gasto, incentivo, grito, limpa, mergulho, passeio, pulo, repúdio, salto, sonho, surra, trabalho, uso, visita, volta, xingo*<sup>51</sup>.

(37) *almoço, análise, anúncio, busca, cálculo, corte, crítica, denúncia, depósito, pergunta, pesquisa, relato.*

Com base nos testes listados na tabela 2, os DSZs de atividade e de *accomplishment* são submetidos à testagem de três características. Uma delas é a da compatibilidade com *parar de*, desencadeando acarretamento semântico de (a) para (b); para tanto, é necessário dispor de VOEs, como aparece em (38b) e (39b) para atividades e em (40b) e (41b), para *accomplishments*.

(38) a) Parou a briga.

b) Aconteceu uma briga.

(39) a) Parou a conversa.

b) Ocorreu uma conversa.

(40) a) Parou o anúncio.

b) Aconteceu um anúncio.

(41) a) Parou a análise.

b) Ocorreu uma análise.

Nas sentenças anteriores, em (38) e (39), há acarretamento de (a) para (b), pois mesmo que tenha havido interrupção da briga ou da conversa, é possível dizer que houve uma briga e houve uma conversa. Diferentemente de (40) e de (41) em que (a) não acarreta (b), já que interromper uma análise ou um anúncio não acarreta que houve, de fato, a culminação de uma análise ou de um anúncio. Portanto, mostra-se que tanto DSZs de atividade quanto de *accomplishment* se comportam da mesma maneira que os verbos dos quais derivam, quanto a esse teste.

Um segundo teste para a verificação também faz uso da noção de acarretamento semântico, desta vez com o uso do imperfectivo, prevendo acarretamento de (a) para (b) para situações verbais entendidas como atividades – como (42) e (43), e resultado inverso para *accomplishments* – em (44) e (45).

---

<sup>51</sup> Em muitos dialetos do PB, também é possível encontrar a forma *xingão*.

- (42) a) Acontecia uma briga.  
b) Aconteceu uma briga.
- (43) a) Havia apoio.  
b) Houve apoio.
- (44) a) Ocorria uma denúncia.  
b) Ocorreu uma denúncia.
- (45) a) Acontecia um relato.  
b) Aconteceu um relato.

Nas sentenças anteriores, quanto ao paradoxo do imperfectivo, nota-se que se havia apoio ou se acontecia uma briga, acarreta-se que houve apoio e que aconteceu uma briga. O mesmo não se verifica em (44) e (45) em que a afirmação de que ocorria uma denúncia ou de que acontecia um relato não acarreta a culminação desses eventos. Logo, tanto predicados de atividade quanto de *accomplishments* se comportam como os verbos dos quais derivam, com relação a esse teste.

No que tange à compatibilidade com *terminar*, testam-se DSZs de atividade em (46) e de *accomplishments* em (47). Vale lembrar que, para os verbos plenos, havia rejeição de *terminar* com atividades e compatibilidade com *accomplishments*.

- (46) a) \*O grito terminou.  
b) \*O consolo terminou.  
c) \*O chute terminou.
- (47) a) A análise terminou.  
b) A busca terminou.  
c) O relato terminou.

Como foi possível observar em (46), as nominalizações formadas a partir de verbos de atividade são incompatíveis com *terminar*<sup>52</sup>, diferentemente dos DSZs *accomplishment*. Desse modo, conclui-se que, assim com os DSZs estativos, os DSZs de

---

<sup>52</sup> Na verdade, existem poucos casos como *conversa* e *briga* que são compatíveis com *terminar*, como em *A conversa terminou* ou *A briga terminou*. No entanto, essa compatibilidade é resultado não da mudança na acionalidade, mas da presença do determinante que desencadeia a operação semântica de empacotamento (cf. capítulo 3).

atividade e os de *accomplishment* não sofrem alteração no seu aspecto lexical em relação aos seus respectivos verbos.

### 2.2.3. Nominalizações de verbos de *achievement*

Na subseção anterior, foram submetidas à testagem DSZs derivados de verbo de atividade e de *accomplishment*. A esta, então, cabe submeter à verificação os DSZs derivados de *achievements*. O conjunto de dados submetidos à análise está em (48).

(48) *compra, empate, entrega, escolha, fuga, ganho, passe, perda, quebra, queda, toque, troca, venda.*

Primeiramente testa-se a compatibilidade com advérbios do tipo *atenciosamente*. Entretanto, em se tratando de nominalizações, utiliza-se o adjetivo correspondente, *atencioso*, como em (49).

- (49) a) \*Uma queda atenciosa do menino.  
b) \*Uma perda atenciosa da chave.

A respeito de (49), a incompatibilidade com o adjetivo *atencioso* é uma evidência a favor da preservação da acionalidade. No que toca a adjuntos temporais e sua compatibilidade com *achievements*, testa-se em (50), *a x tempo*. A título de comparação, consideram-se em (51) DSZs de atividade.

- (50) a) Houve uma escolha ao meio-dia.  
b) Ocorreu uma entrega às 14h30min.  
(51) a) \*Houve um apoio ao meio-dia  
b) \*Ocorreu um conforto às 14h30min.

Com o auxílio de VOEs, observou-se que os DSZs de *achievement* formam sentenças bem formadas com *a x tempo* ao passo que sentenças de atividade, não. Finalmente, em (52), testa-se a compatibilidade dos DSZs de *achievement* com *terminar*.

- (52) a) \*Uma queda terminou.  
b) \*Uma perda terminou.

As sentenças em (52) mostram a rejeição de nominalizações *achievement* a *terminar*. Então, havendo resposta afirmativa para três testes, conclui-se que não há variação de acionalidade quando um predicado de *achievement* se torna um DSZ. Em síntese, uma vez que os DSZs se comportaram do mesmo modo que os verbos dos quais derivam nos testes, é possível concluir que nenhuma predicação das quatro classes aspectuais sofre variação na acionalidade quando submetida a uma nominalização por sufixação zero. Logo, o sufixo Ø não é desencadeador de mudanças na acionalidade.

### 2.3. ASPECTO LEXICAL E CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES

Como já afirmado, este trabalho ancora-se na perspectiva de que situações verbais podem ser expressas em português por três maneiras: por verbos plenos, por nominalizações e por construções que contêm um verbo leve, e um nome deverbal. Na primeira seção deste capítulo, mostrou-se como diagnosticar a que classe acional pertence um dado predicado verbal e na seção anterior, foi mostrado que as nominalizações formadas a partir do acréscimo de um sufixo Ø a uma forma verbal conjugada não sofrem variação de acionalidade com relação ao verbo do qual derivam.

Assim, conforme já antecipado, esta seção se detém no terceiro tipo de expressão de uma predicação verbal, a saber, a de uma construção que emprega um verbo leve e um DSZ. O interesse nesse tipo de construção reside em verificar se há ou não variação da acionalidade quando uma predicação verbal é expressa por uma construção com verbo leve e, em caso afirmativo, qual é a influência que esse verbo leve tem na configuração sintático-semântica da predicação. Em resumo, o objetivo desta seção é checar se as construções com verbos leves (doravante CVLs<sup>53</sup>) respondem aos testes propostos da mesma maneira que os DSZs que compõem essas construções e que os verbos plenos dos quais se derivaram essas formas nominais. Sentenças como as em (3), reescritas em (53), são exemplos de CVLs.

- (53) a) Aquele criança tem desejo de passar as férias na Disney.  
b) Pedro fez a venda do carro.

---

<sup>53</sup> Scher (2003).

Esse tipo de construção é bastante comum (e produtivo) em algumas línguas. Quanto à sua caracterização, Scher (2003) assume que uma CVL apresenta três propriedades: (i) tem uma sentença correspondente empregando um verbo pleno<sup>54</sup>; (ii) apresenta como complemento nominal um nome de ação (em geral, deverbal) que predica sobre eventos; (iii) contém um verbo principal semanticamente vago, isto é, um verbo tematicamente vazio, marcado para pessoa e tempo.

Especificamente, com relação a (ii), propõe-se um alargamento dessa propriedade e postula-se que esse tipo de construção não está restrito a nomes de ação, mas que ela se aplica a qualquer nome deverbal que apresente uma interpretação verbal, como é possível observar em (53a), em que nem *ter desejo* nem tampouco *desejar* ou *desejo* denotam ação.

Quanto a (iii), a autora postula que, para o português, o conjunto de verbos leves é constituído por *dar, fazer, levar, tomar, pôr* e *ter*. Porém, no caso dos verbos que ocorrem com nomes formados por sufixação zero, o conjunto é composto por *dar, fazer, levar, ter* e *tomar*. Excluiu-se o verbo *pôr*, pois não foi encontrado nenhum exemplo de construção em que ele se comporte como verbo leve e tenha um DSZ como complemento.

Entretanto, antes de se debruçar sobre o conjunto de exemplos dessas construções, cabe tecer alguns comentários acerca de alguns fenômenos linguísticos que subjazem a uma CVL – além das condições já apontadas por Scher (2003) e indicadas anteriormente – sobretudo a respeito de sua morfossintaxe.

Os sintagmas complemento de uma CVL contendo um DSZ podem aparecer em diferentes formas morfossintáticas, tais como singular e plural – *dar um beijo, dar uns pegos*; determinante definido ou indefinido – *fazer a venda, fazer uma entrega*; singular e plural nu – *ter respeito, dar desculpas* (cf. § 3.1 para discussão a respeito do papel do determinante e da influência do plural na caracterização desse tipo de predicado).

Uma característica morfológica das CVLs é que o nome que lhe serve de complemento nem sempre consiste de uma nominalização *stricto sensu* (no limite, aquela que atribui ao nome uma leitura verbal) ainda que sua forma morfológica coincida com a de um DSZ. Do mesmo modo, existem nominalizações *stricto sensu* que aparecem em CVLs, mas que não constituem paráfrases de uma situação expressa por um verbo pleno.

Exemplos do primeiro caso são *aviso* em *dar um aviso* (= *avisar*) e *desenho* em *fazer um desenho* (= *desenhar*). No que toca à segunda situação, têm-se *volta* em *dar uma*

---

<sup>54</sup> A autora emprega o termo “verbo simples”.

*volta* ( $\neq$  *voltar*), *conta* em *dar conta* ( $\neq$  *contar*) e em *tomar conta* ( $\neq$  *contar*), *trabalho* em *dar trabalho* ( $\neq$  *trabalhar*), *limpa* em *fazer uma limpa* ( $\neq$  *limpar*), *queda* em *ter uma queda* ( $\neq$  *cair*) etc.

Sendo assim, uma vez que o objetivo desta seção é verificar se há variação ou não na acionalidade do verbo pleno com relação à CVL que lhe serve como paráfrase, foi necessário descartar do conjunto de dados testado todas as CVLs que não contêm nominalizações *stricto sensu*, isto é, nomes que só tenham uma interpretação nominal, mas também – conforme a condição (i) – todas as CVLs que contêm nominalizações *stricto sensu*, mas que não constituem paráfrase de uma predicação verbal expressa por um verbo pleno.

Não obstante, com relação à própria CVL, foi preciso se certificar de que ela não constitui uma expressão idiomática, cristalizada ou em vias de cristalização. Ifill (2002) tem um estudo sobre expressões idiomáticas, formas cristalizadas ou em vias de cristalização e discorre sobre algumas características dessas expressões. Uma delas é a dificuldade (ou impossibilidade, em alguns de casos) de se fazerem substituições de palavras sem que haja perda de sentido na expressão ou de construir paráfrases com itens lexicalmente relacionados. Isso pode ser visto em (54) e (55), em que as sentenças (b) ou (c) são aceitáveis somente se apresentarem uma leitura diferente das sentenças em (a).

(54) a) O ladrão fez uma limpa no escritório.

b) ?? O ladrão limpou o escritório.

(55) a) O João tem uma queda pela Maria desde a faculdade.

b) ?? O João cai pela Maria desde a faculdade.

c) ?? O João cai na Maria desde a faculdade.

Assim, já que (54b) não é paráfrase de (54a) e igualmente (55b-c) não são de (55a), *fazer uma limpa* e *ter uma queda* não são CVLs válidas para este estudo. Outra característica testada por Ifill (2002) é de caráter morfossintático. Para ele, expressões cristalizadas (e idiomáticas) geralmente tornam-se agramaticais ou sofrem alteração no seu sentido quando ocorre alteração morfológica em alguma de suas palavras como, por exemplo, mudança de plural ou singular (nominais), alternância de determinante etc. Testando essa afirmação com dados do português, têm-se (56) e (57).

- (56) a) Ana não dá conta de tanto trabalho.  
 b) \*Ana não dá uma conta de tanto trabalho.  
 c) \*Ana não dá contas de tanto trabalho.
- (57) a) Aquela babá não sabe tomar conta de criança.  
 b) \*Aquela babá não sabe tomar uma conta de criança.  
 c) \*Aquela babá não sabe tomar contas de criança.

Em *dar conta* e *tomar conta*, certamente, como viu-se em (56b-c) e (57b-c), a variação morfossintática do sintagma provoca agramaticalidade. Não obstante, há CVLs que parecem estar em um nível ainda mais elevado de cristalização como, por exemplo, *dar uns pegas* e *dar um chega pra lá*, observadas em (58) e (59).

- (58) a) O João deu um chega pra lá no Paulo ( $\neq$  chegou).  
 b) \*O João deu um chega no Paulo ( $\neq$  chegou).  
 c) \*O João deu uns chegas (pra lá) em todo mundo.
- (59) a) Pedro deu uns pegas na Joana na festa.  
 b) \*Pedro deu um pega na Joana na festa.  
 c) \*Pedro deu pega na Joana na festa.

É verdade que existe um sentido do verbo *pegar* no PB que deve ter dado origem a essa expressão e, por isso, é possível que haja uma relação de paráfrase entre *Pedro pegou a Joana na festa* e (59a); sem dúvida, isso não ocorre em (58). Todavia, *uns pegas* viola a restrição de modificação morfológica, o que é suficiente para descartá-lo dos dados de análise da acionalidade. Quanto a (58), a cristalização parece ser ainda maior, pois *pra lá* não pode ser tirado da expressão sem que torne a sentença agramatical, o que é uma evidência inclusive para afirmar que o que está sendo nominalizado é o constituinte *todo chegar pra lá* e não somente o verbo.

Outra CVL que merece atenção especial é *tomar banho*. De fato, em algumas situações, é possível dizer *tomar um banho*, mas a morfossintaxe dessa expressão está se enrijecendo na língua de modo que *tomar uns banhos* não soa mais tão natural. Contudo, as particularidades dessa expressão estão no seu aspecto semântico. Ao observar expressões como, por exemplo, *dar um chute*, *tomar um chute* e *levar um chute*, nota-se que quem dá um chute é agente e quem leva ou quem toma um chute é paciente. Esse

também é o caso de CVLs contendo *soco, surra, xingo*, em que *tomar* e *levar* são verbos leves sinônimos.

A esse respeito, Ifill (2002) entende que, se uma palavra não puder ser substituída por outra sinônima sem perda global do significado, há um indício para postular que se trate de uma expressão com um grau alto de cristalização. Assim, a partir de *tomar banho*, a expressão *\*levar banho* como sinônima não é possível, o que é um indicador da cristalização da forma.

De todo modo, CVLs que empregam *levar* e *tomar* como verbos leves não vêm contempladas na análise deste trabalho, pois essas CVLs não se comportam como sinônimas dos verbos plenos dos quais derivam, o que viola inclusive a exigência (iii) assumida por Scher quanto à caracterização de uma CVL. A correspondência, nesse caso, então, seria com uma sentença passiva, mas uma análise de tal construção fugiria muito do escopo desta pesquisa. Portanto, é necessário refinar o conjunto de verbos leves analisados nesta seção, são eles: somente *dar, fazer* e *ter*.

Assim, uma vez restringida qual a natureza morfológica dos verbos leves e dos DSZs que figuram nas CVLs analisadas, bem como algumas das características sintáticas dessas construções, considera-se (60), que apresenta sentenças que contêm CVLs, as quais são paráfrases de sentenças que empregam verbos plenos.

- (60) a) Maria tem gosto por sua profissão.
- b) A professora teve uma conversa com os alunos na reunião.
- c) O professor fez o cálculo da raiz quadrada de 144.
- d) O motoqueiro fez a entrega da pizza para o cliente.

Nas sentenças anteriores, (60a) tem uma CVL derivada do verbo estativo *gostar*; (60b) descreve uma sentença derivada de um verbo de atividade: *conversar*; (60c) contém uma construção empregando um verbo leve e um DSZ derivado de *calcular*, um verbo de *accomplishment*; (60d) apresenta uma CVL formada a partir de um verbo de *achievement*, qual seja, *entregar*. Sendo assim, o objetivo desta seção é verificar se os predicados verbais expressos por CVLs têm a mesma acionalidade que é encontrada nos verbos

plenos respectivos, isto é, se o predicado de estado *gostar de sua profissão*, por exemplo, apresenta o mesmo aspecto lexical de *ter gosto por sua profissão*<sup>55</sup>.

Brinton (1995) assume que a diferença entre um predicado com verbo leve<sup>56</sup>, contendo um DSZs, e um predicado com um verbo pleno<sup>57</sup> é aspectual; para a autora, que toma por base empírica dados do inglês, a construção perifrástica apresenta a ação expressa pelo verbo como limitada no tempo, como o excerto de uma unidade, como a tomada de uma instância única de um conjunto de unidades equivalentes; para Brinton, isso pode ser visto, por exemplo, na diferença entre *breathe (respirar)* e *take a breath (tomar fôlego)*.

No entanto, a autora atribui essa mudança aspectual ao sufixo Ø e não à CVL como um todo. Porém, na seção anterior, foi mostrado que o sufixo Ø não desempenha nenhum papel na mudança da acionalidade. Portanto, cabe checar se uma CVL contendo um DZS exerce esse tipo de influência. Vale fazer a ressalva de que não é necessário aplicar todos os testes sempre às mesmas CVLs, pois se espera que a classe acional, a rigor, se comporte uniformemente com relação a eles.

### 2.3.1. Construções com nominalizações estativas

Na seção anterior, foi mostrado que os DSZs preservam a acionalidade do verbo do qual derivam. A partir disso, o objetivo desta subseção é verificar se as CVLs que empregam DSZs estativos sofrem algum tipo de mudança no aspecto lexical. Para tanto, um conjunto desse tipo de CVL pode ser visto em (61).

(61) *ter descanso, ter desejo, ter desprezo, ter dúvida, ter gosto, ter interesse, ter melhora, ter respeito.*

Para análises desse tipo de construção com dados do inglês, Brinton (1995) mostrou que CVLs não são produtivas com nominalizações estativas, porque, em inglês, CVLs expressam geralmente volição ou intenção e essa não é uma característica atribuída a predicacões de estado. Brinton entende que nos raros casos em que CVLs contêm DSZs

---

<sup>55</sup> Neste trabalho, não são consideradas variáveis sintáticas que aparecem na transformação de formas verbais para formas nominais como, por exemplo, a mudança de preposição em *gostar de* para *ter gosto por*. Para uma análise desse tipo de variação, cf. Castilho (2010).

<sup>56</sup> A autora emprega o termo “verbo geral”; para ela, esses verbos são *have, take, give* e mais raramente *do, make* e *pay*.

<sup>57</sup> Brinton (1995) utiliza o termo “verbo simples”.

estativos, tais como *have a desire for* (*ter desejo por*) e *have doubts about* (*ter dúvidas sobre*), há uma intenção ou volição implícita.

Quanto ao português, a primeira observação ao atentar para os dados em (59) é a de que não há CVLs empregando nem o verbo *fazer* nem o verbo *dar*. Isso pode ser devido ao fato de que, como já argumentado, os predicados de estado não denotam intenção ou volição, e os verbos *fazer* e *dar* trazem em seu significado um traço, em alguma medida, volicional. A respeito de *fazer*, Basílio (2007) observa que as expressões *fazer* + NOME significam basicamente “executar um ato”, o que pode explicar, também, a rara ocorrência (e nesse conjunto de dados, nula) desse verbo com predicacões de estado.

Os predicados estativos se combinam somente com o verbo *ter*. É interessante notar que essa distribuição não parece ser randômica, no que tange à atribuição de papéis temáticos, esses papéis  $\theta$  aparecem em uma CVL com o verbo *ter* como correlata aos verbos que atribuem papel  $\theta$  de experienciador ao seu argumento externo. Isso constitui evidência para argumentar que CVLs com DSZs estativos preservam a acionalidade, já que se o sujeito da sentença fosse, de fato, agente, haveria volição ou intenção envolvida. Ademais, com relação aos testes apresentados na tabela 2, consideram-se as sentenças em (62) e (63).

(62) a) \*Aquele criança está tendo desejo de ir para Disney.

b) \*Ana está tendo desprezo por Marcos.

c) \*O aluno está tendo respeito pelo professor.

(63) a) \*Tenha melhora nas notas, Pedrinho!

b) \*Tenha desprezo por Marcos, Ana!

c) \*Tenha descanso, vovó!

Em (62) e (63), vê-se que, assim como os verbos estativos e as nominalizações estativas, as CVLs rejeitaram a perífrase progressiva e a forma imperativa<sup>58</sup>, o que já é – somado ao que foi discutido anteriormente – determinante para concluir que as CVLs formadas com DSZs estativos mantêm o aspecto lexical. De qualquer forma, em (64), mostra-se ainda a incompatibilidade dessas construções com o advérbio *cuidadosamente*.

---

<sup>58</sup> De fato, existem sentenças gramaticais como *Pedrinho está tendo melhora nas notas* e *Tenha respeito pelo seu professor*. Mas esses são exemplos do emprego de predicacões estativas com usos não estativos, como já discutido. Na análise de Kearns (2000), estes seriam predicados de atividade.

- (64) a) \*Aquele criança cuidadosamente teve desejo de ir para Disney.  
b) \*Ana desprezou Marcos cuidadosamente.  
c) \*A vovó teve descanso cuidadosamente.

Assim, é possível concluir que CVLs contendo DSZs estativos são igualmente predicados de estado.

### 2.3.2. Construções com nominalizações de atividade

Nesta subseção, abordam-se CVLs que contêm DSZs de atividade. Para o inglês, Brinton (1995) mostrou que existem diferenças de acionalidade entre um verbo pleno de atividade e uma CVL que emprega um nome deverbal de atividade. Para a autora, uma CVL divide arbitrariamente o predicado em porções de curtos espaços de tempo; por exemplo, em *breathe*, há uma atividade (atélica e homogênea), mas em *take a breath* há uma porção delimitada da atividade de respirar, uma delimitação entendida como um *telos*, em última análise, transformando uma predicação de atividade em um predicado de *accomplishment*.

Além disso, no que toca à compatibilidade com *por x tempo*, Brinton aponta a diferença de aceitabilidade entre *We walked for ten hours* (*Nós andamos por dez horas*) e *We had a walk for ten hours* (*Nós demos uma andada por dez horas*); para a autora, CVLs empregando *have* + NOME sugerem uma delimitação diferente de aspecto perfectivo (cf. § 4.2 para uma discussão sobre esse fenômeno).

No que concerne a restrições de combinação entre um dado verbo leve e um determinado aspecto lexical, a autora mostrou que *give* (*dar*) e *take* (*levar/tomar*) são os verbos leves que geralmente aparecem com predicados de atividades – os únicos realmente produtivos em inglês para os DSZs. Quanto ao português, consideram-se em (65) exemplos dessas construções.

(65) *dar um abraço, ter acesso, dar ajuda, dar apoio, dar auxílio, dar conforto, dar consolo, dar um beijo, dar um berro, ter uma briga, dar um chute, ter uma conversa, fazer esforço, dar incentivo, dar um grito, dar um mergulho, dar um passeio, dar um pulo, dar um salto, ter um sonho, dar uma surra, fazer uso, fazer uma visita, dar um xingo.*

A partir dos dados em (63), observa-se que CVLs com DSZs de atividade não oferecem restrições quanto ao tipo de verbo leve empregado: há tanto exemplos com *dar*<sup>59</sup> e *fazer*<sup>60</sup> quanto, embora em menor número, CVLs com verbo *ter*<sup>61</sup>. Como já mencionado, Basílio (2007) observa que construções com o verbo *fazer* denotam *executar um ato*; para a autora, existe inclusive uma série de atos, expressos por uma construção *fazer* + NOME, bastante discerníveis entre si, tais como (i) ato de expressão (falada, escrita, gestual): *fazer discurso, fazer desenho, fazer aceno*; (ii) ato mental: *fazer análise, fazer cálculo*; (iii) ato físico contínuo: *fazer gargarejo*; (iv) ato de estrutura social: *fazer matrícula, fazer negócio, fazer brinde* e (v) ato de representação: *fazer cópia, fazer resumo* etc.

Embora só tenham sido mostrados os exemplos da autora que empregam nominalizações sem sufixo fonológico e cuja paráfrase com um verbo pleno é possível, Basílio apresenta vários outros exemplos de CVLs empregando outros tipos de nomes deverbais, sobretudo formados por parassíntese e por sufixação (fonologicamente visível). De todo modo, embora essa classificação tenha como dividir as CVLs de acordo com seu uso, elas pouco têm a dizer sobre suas propriedades estritamente formais inerentes, com exceção da observação de que, para a autora, construções com o verbo *fazer* denotam *atos contínuos* (como *fazer massagem, fazer carícias, fazer exercícios*).

No que toca a CVLs com DSZs de atividade empregando o verbo *fazer*, em (66) e (67), é testado se há acarretamento semântico de (a) para (b) com o uso do imperfectivo.

(66) a) O diretor fazia uso do computador.

b) O diretor fez uso do computador.

(67) a) A neta fazia uma visita para a avó.

b) A neta fez uma visita para a avó.

Nas sentenças em (66), o uso do imperfectivo em (a) acarreta (b). Se é verdade que o diretor fazia uso do computador, é igualmente verdadeiro que ele fez uso do computador. O mesmo se aplica à visita da neta em (67), pois se a neta fazia uma visita, é verdade que a neta fez uma visita<sup>62</sup>.

---

<sup>59</sup> Cf. Scher (2003, 2006), Basílio (2007), Davel (2009), Medeiros (2010), entre outros, para o emprego do verbo leve *dar* em construções com complementos de outra natureza.

<sup>60</sup> Cf. Basílio (2007), entre outros, para demais construções empregando o verbo *fazer*.

<sup>61</sup> Cf. Viotti (2003) para outros tipos de construção com o verbo *ter*.

<sup>62</sup> É verdade que sentenças como (66) e (67) são compatíveis com o auxiliar aspectual *terminar de*; contudo, isso é resultado não da mudança da classe acional, mas da aparente delimitação atribuída pelo emprego do determinante (cf. capítulo 3).

No que tange ao verbo *dar*, Basílio (2007) também classifica as expressões *dar* + NOME segundo o seu uso; os exemplos de DSZs indicados pela autora segundo os significados dessas expressões são: (i) *dar* como *conceder*: *dar abono*; (ii) *dar* como *fornecer*: *dar prova*, *dar incentivo*; (iii) *dar* como *transmitir*: *dar aviso*, *dar notícia*; (iv) *dar* como *emitir*: *dar grito*, *dar berro*, *dar uivo*; (v) *dar* sinônimo de *executar um ato físico pontual*: *dar chute*, *dar soco* e (vi) *dar* como *executar ato performativo*: *dar início*, *dar cumprimento*.

A partir desses e outros exemplos para cada categoria, a autora conclui que, em geral, existe uma oposição sistemática entre construções *dar* + NOME e *fazer* + NOME; estas, para atos contínuos e emissões de voz, e aquelas, para atos momentâneos e para atos de fala. Novamente convém observar que essa categorização da autora sobre os usos das expressões pouco tem a dizer sobre as propriedades estritamente linguísticas dessas CVLs. Contudo, cabe tecer alguns comentários sobre a afirmação de que construções *dar* + NOME geralmente indicam atos momentâneos.

Interpretando Basílio (2007), é possível afirmar que a leitura de *ato momentâneo* atribuída a expressões com o verbo *dar* (*dar um chute*, *dar um pulo*) e a leitura de Brinton (1995) para o inglês convergem no seguinte sentido: entende-se que uma CVL com um DSZ de atividade consiste de uma operação de extração de unidade em que, por exemplo, um único subevento de *pular* (*dar um pulo*) consiste de um ato momentâneo, de uma porção delimitada de um predicado de atividade.

Nesse sentido, *atos momentâneos* e *extração de unidade* estão fazendo referência a subeventos de um evento maior de uma mesma natureza. Esse é o caso dos predicados semelfactivos, em que há uma série de eventos pontuais, mas que podem compor um evento maior atético, como é o caso de *chutar*, *saltar*, *pular*, *socar* etc.<sup>63</sup> Assim, entende-se que *chutar* é uma predicação atética composta por estágios, subeventos (pontuais) de *chutar*.

A operação de extração de unidade de que Brinton (1995) fala se dá quando um predicado semelfactivo de atividade é submetido a uma CVL, no caso do inglês, com *give* e *take*. No PB, ela só ocorre com o verbo *dar*; nessa operação, ocorre uma “extração da unidade” em que um subevento da predicação torna-se um “ato momentâneo”, como é visto em (68).

---

<sup>63</sup> Essa característica torna difícil sua classificação, tanto que há autores que os incluem na classe dos *achievements* (KEARNS, 2000).

- (68) a) Maria deu um chute na bola.  
b) João deu um pulo na piscina.

No entanto, *chutar* (verbo de atividade) e *dar um chute* (bem como os outros predicados semelfactivos) não respondem da mesma maneira que os outros predicados de atividade aos testes apresentados na tabela 2. Para visualizar essa comparação, observa-se a incompatibilidade com o adjunto *por x tempo* em (69).

- (69) a) \*Maria deu um chute na bola por cinco segundos.  
b) \*João deu um pulo na piscina por cinco segundos.

As sentenças em (69) não são possíveis, o que mostra que a CVL que emprega o verbo leve *dar* com esse tipo de predicação (semelfactiva) causa mudanças no aspecto lexical, transformando uma predicação de atividade ([+estágios] e [–télico]) em um predicado de *achievement*, [–estágios] e [+télico]<sup>64</sup>. Porém, com outros verbos de atividade, ainda que sejam empregados o verbo *dar* e um determinante, não há mudança na acionalidade, o que se observa em (70).

- (70) a) O pai deu uma surra no filho por dez minutos.  
b) A mãe deu um passeio por meia hora.  
c) Aquela criança deu um berro por mais de meio minuto.

Além disso, existem CVLs com o verbo *dar* e um sintagma nominal sem determinante que também não sofrem mudanças no aspecto lexical, como as vistas em (71).

- (71) a) Os pais deram apoio ao filho por muitos anos.  
b) Rita deu consolo para a amiga por muitos dias.

---

<sup>64</sup> A dificuldade da classificação desse tipo de predicado reside principalmente no fato de que os predicados semelfactivos não respondem satisfatoriamente aos testes para inclui-los nem na classe das atividades nem tampouco na dos *achievements*.

Nos casos em (69), o aspecto lexical é preservado no que tange ao acarretamento semântico de (a) para (b) com *por x tempo*<sup>65</sup>. O mesmo se aplica a (72) e a (73).

(72) a) A professora teve uma conversa com o aluno por duas horas.

b) A professora teve uma conversa com o aluno.

(73) a) O vereador teve acesso às contas da prefeitura por dois mandatos.

b) O vereador teve acesso às contas da prefeitura.

Assim, no que diz respeito a CVLs que empregam DSZs de atividade, há vários comportamentos distintos. O primeiro deles é com construções empregando *dar* seguido por um sintagma nominal sem determinante; nelas, a acionalidade da nominalização (ou do verbo pleno) é mantida na CVL. Quanto a CVLs compostas por *fazer* ou que empregam o verbo *ter*, com ou sem determinante, também não há variação no aspecto lexical. A terceira situação é a de predicados semelfactivos com o verbo *dar*: para eles, há mudança de classe acional; no caso, um predicado de atividade se transforma em um predicado de *achievement*.

### 2.3.3. Construções com nominalizações de *accomplishment*

Brinton (1995) afirma que, em inglês, situações verbais expressas por CVLs não descrevem predicados *accomplishment*, porque, segundo ela, esse tipo de construção não se combina bem com predicados que denotam limitação temporal e espacial ou atingimento de objetivos, isto é, predicados com o traço [+télico]. Se assim for, as CVLs do inglês se comportam diferentemente das do português, pois tais combinações são perfeitas no PB, como indica (74).

(74) *fazer uma análise, fazer um anúncio, fazer uma busca, fazer um cálculo, fazer um corte, fazer uma crítica, fazer uma denúncia, fazer uma pergunta, fazer uma pesquisa, fazer um relato.*

---

<sup>65</sup> É verdade que é possível dizer *A professora terminou de ter uma conversa com o aluno*; entretanto, como já mencionado na seção anterior e também nos exemplos com *fazer* nesta subseção, isso não é resultado da mudança da acionalidade, mas sim da mudança na qualidade massa/contável do nome que provoca uma delimitação arbitrária do predicado (cf. capítulo 3).

A partir dos dados em (74), constata-se que as CVLs que empregam DSZs de *accomplishment* só são produtivas com o verbo *fazer*. Isso pode ser resultado do traço de volição/intenção presente no verbo leve que faz com que ele se combine bem com predicções télicas, isto é, volição ou intenção em atingir um *telos*. Brinton (1995) entende que a impossibilidade de uma CVL empregando o verbo *ter* com *accomplishments* é justamente a sua incompatibilidade com predicados que denotam ações definidas ou delimitação espacial/temporal (o que, por outro lado, motiva sua aparição em predicados de atividade e estado). Asserções que são observadas também no PB.

Os testes da tabela 2, aplicados às CVLs com DSZs de *accomplishment*, são vistos a seguir, verificando se há acarretamento semântico de (a) para (b) com *parar de* em (75) e com *por x tempo* em (76).

(75) a) A menina parou de fazer a denúncia do roubo.

b) A menina fez a denúncia do roubo.

(76) a) O aluno fez o cálculo da raiz quadrada de 144 por um minuto.

b) O aluno fez o cálculo da raiz quadrada de 144.

Tanto em (75) quanto em (76), não há acarretamento semântico de (a) para (b), pois a interrupção da denúncia não acarreta na culminação do evento, assim como *fazer o cálculo da raiz quadrada de 144 por um minuto* não acarreta que o cálculo foi concluído. No que toca à compatibilidade com *terminar de*, considera-se (77).

(77) a) A menina terminou de fazer a denúncia do roubo.

b) O aluno terminou de fazer o cálculo da raiz quadrada de 144.

Ao observar (77), constata-se a gramaticalidade das sentenças com o auxiliar aspectual *terminar de* e, portanto, conclui-se que CVLs que empregam DSZs de *accomplishment* também descrevem sentenças *accomplishment*. Ademais conclui-se que, nesses casos, não há variação na acionalidade.

#### **2.3.4. Construções com nominalizações de *achievement***

No que diz respeito a *achievements*, Brinton (1995) mostrou que em inglês DSZs *achievement* não são produtivos em CVLs; segundo a autora, os únicos exemplos são

*make an escape* (fazer um escape) e *make a get-away* (fazer uma fuga); para a autora, isso se deve também ao fato de as CVLs em inglês não figurarem com predicções que denotam delimitação de tempo ou de espaço. Assim como para *accomplishments*, isso não é algo que se verifica em português; ainda que não sejam muito numerosas, CVLs com DSZs de *achievement* são produtivas, como aponta (78).

(78) *fazer uma compra, fazer uma entrega, fazer uma escolha, fazer um passe, fazer uma troca, fazer uma venda.*

Ao observar os dados em (78), é possível perceber que – como no caso dos *accomplishments* – as predicções com DSZs de *achievement* só se combinam com o verbo *fazer*; novamente isso pode ser explicado pela presença do traço volicional/intencional presente no verbo. Assim, fazendo a verificação da acionalidade das CVLs em (78) por meio dos testes da tabela 2, tem-se (79) para a incompatibilidade com *terminar de*, (80) para a incompatibilidade com *por x tempo*, (81) para compatibilidade com *a x tempo*.

(79) a) Marcos terminou de fazer a compra do boi.

b) O motoqueiro terminou de fazer a entrega da pizza.

(80) a) \*Nei fez a compra do boi por cinco minutos.

b) \*O motoqueiro fez a entrega da pizza por um minuto.

(81) a) Nei fez a compra do boi às 9h30min.

b) O motoqueiro fez a entrega da pizza às 22h30min.

Nas sentenças anteriores, é possível perceber que as CVLs que contêm o verbo *fazer* rejeitam adjuntos da forma *por x tempo* e são compatíveis com o auxiliar aspectual *terminar de*, o que é um indício de que essas CVLs descrevem sentenças *accomplishment* (que também não se combinam bem com adjuntos da forma *por x tempo*). Quanto à sua boa formação com adjuntos da forma *a x tempo*, assim como já apontado para os verbos de *accomplishment*, *a x tempo* indica a instância temporal de algum ponto do evento, do início ou da culminação; logo, elas não se comportam como predicados de *achievement*.

Então, no caso de CVLs *fazer* + DSZ de *achievement*, o verbo *fazer* transforma um ato instantâneo em um processo, fazendo com que o evento pontual da compra seja estendido e a predicção verbal passe a denotar todo o processo de comprar (escolha,

pagamento etc.), atribuindo a *fazer uma venda* as mesmas propriedades acionais de *fazer um cálculo*, por exemplo. Essa alteração, porém, não traz consequências para sua propriedade de telicidade: o evento continua tendo a característica [+télico]; sua mudança é na propriedade [±estágios], de [-estágios] para [+estágios], transformando, em última instância, um predicado que contém um DSZ de *achievement* em uma predicação de *accomplishment*.

Para finalizar, a tabela 3 apresenta um resumo do comportamento de cada classe acional no que respeita à maneira como um predicado é expresso: por um verbo pleno, por um DSZ, por uma CVL.

Verbo pleno	DSZ	CVL
Estados	Estados	Estados
Atividades	Atividades	Atividades
Atividades semelfactivas	Atividades semelfactivas	<i>Achievements</i>
<i>Accomplishments</i>	<i>Accomplishments</i>	<i>Accomplishments</i>
<i>Achievements</i>	<i>Achievements</i>	<i>Accomplishments</i>

**Tabela 3: classificação dos predicados a partir de suas formas**

#### 2.4. ASPECTO LEXICAL E O PAPEL DO VERBO LEVE

Nas subseções anteriores, foram discutidas as mudanças de acionalidade que emergem do emprego de uma nominalização deverbal (por sufixação zero) em uma construção com verbo leve. Adicionalmente, esta seção dá especial atenção ao papel que o verbo leve tem na caracterização do predicado e, mais especificamente, na sua (in)compatibilidade com determinada classe acional. Para Scher (2003), como foi mencionado, o conjunto de verbos leves do português é formado por *dar*, *levar*, *fazer*, *pôr*, *tomar* e *ter*; porém, como já mostrado, no que tange ao emprego de CVLs com DSZs, o conjunto se resume a *dar*, *fazer* e *ter*.

Com relação ao verbo *dar*, como foi visto, ele não impõe restrições quanto à presença de determinante, já que é possível tanto *dar um xingo* quanto *dar conforto*. Outra característica desse verbo leve é a de que ele só ocorre com predicções que descrevem atividades. Isso se deve tanto à sua preferência por predicções atélicas, assim como em inglês, quanto ao traço de agentividade, volição, intenção, que *dar* traz de sua raiz e que não é compatível (como já se mostrou) com a classe aspectual dos estados.

Quanto à ocorrência exclusiva com predicados de atividade, ela pode ser explicada pela morfossintaxe dessas construções. Medeiros (2010), para construções com o verbo *dar* em sentenças como *Rita deu consolo para a amiga*, postula que há um argumento externo que é o agente que causa o evento, o qual é expresso pelo argumento interno do verbo, e um PP locativo que diz respeito ao lugar onde o evento se deu.

Nessa análise, *Rita* é o agente do evento *dar consolo* e *a amiga* é o locativo afetado pelo evento, ou seja, *aquele que recebe o consolo/é consolado*. Nota-se que há uma sistematização que subjaz a esse tipo de CVL, como se vê em *dar um(a) soco/chute/surra/xingo* e em *dar apoio/conforto/consolo* em que o argumento externo é agente, o DSZ é o evento e o sintagma preposicionado é o objeto afetado pelo evento.

No que tange a CVLs que empregam o verbo *fazer*, viu-se que elas não ocorrem com DSZs estativos, porque, como já discutido, a classe acional de estado não é compatível com agentividade. Por outro lado, *fazer* é o único verbo leve que aparece com CVLs que contêm DSZs de predicados télicos; essa compatibilidade pode ser resultado da volição/intenção em executar um determinado evento. Há alguns poucos casos com *fazer* + DSZ de atividade (sem que ocorra mudança na classe acional), tais como *fazer uso/esforço/uma visita*, mas é possível notar que há igualmente uma noção de agentividade envolvida, já que essas predicções requerem intenção e volição (para diferenças no emprego do determinante, cf. capítulo 3).

Finalmente, com o verbo *ter* só aparecem DSZs de estado e de atividade. Brinton (1995) explica que isso se dá porque *ter* não é compatível com situações verbais que denotam algum tipo de limitação, temporal ou espacial, ou seja, télicas; por outro lado, combinam-se bem com predicados atélicos (como é o caso). Não obstante, Viotti (2003) afirma que construções com o verbo *ter* não provocam mudança na classe acional do predicado; o que também é, de fato, verificado, pois nas CVLs em que ele aparece (diferentemente de alguns casos com *dar* e alguns com *fazer*), não há mudança na classe aspectual.

## 2.5. SÍNTESE DO CAPÍTULO

No capítulo 2, foram discutidas e testadas as propriedades que caracterizam cada classe acional, tanto no que se refere a verbos plenos e nominalizações quanto a construções que empregam um verbo leve e um DSZ. Primeiramente foram selecionados testes de que se dispõe para determinar qual a classe acional de cada predicado. Em seguida, esses mesmos testes foram aplicados às nominalizações (às vezes, com o auxílio

de verbos de ocorrência de eventos) para verificar se uma predicação verbal quando submetida ao processo de nominalização por meio de um sufixo Ø apresentava variações na mudança de sua acionalidade. Uma vez aplicados os testes, foi possível constatar que a nominalização (pelo menos para DSZs) não provoca alterações no aspecto lexical dos verbos dos quais derivam.

Em seguida, discutiu-se a caracterização de situações verbais expressas por construções com verbos leves; essa discussão abordou questões relacionadas às propriedades necessárias para que uma construção seja uma CVL tanto do ponto de vista morfossintático quanto semântico. Mostrou-se que CVLs em português que empregam DSZs são aquelas que aparecem com os verbos leves *dar*, *fazer* e *ter*. Também foi mostrado que existem determinadas construções que empregam um verbo leve e um nome relacionado a um verbo que não constituem CVLs, sobretudo por não apresentarem uma paráfrase equivalente a um predicado expresso por um verbo pleno ou por se tratar de expressões cristalizadas ou idiomáticas.

As CVLs de interesse desta pesquisa foram submetidas aos mesmo testes apresentados na primeira seção para verificar se havia alteração na classe acional da predicação, observando também se o tipo de verbo exercia alguma influência para a determinação da classe acional do predicado expresso por uma CVL e ainda para especular se havia alguma sistematização quanto ao emprego do determinante. Quanto a essas análises, os resultados apresentaram-se bastante variados.

A primeira conclusão foi a de que CVLs em português, de uma maneira geral, comportam-se diferentemente das do inglês. Em primeiro lugar, porque nessa língua as CVLs têm preferência por predicções atéticas, ao passo que no PB, embora elas sejam muito mais numerosas com DSZs de atividade, existem ocorrências com todas as classes acionais. O segundo ponto é o de que, em inglês, as CVLs são muito produtivas com *to take*, enquanto no PB, constatou-se que *levar* e *tomar* não são muito produtivos e nem foram contemplados na análise.

Quanto à variação no aspecto lexical, para a classe aspectual estativa, não houve mudanças na acionalidade. Quanto ao emprego de DSZs de atividade em CVLs, foi observado um comportamento híbrido: as não semelfactivas que ocorrem com o verbo *dar* bem como as que contêm o verbo *ter* ou o verbo *fazer* não sofrem mudanças no seu aspecto lexical; por outro lado, com aquelas que ocorrem com o verbo *dar* e dizem respeito a predicados semelfactivos, ocorre a extração de um dos estágios desse

predicado, de tal modo que se transforma uma predicação de atividade em um predicado de *achievement*.

No tocante a DSZs de *accomplishments*, mostrou-se que eles só são produtivos com o verbo *fazer*; para esse tipo de CVL – construído sempre com determinante – não houve variação no aspecto lexical. Finalmente com DSZs de *achievement*, recorrentes também somente com o verbo *fazer* (e determinante), esses predicados passaram a se comportar como *accomplishments*.

No que respeita ao papel que os verbos leves desempenha, foi mostrado uma sistematicidade: o verbo *ter* só ocorre com predicados atélicos (e não provoca mudança na classe acional); por sua vez, o verbo *fazer* é exclusivo dos predicados télicos, ainda que possa se combinar em alguns casos com DSZs de atividade (ele só provoca mudança na classe acional no caso dos DSZs *achievement*); por fim, o verbo *dar* só ocorre com predicados de atividade e requer para sua interpretação um agente, um evento e um tema/objeto afetado pelo evento que aparece introduzido por uma preposição (esse verbo só desencadeia mudança no aspecto lexical para predicados semelfactivos).

Em resumo, mostrou-se que, ainda que o sufixo nominalizador  $\emptyset$  não provoque alterações no aspecto lexical de um dado predicado, mudanças ocorrem quando essas predicções são expressas por CVLs. Igualmente foi possível constatar que a distribuição dos verbos leves não é randômica, mas apresenta certa afinidade com a classe acional. Ademais, observou-se que o emprego do determinante parece ter grande influência na caracterização da acionalidade de uma predicação verbal, assunto que é abordado no capítulo 3.

### 3. DETERMINANTES

#### 3.1. DETERMINANTES E CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES

Anteriormente foi mostrado que a acionalidade de uma predicação verbal não sofre alterações quando submetida ao processo de nominalização por sufixação zero. Contudo, quando essas formas deverbais aparecem em CVLs, de modo a formar uma paráfrase da situação expressa pelo verbo pleno, a predicação verbal, para alguns casos, como foi mostrado, muda de classe acional.

Além disso, no capítulo anterior, levantaram-se questões sobre se o determinante exerce algum tipo de influência na caracterização do predicado expresso por meio de uma CVL. Isso porque as análises mostraram uma certa sistematicidade quanto ao seu emprego, a saber, CVLs sem determinante não sofrem variação no seu aspecto lexical, como é o caso dos estados (*ter desejo*) e das atividades não semelfactivas (*dar apoio*); por seu turno, as CVLs que mudam de classe acional são aquelas em que há determinante, tais como as de predicados semelfactivos de atividade que se transformam em predicados de *achievement* (*dar um chute*) e as com DSZs de *achievement* que se tornam predicções *accomplishment* (*fazer uma troca*).

Na verdade, também foi mostrado que existem algumas CVLs que têm determinante e que não sofrem alterações na acionalidade, como é o caso das de atividades e das de *accomplishment*, e um dos objetivos deste capítulo é mostrar em que consiste essa diferença e quais propriedades estão por trás dessa sistematização.

Além disso, este capítulo visa investigar também as motivações para a compatibilidade de determinantes com certos DSZs no que concerne, sobretudo, à sua qualidade massa/contável e a suas propriedades de nome abstrato, isto é, se o fato de alguns nomes deverbais não se combinarem com determinantes é resultado de eles serem nomes de massa (não contáveis) e/ou de consistirem de nomes abstratos incompatíveis com construções de quantificação.

Para tanto, este capítulo vem organizado do seguinte modo: na primeira seção, discute-se o papel do determinante, bem como da morfologia de número (singular ou plural) na determinação da acionalidade de um predicado. Em seguida, discorre-se sobre a influência da qualidade massa/contável dos DSZs no que toca à sua compatibilidade com a quantificação; e ainda testa-se com dados do PB a analogia encontrada na literatura entre predicados atélicos e nomes de massa, e predicados télicos e nomes contáveis.

Na seção seguinte, questiona-se a noção de nome abstrato e suas consequências sintáticas e semânticas para a quantificação e/ou qualificação de um DSZ. Finalmente, na

última seção, é apresentado um resumo das ideias discutidas no capítulo, sintetizando as principais conclusões.

### 3.1.1. Predicados com determinante singular

Nas CVLs analisadas no capítulo anterior, viu-se que a maioria delas era composta por um determinante singular, quer definido (*o/a*) quer indefinido (*um/uma*). E é objetivo desta subseção examinar se esses determinantes exercem influência na caracterização do predicado, sobretudo no que toca à sua classe aspectual.

A respeito do determinante singular em CVLs, Davel (2009) defende que *um/uma* realiza uma operação de extração de um elemento singular, e indeterminado, de um certo conjunto. Entretanto, essa hipótese de Davel é insuficiente para explicar o que, de fato, acontece com os DSZs nas CVLs. É verdade que, no caso de predicados semelfactivos como *chutar*, *um* em *dar um chute* pode ser entendido como um recurso de extração de um elemento de um certo conjunto (*chutar*). Todavia, ancorado nessa definição, já não é muito claro o que ocorre, por exemplo, em *um encontro*, *uma visita* ou *uma conversa*; nesses casos, não é óbvio qual é, de fato, o elemento que está sendo extraído e qual é o conjunto de que se está extraindo esse elemento. Isso se dá porque, como mostrado no capítulo 1, os nomes que aparecem em CVLs consistem de nominalizações *stricto sensu*, isto é, apresentam uma leitura verbal e, portanto, são nomes abstratos.

Quanto à acionalidade das CVLs, ao observá-la no capítulo 2, foi possível perceber que determinantes são compatíveis com predicados que têm a propriedade [+télico], por exemplo, no caso de CVLs de *achievement* (*dar um chute/soco/pulo/salto*) e de CVLs de *accomplishment* (*fazer uma análise/pesquisa/venda/entrega/troca*), isso porque *um/uma* reforça a ideia de delimitação que, por definição, é compatível com telicidade. Por outro lado, isso explica porque DSZs atéticos geralmente não se combinam com determinantes, como é o caso dos estativos (*ter desprezo/respeito/desejo*) e dos de atividade (*ter acesso, fazer uso/esforço, dar consolo/apoio/conforto*).

Naturalmente, como foi visto, existem DSZs de atividade – não semelfactivos – que aparecem com determinante (*ter uma briga/conversa, fazer uma visita, dar uma surra*), mas isso pode ser explicado pela sua propriedade [+estágios]. Embora não haja um *telos*, é possível, por meio do emprego de *um/uma*, cindir arbitrariamente o evento de tal modo que a linha de corte coincida com a culminação de um dos estágios do evento atético e que essa cisão seja interpretada como um tipo de delimitação, na prática, espacial ou temporal etc. (dependendo do predicado).

Brinton (1995) entende que, nesses casos, há uma interpretação de “fazer determinada atividade por um certo tempo”; para a autora, construções desse tipo com o verbo *ter* disparam a leitura de “delimitação arbitrária de uma atividade”. No entanto, para o PB, isso se dá também com os verbos *dar* e *fazer*, uma vez que *fazer uma visita*, *dar uma surra* assim como *ter uma briga*, “denotam fazer a atividade por algum tempo”. Nesses casos, a delimitação não tem a ver com a telicidade (uma limitação interna ao predicado), mas sim com algum tipo de limite extralinguístico, como se vê em (1).

- (1) a) Ana teve duas conversas com o namorado hoje: uma de manhã e outra à tarde.  
b) Ele deu dois passeios: um na Ópera de Arame e outro no Jardim Botânico  
c) Meus pais fizeram duas visitas ontem: uma para mim e outra para minha irmã.

Como visto em (1), as delimitações provocadas pelo determinante são extralinguísticas: temporal em (a), espacial em (b), de indivíduo (ou espacial) em (c); por isso, não há mudança na classe acional, já que mudar a acionalidade significa, no limite, alterar propriedades internas ao predicado.

Quanto à ideia de indeterminação presente em *um/uma*, Davel (2009) defende que isso é consequência da incapacidade de se determinar sobre qual referente – dentro de um número finito ou infinito – se está falando. Não obstante, Lyons (1999) argumenta que a escolha por um determinante<sup>66</sup> (em detrimento de outro) se deve, em alguns casos, à propriedade de identificabilidade.

Para o autor, a identificabilidade diz respeito à possibilidade de se identificar o referente determinado (pelo determinante); essa propriedade é geralmente expressa (no PB) por *o/a*. Adicionalmente, para Davel (2009), *o/a* possibilita delimitar o objeto da referência. Assim, a diferença entre *um/uma* e *o/a* respeita à identificabilidade do referente, o que é visto em (2).

- (2) a) O professor fez um cálculo.  
b) \*O professor fez um cálculo da raiz quadrada de 144.  
c) O professor fez o cálculo.  
d) O professor fez o cálculo da raiz quadrada de 144.

---

<sup>66</sup> O autor utiliza o termo “artigo”, fazendo a ressalva de que não se compromete com a caracterização tradicional desse termo.

Como se viu em (2), a identificabilidade do referente se deu por meio de uma locução adjetiva, a qual restringiu o cálculo de modo que fosse possível determiná-lo. Na verdade, a identificabilidade, como propõe Lyons (1999), é condição para o emprego de *o/a*, nesses casos; portanto, deve haver um modo de restringir o nome para que seja possível empregar o determinante definido. Essa restrição pode ser feita contextualmente (por meio de enriquecimento pragmático ou de um fundo conversacional compartilhado) ou de um expediente sintático – como em (2d), por exemplo<sup>67</sup>; no entanto, uma vez feita a restrição, o predicado torna-se incompatível com determinante indefinido – como atesta a agramaticalidade de (2b).

No que toca à acionalidade, Bertucci (2011) entende que o emprego de *o/a* só se dá com predicados télicos, pois o definido mede o evento de qual participa. Naturalmente, no caso de *accomplishments* e *achievements* (predicações [+télico]), talvez a substituição de *um/uma* por *o/a* seja em termos de identificabilidade do referente – o que se vê na diferença entre (2a) e (2c); contudo, vale checar se isso ocorre também para as atividades (predicados [–télico]). Para tanto, considera-se (3).

(3) a) Ana teve a conversa mais difícil de sua vida hoje de manhã.

b) Os pais fizeram a visita para a filha ontem (anteriormente marcada).

Não é objetivo deste estudo discutir os recursos linguísticos subjacentes à definitude<sup>68</sup>; entretanto, cabe verificar se essa propriedade provoca mudança de classe acional. Para isso, testam-se a compatibilidade com *terminar de* em (4) e a relação de acarretamento empregando *por x tempo* em (5).

(4) a) Ana terminou de ter a conversa mais difícil de sua vida.

b) Os pais terminaram de fazer a visita para a filha.

(5) a) Ana teve a conversa mais difícil de sua vida por uma hora.

b) Os pais fizeram a visita para a filha por uma hora.

As sentenças em (4) se mostraram compatíveis com *terminar de* e, por outro lado, as sentenças em (5) não acarretam as sentenças em (3), isto é, Ana ter tido a conversa mais difícil de sua vida por uma hora não acarreta que Ana teve a conversa mais difícil

---

<sup>67</sup> Em alguns casos também, com alteração na prosódia como em *Pedro deu a surra no irmão*.

<sup>68</sup> Cf. Lyons (1999) para essa discussão.

de sua vida. Assim, observa-se que as predicacões em (3) se tornaram sentenças de *accomplishment*. Portanto, conclui-se que, no caso das atividades, o emprego do determinante definido causa variação na acionalidade.

Em resumo, o determinante indefinido não provoca alteracões no aspecto lexical nem para eventos que já são tólicos (*accomplishments* e *achievements*) nem para atividades. Quanto ao definido, ele igualmente não provoca mudança na classe acional para eventos [+tólico]; por outro lado, isso ocorre para as atividades, que se tornam predicados de *accomplishment*.

### 3.1.2. Predicados com determinante plural

A primeira característica de CVLs com determinante plural é que elas não são compatíveis com predicacões que não aceitam determinantes no singular, tais como estativas em (6a) e algumas de atividade, como em (6b).

(6) a) \*Ana tem respeitos pelos seus professores.

b) \*Maria deu apoios para a amiga terminar o casamento.

A respeito da pluralização, Bertucci (2011) defende que, dependendo do tipo de objeto que compõe o predicado verbal, ocorre uma variação no aspecto lexical; para o autor, o uso do plural provoca a transformaçao de um predicado [–estágios] em um predicado [+estágios], como é caso de *vender*. Esse fenômeno está ilustrado em (7).

(7) a) Pedro vendeu o coco às 10h.

b) Pedro vendeu os cocos.

c) Pedro vendeu os cocos às 10h.

Ao observar (7), nota-se que a sentença em (a) é um predicado de *achievement* assim como a sentença (c) (asserção atestada pela compatibilidade com adjunto da forma *a x tempo*) com a leitura de que todos os cocos foram vendidos ao mesmo tempo. Quanto a (7b), ela descreve um predicado de *accomplishment* (o que é ilustrado pela possibilidade de *Pedro terminou de vender os cocos*) em que cada venda de coco constitui uma fase do predicado de *accomplishment*. Visando verificar se isso ocorre com CVLs, considera-se (8). Vale lembrar que as únicas CVLs de *achievement* bem formadas são aquelas derivadas de predicados semelfactivos.

- (8) a) Neymar deu o chute que todos estavam esperando às 14h.  
 b) \*Neymar deu os chutes que todos estavam esperando às 14h.  
 c) Neymar terminou de dar os chutes que todos estavam esperando.

A partir de (8), conclui-se que uma CVL *achievement* se comporta como um verbo pleno de *achievement*. Quando submetido à pluralização, deixa de ser uma predicação [–estágios] e passa a ser [+estágios]. A incompatibilidade com *a x tempo* em (8b) e a compatibilidade com *terminar de* revelam que *dar os chutes* é um predicado de *accomplishment*.

Com relação ao plural para determinantes indefinidos, veem-se (9), (10) e (11), em que (9a) é uma CVL *achievement*.

- (9) a) O nadador deu um pulo na piscina às 10h.  
 b) \*O nadador deu uns pulos na piscina às 10h.  
 (10) a) O nadador de uns pulos na piscina por vinte minutos.  
 b) O nadador deu uns pulos na piscina.  
 (11) O nadador parou de dar uns pulos na piscina.

Nas sentenças anteriores, a incompatibilidade com o adjunto *às 10h* revela que (9b) não é mais um predicado de *achievement* – como é em (9a); da mesma maneira que a compatibilidade com *parar de e por x tempo* com acarretamento semântico tanto de (10a) para (10b) quanto de (11) para (10b) mostra que o predicado mudou de [–estágios] para [+estágios] (assim como propõe Bertucci), mas nesse caso com uma variação a mais que é a da passagem de [+télico] para [–télico], ou seja, a pluralização em *dar uns chutes* torna-o (novamente) um predicado de atividade semelfactivo.

No caso das CVLs de *accomplishment*, a pluralização não desencadeia variação na acionalidade, o que pode ser visto pela compatibilidade com *terminar de* em (12) e (13).

- (12) a) O pesquisador terminou de fazer as análises.  
 b) O pesquisador terminou de fazer umas análises.  
 (13) a) O contador terminou de fazer os cálculos.  
 b) O contador terminou de fazer uns cálculos.

Além disso, assim como o que ocorre para determinantes no singular, a diferença entre *uns/umas* e *os/as* em CVLs de *accomplishment* respeita somente à identificabilidade do referente.

Finalmente, para as predicções de atividade que aceitam determinante, na subseção anterior foi mostrado que, quando empregam *um/uma*, elas continuam pertencendo à mesma classe aspectual; porém, quando aparecem com *o/a*, elas se tornam predicados de *accomplishment*. Entretanto, que no que tange à pluralização, não há comportamentos distintos: as CVLs de atividade não sofrem mudança da acionalidade, como atestam (14) e (15).

(14) a) Rita parou de ter os sonhos mais estranhos da vida dela.

b) Rita teve os sonhos mais estranhos da vida dela.

c) Rita parou de ter uns sonhos estranhos.

d) Rita teve uns sonhos estranhos.

(15) a) Maria fez as visitas inconvenientes por um ano.

b) Maria fez as visitas inconvenientes.

c) Maria fez umas visitas inconvenientes por um mês.

d) Maria fez umas visitas inconvenientes.

Como é possível observar nos grupos de sentenças anteriores, a compatibilidade com *por x tempo* e *parar de* com acarretamento semântico constitui evidência para a afirmação de que não houve mudança na classe acional em virtude da pluralização. Nessas situações, cada evento (indelimitado) atélico se torna um estágio de um evento atélico maior. Além disso, quanto à distinção entre definidos e indefinidos, nesses casos, ela se dá pela identificabilidade da referência.

Em síntese, o emprego de um determinante no plural só é possível para CVLs que licenciam o emprego de determinante no singular. Para eventos [+estágios], atividades e *accomplishments*, a pluralização não provoca mudanças na classe acional; já para os *achievements*, [-estágios], a morfologia de plural nos determinantes os transforma em predicções de atividades (semelfactivas).

### 3.1.3. Predicados sem determinante

Na subseção anterior, mostrou-se que CVLs que rejeitam determinante singular igualmente não se combinam com determinante no plural. Isso se deve a uma restrição de

quantificação do DSZ dependente da sua qualidade massa contável (cf. § 3.2). Tal restrição à quantificação faz com que esses predicados apareçam no singular sem determinante, mas não no plural sem determinante, o que se observa em (16).

(16) a) \*Maria tem gostos por trabalhos difíceis.

b) \*O assistente social deu apoios aos desabrigados.

Entretanto, CVLs que podem ter seus DSZs quantificados, as quais normalmente aparecem com determinante, podem aparecer sem ele, estejam no singular ou no plural. A respeito disso, Wachowicz & Foltran (2006) afirmam que sentenças com singular ou plural nu<sup>69</sup> ganham leitura genérica; Bertucci (2011) mostra que o emprego de nominais nus desencadeia a mudança de predicados de ação com a característica [–estágios] para [+estágios], como indica o exemplo do autor em (17).

(17) Pedro está vendendo coco/cocos.

Em (17), há mudança de um predicado de *achievement* [–estágios] para um predicado [+estágios]; na verdade, o próprio uso do progressivo pressupõe estágios (cf. § 4.2 para uma discussão sobre esse fenômeno). Além disso, a ausência do determinante, nesses casos, envolve ausência de telicidade, ou seja, a predicação passa de [+télico] para [–télico]. Então, em (17), está-se diante de uma predicação de atividade.

Na verdade, a ausência de determinante (para os DSZs que aceitam determinante) provoca a transformação de qualquer predicado télico em uma predicação de atividade, como se vê em (18), com CVLs *accomplishment* e em (19) com predicações de *achievement*. Para Bertucci (2012), isso é devido à propriedade de cumulação desses predicados (cf. § 3.2 para a caracterização dessa propriedade).

(18) a) A função daquele motoqueiro é fazer entrega/entregas.

b) Aquele laboratório faz pesquisa/pesquisas para a universidade.

(19) a) O treino daquele atleta é basicamente dar salto/saltos do trampolim.

b) O que João fez foi dar chute/chutes na porta.

---

<sup>69</sup> As autoras utilizam os termos em inglês *bare singular* e *bare plural*.

Nesses exemplos, assim como no caso do uso do determinante plural, cada evento pontual de *fazer uma entrega/pesquisa* torna-se uma fase de um predicado maior de *fazer entrega(s)/pesquisa(s)*, assim como cada evento pontual de *saltar do trampolim* ou *dar chute na porta* constituem estágios de eventos atélícos maiores de *dar salto(s)/chute(s)*; no entanto, a ausência de determinante acarreta ausência de telicidade.

Sendo assim, no que toca a CVLs de atividade propriamente ditas, não ocorre mudanças no aspecto lexical, como comprovam as sentenças em (20).

(20) a) Criança marrenta tem briga/brigas na escola toda semana.

b) O que o João fez foi dar beijo/beijos na Maria.

Em suma, qualquer CVL que aceita determinante, e aparece sem ele, descreve uma predicação de atividade. Porém, isso não ocorre para CVLs cujo DSZ rejeita quantificação. Isso, como já mencionado, resulta de sua qualidade massa/contável.

Por fim, a tabela 4 reúne os resultados do comportamento do determinante das CVLs no que toca à (não) variação na classe acional.

<b>Determinante</b>	<b>Estados</b>	<b>Atividades</b>	<b>Accomplishments</b>	<b>Achievements</b>
<i>um/uma</i>	não ocorre	não provoca alteração	não provoca alteração	não provoca alteração
<i>o/a</i>	não ocorre	transforma em <i>accomplishment</i>	não provoca alteração	transforma em <i>accomplishment</i>
<i>uns/umas</i>	não ocorre	não provoca alteração	não provoca alteração	transforma em atividade
<i>os/as</i>	não ocorre	não provoca alteração	não provoca alteração	transforma em <i>accomplishment</i>
∅	não provoca alteração	não provoca alteração	transforma em atividade	transforma em atividade

**Tabela 4: influência do tipo de determinante sobre a classe acional**

### 3.2. DETERMINANTES E A QUALIDADE MASSA CONTÁVEL

No capítulo 2, mostrou-se que a acionalidade das predicções pode sofrer alterações quando a predicação verbal for expressa por meio de uma CVL. Além disso, na seção anterior, foi mostrado que certos DSZs oferecem restrições a alguns determinantes,

restrições estas que resultam da qualidade massa/contável desses nomes deverbais. A partir disso, o objetivo desta seção é analisar os DSZs no que toca à sua qualidade semântica de nome de massa/contável e verificar quais são os tipos de restrição oferecida; e além disso, partindo da discussão sobre a analogia conhecida na literatura entre a telicidade da predicação verbal e a qualidade massa contável dos nomes (BRINTON, 1995), checar se essas restrições dependem de algum modo do tipo de aspecto lexical da CVL.

Pelletier (2009) divide os nomes de acordo com sua qualidade massa/contável em quatro grupos, conforme (21).

- (21) a) água, massa, cerveja, ouro (nome de massa concreto).
- b) confiança, ajuda, inteligência, conhecimento (nome de massa abstrato).
- c) cachorro, árvore, pai, biscoito (nome contável concreto).
- d) crença, falha, proposta, problema (nome contável abstrato).

Como visto em (21), nomes relacionados a verbos são sempre (pelo menos, no caso de nominalizações *stricto sensu*) nomes abstratos, sejam nomes de massa – como em (b) – ou nomes contáveis – como em (d), já que dizem respeito à nominalização de uma predicação verbal<sup>70</sup>. Para essa classificação, Pelletier dispõe de critérios sintáticos e semânticos, já bastante recorrentes na literatura – sabe-se que nomes contáveis admitem numerais e quantificadores que pressupõem um método de contagem; adicionalmente, ao contrário dos nomes de massa, nomes contáveis podem ser pluralizados. Exemplos desses critérios sintáticos são vistos em (22).

- (22) a) três cachorros, várias falhas.
- b) \*três águas<sup>71</sup>, \*várias ajudas.

Pelletier (2009) lança mão ainda de critérios semânticos para a distinção entre nomes de massa e nomes contáveis; para o autor, nomes contáveis são verdadeiros objetos

---

<sup>70</sup> Por outro lado, no caso de nominalizações *lato sensu*, como as que transformam verbos em nomes de agente e/ou instrumento, naturalmente, elas diriam respeito a nomes concretos, tais como [*cortador*]<sub>N</sub> de [*cortar*]<sub>V</sub> etc.

<sup>71</sup> Não está sendo considerada a operação semântica de empacotamento em que esse tipo de sintagma se tornaria gramatical, dada a existência de um contenedor socialmente convencionalizado como, por exemplo, *garrafa* para *água*, interpretando-se *três águas* como *três garrafas d'água*.

– isto é, entidades que são distintas umas das outras e, portanto, podem ser distinguidas e contadas – ao passo que nomes de massa são verdadeiras “coisas” (*stuff*) – ou seja, são indivisíveis em sua referência, portanto, são entidades homogêneas.

Na literatura sobre os nomes de massa, entende-se que eles constituem entidades homogêneas por satisfazerem, conforme a nomenclatura de Pelletier (2009), a “condição de homogeneidade na referência” (doravante CHR). Essa condição diz respeito à junção de duas propriedades: a de cumulação e a de divisão. A primeira tem relação com a característica dos nomes de massa que, ao serem (sub)divididos, mantêm a mesma referência no mundo; por exemplo, *terra* dividido em duas porções ainda é *terra*, assim como *conhecimento* dividido em duas porções ainda é *conhecimento*.

Por seu turno, “cumulação” se refere à propriedade inversa: quando uma porção de terra é adicionada a outra porção de terra o resultado é uma terceira porção de terra; igualmente, *conhecimento* somado a *conhecimento* continua sendo *conhecimento*. Nota-se que essa não é uma propriedade presente nos nomes contáveis: uma cadeira dividida em duas partes deixa de ser uma cadeira, do mesmo modo que a soma de duas cadeiras tem referência distinta da de uma cadeira, o que se aplica também a nomes contáveis abstratos como *proposta*.

Em síntese, pode-se entender que a CHR provoca restrições sintáticas quanto ao uso de determinantes e/ou à pluralização. Contudo, existem mais propriedades em jogo no que toca à delimitação do ambiente sintático que nomes de massa e/ou nomes contáveis podem/devem aparecer. A literatura reconhece<sup>72</sup> dois tipos de operação semântica que ocorrem com os nomes, de maneira a manipular sua qualidade massa/contável; são elas as operações de empacotamento (*packing*) e de moagem (*grinding*).

No domínio nominal, a operação de empacotamento diz respeito à transformação de um nome de massa em um nome contável – seja pela sua delimitação em porções como em (23a), seja pela leitura que envolve um contenedor socialmente convencionalizado, possível em (23b) – e a operação de moagem toca à transformação de um nome contável em um nome de massa – quer pela sua indelimitação como em (24a), quer pela sua leitura de “substância que constitui x”, o que se vê em (24b).

(23) a) Vi duas nuvens bem escuras no céu.

---

<sup>72</sup> Cf. Carlson (1977), Brinton (1995), Pelletier (2009), entre outros.

- b) Pedro tomou três cervejas ontem na festa.
- (24) a) É muito carro pra pouca garagem.
- b) Carlinhos jantou e deixou pizza pra tudo quanto é lado.

Brinton (1995) entende que empacotamento e moagem têm correspondência também no domínio verbal; para a autora, essas operações são realizadas não por recursos sintáticos tais como, por exemplo, a inserção (ou retirada) de determinante ou de plural, mas por um expediente morfológico, como o tipo de aspecto verbal empregado: perfectivo ou imperfectivo (cf. capítulo 4 para uma discussão sobre essas operações no domínio verbal).

De qualquer forma, os exemplos vistos em (23) e (24) tratam de nomes concretos; todavia, DSZs, como já afirmado, são nomes abstratos. Por essa razão, é possível que haja alguma diferença na aplicação mesma dessas operações neste caso, já que, por exemplo, é menos transparente a ideia de delimitação ou de contenedor para esse tipo de nome. Ainda assim, a literatura linguística reconhece (BRINTON, 1995), como já antecipado, que existe uma certa relação entre telicidade (no domínio verbal) e qualidade massa/contável (no domínio nominal), principalmente no que toca às propriedades anteriormente explicitadas, como a CHR.

No que respeita a essa condição, *gostar* e *correr*, por exemplo, comportam-se como *terra*, pois a soma de diferentes porções de tempo de *gostar* continua sendo *gostar* (o que vale também para *correr*), assim como duas porções (de tempo) de *gostar* não desencadeia mudanças no predicado de *gostar* (fato que se observa também para *correr*). Assim, nomes de massa se assemelham a predições atélicas (estados e atividades).

Por outro lado, nomes como *cadeira* são semelhantes a eventos como *desenhar um círculo* ou *pular na piscina*, quanto a CHR, já que diferentes porções de tempo de *desenhar um círculo* não são equivalentes à totalidade do evento, da mesma maneira que diferentes instâncias temporais de *pular na piscina* não têm a mesma referência que o evento inteiro. Nesse sentido, predicações télicas (*accomplishments* e *achievements*) comportam-se como nomes contáveis.

Como foi visto anteriormente, determinados DSZs rejeitam a presença de um determinante na constituição de uma CVL. Isso se dá pela incompatibilidade com a qualidade massa/contável dos nomes. Segundo o paralelismo apresentado, nomes de massa comportam-se como predicados atélicos assim como nomes contáveis assemelham-se a predicados télicos. A respeito disso, Brinton (1995) entende que a CHR

também tem influência sobre os nomes deverbiais: nominalizações estativas e de atividade seriam nomes de massa, ao passo que nominalizações de *accomplishment* e de *achievement* diriam respeito a nomes contáveis<sup>73</sup>.

Assim, cabe a esta seção verificar se isso, de fato, ocorre com relação aos DSZs que, como mostrado no capítulo 2, mantêm a acionalidade dos verbos dos quais derivam. Para tanto, são submetidos os DSZs aos testes apresentados por Carlson (1977), Brinton (1995) e Pelletier (2009). Tal testagem basicamente se refere à manipulação da pluralização e da quantificação dos nomes. Espera-se, assim, com base na analogia apresentada, que DSZs de estado e de atividade rejeitem a pluralização e a quantificação e, por seu turno, DSZs de *accomplishment* e de *achievement* revelem incompatibilidade com o quantificador *muito* (compatível somente com nomes massivos, conforme os autores).

Então, com vistas a testar a qualidade massa/contável dos DSZs estativos, considera-se (25). Em (25a), é testada a sua compatibilidade com *um/uma* e em (25b), com plural e em (25c), com *muito*. Para o inglês, Brinton (1995) defende que nomes estativos são nomes de massa.

(25) a) \**um desprezo*, \**um respeito*, \**um gosto*,<sup>74</sup> *um desejo*.

b) \**desprezos*, \**respeitos*, \**gostos*, *desejos*.

c) *muito desprezo*, *muito respeito*, *muito gosto*, *muito desejo*.

A partir de (25), é possível observar que, a rigor, DSZs estativos não são compatíveis com *um/uma* nem tampouco com plural, afirmação que leva a concluir que eles são, de fato, nomes de massa (o que é verificado também pela boa formação com *muito*). Isso explica por que CVLs que contêm DSZs estativos, via de regra, não aceitam determinante. Entretanto, *desejo* é um nome que responde contrariamente aos testes de quantificação: ele está se comportando como um nome contável, pois houve coerção de sua qualidade massa/contável por meio da operação de empacotamento.

---

<sup>73</sup> Na verdade, Brinton (1995) propõe um refinamento dessa analogia e estende a CHR a mais classes do que aquelas apresentadas em Vendler (1967). Porém, uma discussão mais acurada desse refinamento bem como de suas consequências semântico-morfológicas fugiria muito do escopo deste estudo. Assim sendo, para este trabalho, assume-se unicamente a analogia já discutida na literatura, conforme apresentada anteriormente.

<sup>74</sup> Não se está se levando em conta a variação na prosódia que tornaria esses sintagmas gramaticais como em, por exemplo, “João tem *um* respeito pelo professor...”.

Na seção anterior, foi mencionado o fato de que *um/uma* dispara nos nomes deverbais uma leitura de limites arbitrários (diferentemente da telicidade). No entanto, dada a arbitrariedade (temporal, espacial etc.) dessa delimitação, é possível explicar por que não há mudança no aspecto lexical do nome deverbal. A respeito da correspondência desse fenômeno no domínio nominal, Brinton (1995) defende que se trata da interpretação de “limites indeterminados” atribuída a certos nomes de massa, como numa situação em que há dois amigos em um bar bebendo cerveja e um deles derrama cerveja no balcão, então o outro, ao ver que o amigo está prestes a se sujar, profere uma sentença como *Cuidado! Tem cerveja no balcão*.

Em uma situação como essa, claramente é possível imaginar uma porção limitada de cerveja no balcão, tal como uma pequena poça ou algumas gotas. Contudo, ainda que esses limites existam, de fato, na referência, *cerveja* não deixou de ser um nome de massa, já que não é possível parafrasear a sentença anterior como *Tem uma cerveja no balcão* ou *Tem cervejas no balcão*.

Por isso, a autora defende a ideia de limites indeterminados, em que um nome, embora apresente um limite aparente em sua referência, não deixa de ser um nome de massa. Sendo assim, assume-se a ideia de indeterminação dos limites para explicar o comportamento de nomes estativos como *desejo*, pois ainda que haja uma certa delimitação em *um desejo*, de modo que ele possa ser contado, ela não é suficientemente clara para ser interpretada como um *telos*, o que provocaria a mudança na acionalidade.

Por outro lado, o determinante provoca a operação de empacotamento, fazendo com que *desejo* se torne um nome contável. Para Brinton (1995), o empacotamento dispara a leitura de “porção de” ou de “tipos de”; no caso dos nomes deverbais, essa porção é em termos de tempo e/ou espaço (cf. 3.3 para exemplos do empacotamento com sentido de “tipos de”). Além disso, a operação de indeterminação dos limites desencadeada por *um/uma*, como discutido na seção anterior, ocorre também para alguns predicados de atividade. No que concerne a eles, observam-se os exemplos em (26).

(26) a) *\*um apoio, \*um conforto, uma conversa, uma briga, um chute, um pulo*.

b) *\*apoios, \*confortos, conversas, brigas, chutes, pulos*.

c) *muito apoio, muito conforto, muita conversa, muita briga, muito chute, muito pulo*.

Os exemplos em (26) apresentam comportamento notavelmente não uniforme: *apoio* e *conforto* são incompatíveis com morfologia de plural e com quantificação, logo, são verdadeiros nomes de massa (o que é atestado pela compatibilidade com *muito/muita*). Com relação a *uma conversa* e *uma briga*, por outro lado, está-se diante da mesma situação de limites indeterminados, como mostrado para os estativos, em que há uma vaga limitação (temporal ou espacial, no caso das predicções verbais), mas não precisa o suficiente para ser interpretada como um *telos*.

Ainda assim, a inserção de *um/uma* provoca a coerção por empacotamento de modo que tais nomes sejam passíveis de contagem, como visto em (26b-c). A interpretação de limites indeterminados explica, portanto, a compatibilidade desse tipo de DSZ de atividade com o auxiliar aspectual *terminar* e igualmente fornece explicação para a gramaticalidade de CVLs com DSZs de atividade e determinante. Assim, DSZs de atividade são nomes de massa (o que é verificado também pelo fato de serem compatíveis com *muito/muita*), mas estão sujeitos (assim como no caso de *desejo*) à operação de empacotamento.

No que respeita a *um chute* e a *um pulo*, eles certamente são nomes contáveis, já que caracterizam eventos pontuais e télicos (com limites bem definidos). Tal asserção é justificada pela sua compatibilidade com plural e com determinante. Mas isso se deve ao fato de os verbos dos quais eles derivam consistirem de predicções semelfactivas de atividade. Para esses casos, assim como já mostrado, ocorre a extração de uma única unidade resultado da quantificação de um dos estágios do predicado. Logo, DSZs derivados de predicados semelfactivos dizem respeito a nomes contáveis.

Com relação aos DSZs *accomplishment*, vê-se (27).

(27) a) *uma análise, um cálculo, uma pergunta, uma pesquisa.*

b) *análises, cálculos, perguntas, pesquisas.*

c) *muita análise, muito cálculo, muita pergunta, muita pesquisa.*

Os exemplos em (27a-b) atestam o comportamento de nome contável que os DSZs de *accomplishment* apresentam, o que já era esperado, uma vez que derivam de predicções télicas. No que concerne a (27c), porém, em que há o comportamento típico de um nome de massa, ele é explicado pela operação de moagem, descrita anteriormente.

No caso de nomes deverbais, “moer” um DSZ télico significa tirar os seus limites claros, tornando-o um nome de massa e, logo, um predicado atélico. Isso explica também

porque DSZs nus e sem morfologia de plural (nos casos em que ela é possível), como observado na seção anterior, transformam qualquer predicado em um predicado de atividade (atélico). Além disso, a moagem de predicados télicos atestada pela ausência do determinante justifica por que todas CVLs que descrevem *accomplishments* apresentam determinante.

Finalmente, no que toca a DSZs *achievement*, tem-se os exemplos em (28).

(28) a) *uma venda, uma compra, uma troca, uma entrega, uma quebra.*

b) *vendas, compras, trocas, entregas, quebras.*

c) *muita venda, muita compra, muita troca, muita entrega, \*muita quebra.*

Os dados em (28) mostram que *venda, compra, troca* etc., como esperado, dizem respeito a nomes contáveis, já que são compatíveis com pluralização e com quantificação. Nas situações em (28c), em que estes aparecem com *muito*, comportamento tipicamente atribuído aos nomes de massa, assim como para os *accomplishments*, afirma-se que eles estão passando por um processo de moagem. Ainda que nem todos eles se submetam à coerção, como é o caso de *quebra*. Cabe lembrar que CVLs que empregam esses nomes de *achievement* descrevem predicções de *accomplishment*.

Em síntese, conclui-se que a qualidade massa/contável dos DSZs explica a (in)compatibilidade deles com determinantes em CVLs. Mostrou-se que os DSZs estativos e os de atividade (não semelfactivos) dizem respeito a nomes de massa, dos quais alguns (aqueles em que facilmente se depreendem os estágios) estão comumente sujeitos à operação de empacotamento; nas vezes em que isso ocorre, a leitura disparada é a de limitação (espacial e/ou temporal) arbitrária.

Com relação a predicados semelfactivos (de atividade), eles dizem respeito a nomes contáveis, pois consistem de eventos pontuais e télicos extraídos de uma predicção maior, atélica. DSZs de *accomplishment* e de *achievement* são nomes contáveis, sendo possível, em alguns casos, submetê-los à operação de moagem, que os torna nomes de massa.

### 3.3. DETERMINANTES E NOMES ABSTRATOS

No capítulo 2, mostrou-se que os DSZs preservam o aspecto lexical dos verbos que lhes dão origem; na seção anterior, foi mostrado que predicados atélicos derivam nomes de massa (com exceção dos semelfactivos) e predicções télicas dão origem a nomes

contáveis, ainda que esses dois tipos de nome estejam sujeitos à coerção. Contudo, tais conclusões ainda não explicam por que existem certos nomes que pertencem à mesma classe acional – portanto, têm a mesma qualidade massa/contável – mas se comportam diferentemente quanto ao emprego do determinante, como é o caso das atividades, mostrado em (29).

- (29) a) Joãozinho deu uma surra no Pedro no final da aula.
- b) \*Joãozinho deu surra no Pedro no final da aula
- c) \*Ana deu um apoio para a amiga terminar o casamento.
- d) Marta deu conforto para a amiga depois do fim do casamento.

É verdade que nomes de massa não se combinam bem com determinantes, o que explica a agramaticalidade de (29c), mas isso não fornece explicação de por que (29b) é agramatical já que se trata também de um nome de massa de atividade, nem tampouco de por que (29a) é compatível com a operação de indeterminação de limites ao passo que (29c) não é. E essas restrições não devem vir do verbo leve empregado, uma vez que todos os exemplos fazem uso do verbo *dar*. Portanto, conclui-se que há mais propriedades subjacentes às CVLs que licenciam ou proíbem o uso de determinantes com nomes deverbais abstratos.

Carlson (1977), com vistas a explicar o comportamento dos nomes abstratos, diferentemente de Pelletier (2009), não lança mão da qualidade massa/contável, mas prefere falar de nomes contáveis e não contáveis. O autor assume que os nomes abstratos se dividem em três subclasses, a saber, (i) nomes abstratos contáveis, tais como *cor*, *ciência* e *virtude*; (ii) nomes abstratos não contáveis: *vagueza*, *significância* e *precisão*; (iii) nomes próprios (*proper*) abstratos, como *três* e *setembro*, igualmente não contáveis.

Para o autor, o fato de existirem nomes abstratos que podem ser contados deve-se a uma relação de continência – hiponímia – em que um nome abstrato contém (ou representa) um conjunto de outros nomes abstratos relacionados à ideia de “tipos de” – interpretação que Brinton (1995) atribui à operação de empacotamento. Assim, por exemplo, *virtude* é um nome abstrato, mas pode-se falar em *virtudes*, no plural, dada a existência de tipos de virtude, tais como *gratidão*, *honestidade*, *sabedoria* etc. Tal interpretação igualmente vale para *cor* e *ciência*.

Essa é uma evidência para classificá-los como nomes contáveis ou, conforme propõe o autor, como nomes que apresentam uma contraparte contável. Diferentemente,

nomes como *coragem* são nomes abstratos que não contêm em si a noção de “tipos de”, logo, não faz sentido falar em “*coragens*” com essa interpretação. Para o autor, nomes das subclasses (ii) e (iii) são sempre nomes não contáveis.

Carlson (1977) defende que isso se dá não porque não há tipos de coragem, mas porque existem certos nomes abstratos – por exemplo, os da classe (iii) apresentada anteriormente – que não são constituídos semanticamente por propriedades que podem apresentar uma contraparte contável – tais como *cor/azul, amarelo, vermelho* etc. Para o autor, um exemplo disso é o nome *animations* (*animações*) que representa, em inglês, coisas bastante concretas como *desenhos*, ainda que *animation* (*animação*) seja um nome somente abstrato; para ele, animações concretas não seriam plausivelmente interpretadas como tipos de animação (pelo menos, em inglês).

De todo modo, Carlson mostra que existem certos nomes abstratos que, via de regra, não apresentam uma contraparte contável, mas que, quando empregados com certos modificadores, disparam uma leitura de “tipo de”, isto é, são nomes que não mantêm uma relação de hiponímia com outros nomes (assim como *ciências/tipos de ciência*), mas que aceitam, por exemplo, determinante, como mostram os exemplos em (30).

- (30) a) Aquele guerreiro demonstrou coragem.  
b) \*Aquele guerreiro demonstrou uma coragem<sup>75</sup>.  
c) Aquele guerreiro demonstrou uma coragem jamais vista antes.

Nas sentenças anteriores, é possível perceber que *coragem* já não é um nome contável, pois se combina bem com determinantes, como atesta (30b); no entanto, (30c) revela que se *coragem* estiver sendo qualificado com a acepção de *um tipo de coragem* (no caso, *uma jamais vista antes*) a presença do determinante fica justificada e seu uso, licenciado. Para aqueles que advogam em favor da existência de uma qualidade massa/contável, está-se diante de uma operação de coerção de um nome de massa que dispara essa interpretação.

Contudo, a operação de empacotamento provoca diferentes efeitos semânticos dependendo do nome abstrato, uma afirmação que encontra convergência em Brinton (1995) quando a autora sustenta que a coerção para nomes contáveis tem muito mais

---

<sup>75</sup> Não está se levando em consideração a interpretação exclamativa – com prosódia diferente sobre *uma* – que tornaria essa sentença aceitável em alguns contextos, como em “*Aquele guerreiro demonstrou uma coragem! Que olha...*”.

irregularidades do que a operação inversa. Assim, para alguns nomes, como já mostrado, ocorre a inserção de limites indeterminados que licencia o emprego de determinantes, como para algumas predicções atéticas de atividade exemplificadas por *dar um xingo*, *ter uma conversa* etc. sem que haja variação na classe acional.

No tange à caracterização do aspecto lexical, pode-se entender que – como já afirmado – esses limites indeterminados coincidem com algum dos estágios do predicado; por exemplo, em *conversar*, a fala de cada pessoa corresponde a um estágio; em *xingar*, cada “ofensa” corresponde a um estágio; em *brigar*, cada “agressão” corresponde a um estágio, e assim sucessivamente. O caso é que há certos nomes como *ajuda*, por exemplo, em que nem sempre é fácil o reconhecimento dos estágios para que se imponham “esses limites”, como atesta (31a); entretanto, se cada estágio de *ajudar* for entendido como *fazer alguma coisa*, isso se torna possível, como em (31b).

(31) a) \*Maria deu ajuda no mutirão de limpeza da igreja.

b) Dá uma ajuda aqui, Maria!

Por outro lado, para outros nomes abstratos, a coerção em nome contável desencadeia a interpretação de “tipos de”, de modo que é possível qualificar essas predicções e, por consequência, contá-las, o que licencia o emprego do determinante. Isso pode ser visto em (32), com estruturas sintáticas que sejam compatíveis com *um/uma*.

(32) a) Ana deu um ótimo apoio para amiga terminar o casamento.

b) Maria deu uma ajuda enorme no mutirão de limpeza da igreja.

Como foi possível perceber, todas as sentenças se tornaram gramaticais devido ao acréscimo do adjetivo, que garantiu a leitura de *tipos*, licenciando o uso do determinante. Isso ocorre porque, como observa Lyons (1999), determinadas interpretações de (in)definitude requerem às vezes expedientes sintáticos específicos. Essa é uma propriedade que se aplica, inclusive, a nomes de massa estativos, como se vê em (33).

(33) a) Ana tem um respeito grande pelo seu professor.

b) João tem uma dúvida cruel lhe atormentando.

c) Maria tem um desprezo enorme pela ex-namorada de João.

Pela gramaticalidade das sentenças em (33), observa-se que um determinante pode figurar em qualquer CVL desde que também esteja presente o expediente sintático adequado (ainda que, nos nomes de massa, provoque a operação de empacotamento). Todavia, vale a ressalva de que a leitura de “tipos de” só é compatível com *um/uma*. O emprego de um determinante definido torna novamente sentenças como as de (32) e (33) agramaticais, como se exemplifica em (34).

- (34) a) \*Ana deu o ótimo apoio para amiga terminar o casamento.  
b) \*Maria deu a ajuda enorme no mutirão de limpeza da igreja.  
c) \*Ana tem o respeito muito grande pelo seu professor.  
d) \*Pedro tem a dúvida cruel lhe atormentando.  
e) \*Maria tem o desprezo enorme pela ex-namorada de João.

Como foi possível perceber, todas as sentenças anteriores são agramaticais. Segundo Lyons (1999), o emprego de um determinante definido tem compatibilidade somente com certos recursos sintáticos, como a oração relativa, por exemplo, o que é visto em (35).

- (35) a) Ana deu o apoio que toda amiga espera.  
b) Maria deu a ajuda que a igreja precisava.  
c) Pedro tem a dúvida que todo noivo tem antes de subir ao altar.  
d) Ana tem pelo professor o respeito que qualquer docente merece.

De qualquer forma, vale atentar para o fato de que, assim como o emprego de *um/uma* com a noção de “limites indeterminados”, o uso desse determinante com a acepção de “tipos de” não acarreta mudanças na sua classe acional, pois se está apenas qualificando o DSZ, e não há modificação das propriedades internas do predicado expresso pelo DSZ. Por outro lado, como já mostrado, o emprego de *o/a* com predicados eventivos (ou seja, não estativos) acarreta mudança de classe acional, para *accomplishments*.

Contudo, isso não se verifica para as predicções de estado; para estas, não há variação na classe aspectual, mesmo com o emprego do definido; isso se deve ao fato de que *ter*, nesse casos, não está mais se comportando como um verbo leve (porque pode ser substituído, por exemplo, por *possuir*); outra evidência de que *ter* está se comportando

como um verbo pleno em (35d) é a possibilidade da inversão sintática, já que, no caso de uma CVL, isso tornaria a sentença marginal como em *Ana tem pelo professor respeito* (possível somente com focalização). Ainda assim, como *ter* ou *possuir* são verbos plenos nocionalmente estativos, essas predicções ainda pertencem à classe acional dos estados.

### 3.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO

No capítulo 3, foi investigado o papel que o determinante e a morfologia de plural têm na constituição do aspecto lexical de uma CVL. Foi mostrado que *um/uma* combina-se bem com predicados de *accomplishment* e de *achievement* com o verbo *fazer* e com algumas predicções de atividade; além disso, seu emprego não provoca alterações no aspecto lexical; para predicados [+télico], *um/uma* opera de modo a reforçar o *telos* e para as atividades ele faz a inserção de limites indeterminados (e arbitrários) que limita no tempo ou no espaço a predicção quanto a um certo número de estágios do predicado, que é descrito pela predicção verbal.

Quanto ao emprego do definido, ele mede o evento em que aparece, transformando todas as predicções em que ele ocorre (as mesmas que para indefinidos) em *accomplishments*. No que respeita à pluralização, ela só é compatível com DSZs que podem aparecer com determinantes; ela não provoca mudança na classe acional de predicados [+estágios], atividades e *accomplishments*, mas transforma *achievements*, [-estágios] em predicções de atividade. No tocante à diferença entre *uns/umas* e *os/as*, ela não desencadeia mudança na classe acional, apenas está ligada à identificabilidade do referente.

A respeito das CVLs sem determinante, foi observado que para estados (como *respeito*) e algumas atividades (como *apoio*), isso ocorre pela incompatibilidade com *um/uma*. Para as demais, que aceitam determinante, o emprego do DSZ nu, no plural ou no singular, provoca a transformação de qualquer predicado em uma atividade.

Com relação à qualidade massa/contável, mostrou-se que predicados atélicos formam nomes de massa e que predicções télicas dão origem a nomes contáveis. E ambos os tipos estão sujeitos à coerção. Contudo, a operação de empacotamento provoca dois tipos de interpretação, uma de limites indeterminados e a outra de *tipos*. Essa última, porém, apresenta mais exigências quanto ao ambiente sintático em que pode ocorrer.

#### 4. ASPECTO GRAMATICAL

A literatura linguística reconhece dois tipos de aspecto, o lexical e o gramatical. O aspecto gramatical (ou aspecto verbal) diz respeito à maneira como os eventos (ou estados) aparecem descritos nas sentenças – pontuais ou durativos, conclusos ou inconclusos – à escolha do falante. O aspecto gramatical não diz respeito a propriedades temporais intrínsecas do predicado, expressas lexicalmente, mas sim à visão de um evento (ou estado) subjacente à sua duração e ao seu desenvolvimento, expressa por meio de morfologia flexional.

Wachowicz e Foltran (2006) entendem que as informações lexicais (e de telicidade) estão para o aspecto lexical assim como a morfologia verbal está para o aspecto gramatical. Como já discutido, uma predicação verbal, no que toca ao aspecto lexical, pertence a uma das classes acionais de acordo com suas propriedades intrínsecas. Por sua vez, uma predicação verbal, no que toca ao aspecto gramatical, *grosso modo*, aparece descrita numa sentença como perfectiva (pontual) ou imperfectiva (durativa).

Afirmar que a morfologia verbal é a responsável por expressar o aspecto gramatical, em última análise, significa considerar que os aspectos perfectivo e imperfectivo se distribuem de acordo com o tempo verbal em que a predicação verbal figura. Sendo assim, tempos verbais perfectivos atribuem aspecto perfectivo ao predicado e descrevem-no como um processo global, pontual, concluído, e os tempos verbais imperfectivos atribuem aspecto imperfectivo à predicação, levando em conta o seu processo de desenvolvimento e descrevendo-a como inconclusa, inacabada, durativa.

Muitos trabalhos em linguística<sup>76</sup> já discorreram sobre maneiras como a intersecção entre o aspecto lexical e o aspecto gramatical influenciam a caracterização “final” da predicação verbal de acordo com suas propriedades temporais internas e externas (ou seja, aquelas denotadas pelo predicado e aquelas denotadas pelo modo como o falante descreve o evento a depender do tempo verbal que utiliza). Por essa razão, este capítulo se detém em analisar de que maneira o aspecto verbal incide sobre o aspecto lexical no que toca às CVLs.

No caso dos verbos plenos, muito já se discutiu na literatura a respeito de onde, de fato, se encontram as informações de aspecto lexical, se é no verbo ou no predicado todo, isto é, verbo + objeto (BERTUCCI, 2012). Além disso, a literatura também apresenta discussões a respeito de qual é o nível da derivação da sentença que contém o traço

---

<sup>76</sup> Cf. Dowty (1979), Costa (1990), Brinton (1995), Kearns (2000), Wachowicz & Foltran (2006), Wachowicz (2008), Castilho (2010), Bertucci (2011), entre outros.

[+télico], por exemplo. Wachowicz (2008) advoga em favor de que o traço de telicidade não é uma informação lexical, mas que resulta de uma operação que emerge da intersecção entre léxico e aspecto gramatical.

Uma análise aprofundada sobre essas propriedades, sobretudo no que toca à sua relação com a Sintaxe, requereria discussões e detalhamentos que fugiriam muito às pretensões do estágio atual desta pesquisa. Ainda assim, cabe tecer algumas considerações a respeito das CVLs que mantêm estreita relação com o debate sobre a intersecção do aspecto lexical e gramatical. Este trabalho parte da premissa de que o aspecto lexical é atribuído no nível do VP, ou seja, verbo + objeto; adicionalmente, o aspecto gramatical é encontrado na morfologia flexional; por exemplo, em *João vendeu o carro*, a “caracterização aspectual final” da sentença dependeria da classe acional a que pertence *vend-* o *carro* e igualmente do aspecto verbal presente em *-eu*.

Em última análise, o ponto de intersecção entre os dois tipos de aspecto estaria em *vendeu*, e isso tem sido um dos principais pontos do debate a esse respeito na literatura. Contudo, uma CVL é um tipo de expressão verbal em que o aspecto gramatical e o aspecto lexical não parecem (pelo menos superficialmente) ter um ponto de intersecção, uma vez que, por exemplo, em *João fez a venda do carro*, a informação lexical está em *a venda do carro*, mas a informação gramatical está em *fez*.

Nessa construção, é aparentemente menos difuso o mapeamento das influências do aspecto gramatical sobre o lexical, já que essas duas informações aspectuais não originam do mesmo lugar. Assim sendo, o objetivo deste capítulo é examinar o papel que o aspecto gramatical do verbo leve tem na caracterização do aspecto lexical da predicação como um todo. Para tanto, este capítulo está organizado do seguinte modo.

Na primeira seção, são apresentados alguns critérios que ensejam a distinção entre aspecto perfectivo e imperfectivo e também que a distribuem os tempos verbais do português segundo esses critérios. Além disso, apresentam-se discussões acerca dos critérios de compatibilidade entre predicções [+télico] e [perfectivo], e [-télico] e [imperfectivo] encontradas na literatura; ainda: são discutidas as combinações das classes acionais com as formas verbais para os verbos plenos.

Cabe fazer a observação de que, diferentemente do capítulo 2, este capítulo não testa o aspecto verbal das nominalizações. Isso se deve ao fato de que não faz sentido falar em aspecto gramatical para elas, uma vez que nomes não possuem morfologia

flexional de tempo<sup>77</sup> (e modo),. E igualmente não são submetidos às classes acionais com verbos plenos, porque o objetivo da primeira discussão é principalmente examinar os trabalhos presentes na literatura (em que os verbos plenos já foram testados e classificados).

Ademais, na segunda seção, é analisada a compatibilidade das CVLs com a morfologia flexional, com o intuito de constatar se elas se comportam da mesma maneira que os verbos plenos. Para tanto, dispõe-se dos testes apresentados no capítulo 2 para verificar se ocorrem mudanças – e, se sim, quais – na acionalidade do predicado dependendo do uso de um forma perfectiva ou imperfectiva com predicções de uma dada classe acional. Finalmente, na terceira seção, resumem-se as principais discussões do capítulo e apresentam-se as conclusões dos pontos mais relevantes.

#### 4.1. ASPECTO GRAMATICAL E VERBOS PLENOS

Linguistas e gramáticos, a rigor, entendem que os tempos verbais do português, quanto ao aspecto gramatical, distribuem-se em (1) e (2)<sup>78</sup>. O primeiro grupo exhibe formas perfectivas e o segundo, formas imperfectivas<sup>79</sup>.

- (1) a) João comprou um carro (pretérito perfeito).
- b) João tinha comprado um carro (pretérito mais-que-perfeito).
- c) João vai ter comprado um carro (futuro composto).
- (2) a) João estava comprando um carro (pretérito imperfeito).
- b) João compra carros (presente habitual).
- c) João está comprando um carro (presente progressivo).
- d) João vai comprar um carro (futuro do presente).
- e) João compraria um carro (futuro do pretérito).

---

<sup>77</sup> Costa (1990) defende que é possível encontrar marcas de tempo em nomes como, por exemplo, *ex* em *ex-marido* e *futura* em *futura esposa*. Contudo, essas marcas têm a ver com a semântica dos prefixos que se adjungem aos nomes por derivação, e não com a maneira como o tempo de um evento/estado é codificado, por meio da flexão. Um exemplo disso em nominalizações seria, talvez, o caso de nomes formados a partir de formas verbais gerundivas (cf. § 4.1.2).

<sup>78</sup> Em se tratando somente de formas do modo Indicativo.

<sup>79</sup> Este trabalho preconiza o uso verbal do PB falado, por isso, retiraram-se formas sintéticas tais como as do pretérito mais-que-perfeito, do pretérito imperfeito e do futuro do presente, em detrimento de analíticas. Além disso, não estão sendo contempladas perífrases com auxiliares aspectuais; para esse tipo de construção, cf. Costa (1990), Ilari (1997), Castilho (2010), Bertucci (2011), entre outros.

Entender as sentenças em (1) como perfectivas equivale a dizer que a maneira como esses tempos verbais manipulam os eventos (e estados) no tempo denota que, no exemplo, *João comprar o carro* é um evento que atingiu seu ponto de culminação e que não é relevante (pragmaticamente) fazer referência a algum momento do evento de *comprar*. Por isso, afirma-se que o aspecto perfectivo se refere ao evento (ou estado) como algo terminado. Por outro lado, os tempos verbais que figuram em (2) são tempos de aspecto imperfectivo, isto é, são maneiras de se referir ao processo, ao desenvolvimento de um dado evento/estado; por essa razão, entende-se imperfectividade como inconclusão, duratividade.

Não obstante, vale fazer a ressalva de que este trabalho não discute formas do pretérito mais-que-perfeito, do futuro composto ou do futuro do pretérito, como em (1b-c) e (2e), pois, para esses casos, seria necessário discorrer, além de tudo, sobre a interseção de fenômenos estritamente temporais (não aspectuais)<sup>80</sup>. Assim sendo, nas subseções que seguem, apresentam-se discussões das propriedades aspectuais (lexicais e gramaticais) de sentenças como (1a) e (2a-d).

#### 4.1.1. Formas verbais perfectivas

Na grande maioria das sentenças testadas nos capítulos anteriores quanto ao aspecto lexical, observou-se que a morfologia flexional dos verbos, plenos e leves, era a de pretérito perfeito. Isso porque, dada a sua interpretação global do evento/estado, torna-se mais fácil a apreensão das características internas ao predicado; ou ainda porque, como defende Costa (1990), o aspecto perfectivo em português é o aspecto verbal não marcado. Assim, a morfologia de pretérito perfeito realça o atingimento do *telos* para predicções télicas (*accomplishments* e *achievements*) como, por exemplo, em (3).

(3) a) Maria pesquisou o significado de *regurgitar*.

b) João quebrou o vidro da porta.

Nas sentenças anteriores, a morfologia de pretérito perfeito indica que o *telos* das predicções foi atingido em algum momento anterior à fala: a pesquisa do significado de “regurgitar” em (3a) e a quebra do vidro da porta em (3b). A respeito disso, Wachowicz e Foltran (2006) afirmam que, de fato, há convergência de uma forma perfectiva sobre

---

<sup>80</sup> Para um tratamento desse fenômeno no PB, cf. Ilari (1997).

um predicado télico. Assim, a rigor, a morfologia perfectiva não desencadeia mudanças da classe acional no caso dos *accomplishments* e dos *achievement*; muito pelo contrário, realça-a.

Por outro lado, as predicções atélicas (estados e atividades) comportam-se um pouco diferentemente quanto ao emprego do aspecto perfectivo. Com relação a estas, Wachowicz e Foltran (2006) entendem que quando predicados dessas classes acionais aparecem com morfologia de pretérito perfeito, é disparada uma leitura semântica de conclusão, terminação, como mostram os exemplos das autoras em (4).

(4) a) João soube matemática (um dia).

b) As crianças empurraram o carrinho.

De todo modo, ainda que essa afirmação dê conta da intuição que um falante do PB tem a respeito desses casos, cabe explicar como uma predicção atélica (por definição, sem um ponto de culminação inerente) é interpretada como acabada. Brinton (1995) entende que o aspecto perfectivo (para autora, os tempos verbais simples, no caso do inglês) funciona como um dispositivo empacotador do domínio verbal.

Como discutido no capítulo 3, o empacotamento é uma operação de coerção de um nome de massa em um nome contável. No âmbito dos nomes deverbais, o empacotamento, nesse caso, provoca a inserção de limites indeterminados, disparando a leitura em que um nome de massa (de uma predicção atélica) apresenta limites, temporais ou espaciais. Isto é, no domínio verbal, o aspecto perfectivo é um dispositivo que não indica (nem realça) telicidade, mas que atribui limites arbitrários à predicção de modo que seja possível afirmar que um predicado de atividade foi concluído. Nesse sentido, o traço de perfectividade não provoca variação na classe acional, pois não se trata de telicidade e sim, de uma limitação extralinguística (como mostrado no capítulo anterior).

Brinton (1995) mostra que é por isso que um predicado de atividade mesmo com morfologia de pretérito perfeito é compatível com *por x tempo*, já que esse adjunto aponta a arbitrariedade da temporalidade do evento. Assim, caso seja inserido um adjunto que bloqueie a interpretação de arbitrariedade (temporal ou espacial) como *até bater com a cabeça*, os limites deixam de ser indeterminados e o predicado passa a ter um *telos*. Brinton entende que, no domínio nominal, isso seria o mesmo que empacotar um nome de massa por meio do emprego de um contenedor como no par *água/um copo de água*.

Tais asserções se observam em (5) e (6). Os colchetes em (6) são para indicar que *por x tempo* se refere à sentença matriz e não ao adjunto.

- (5) a) João soube matemática até bater com a cabeça.
- b) As crianças empurraram o carrinho até baterem com a cabeça.
- (6) a) \*João soube matemática [até bater com a cabeça] por um ano.
- b) \*As crianças empurraram o carrinho [até baterem com a cabeça] por um ano.

Como foi possível constatar, assim como um contenedor explícito (como *copo*) acarreta na coerção de um nome de massa em um nome contável, um adjunto que indica um limite definido desencadeia a coerção de um predicado atélico em télico (o que é exemplificado pela incompatibilidade com *por x tempo*). No caso das sentenças em (5), elas passam a descrever predicados de *accomplishments* não incrementais.

#### 4.1.2. Formas verbais imperfectivas

Conforme discutido na subseção anterior, o emprego do aspecto perfectivo em verbos plenos não provoca variação na acionalidade do predicado. Assim sendo, o objetivo desta subseção é checar qual é o comportamento das predicções quando ocorrem com o aspecto imperfectivo, para Costa (1990), o aspecto marcado.

A primeira forma de aspecto imperfectivo que se discute é a do uso do progressivo, como nas sentenças em (2a) e (2c), provavelmente a forma que apresenta maior número de debates entre os linguistas (que estudam o PB, pelo menos), sobretudo no que concerne ao seu emprego com predicados estativos. Como já mencionado, Dowty (1979) defende que o uso do progressivo não é permitido com predicados de estado em inglês; no entanto, os dados em (5) no capítulo 2, reescritos em (7) neste capítulo, mostram que verbos nocionalmente estativos ocorrem com perífrase progressiva como se observa a seguir.

- (7) a) \*Totó está pertencendo àquela criança.
- b) João está gostando de Maria.
- c) O maratonista está ficando cansado.
- d) O cantor no karaokê está sabendo a letra da música.

As sentenças em (7) revelam um comportamento não uniforme com relação ao emprego do progressivo com a classe aspectual estativa; tal comportamento motivou alguns autores ao vislumbre de uma subdivisão de verbos estativos do português (pelo menos no que toca ao uso do progressivo). Basso & Ilari (2004) já haviam chamado a atenção para o comportamento distinto dos predicados nocionalmente estativos do português sob o prisma do aspecto progressivo. Para os autores, o aspecto progressivo é uma propriedade de um evento e não de uma classe acional. A consequência direta dessa asserção é que, para esses autores, a pergunta a ser feita não é por que o uso da perífrase progressiva é possível com alguns predicados de estado, mas sim, em que condições um predicado estativo e o emprego do progressivo são compatíveis.

Assim, os autores, para explicar a gramaticalidade de sentenças como (7b-d), assumem que os predicados estativos se dividem em quatro subclasses quanto ao uso do progressivo: (i) aqueles que não permitem o uso do perífrase progressiva, como em (7a); (ii) aqueles que permitem o uso do progressivo como um presente (semântico) simples, como em (7b); (iii) aqueles que permitem o uso da perífrase progressiva desde que interpretados como eventos télicos, como em (7c) e (iv) aqueles que licenciam o uso do progressivo portando um sentido de transitoriedade, como em (7d)<sup>81</sup>.

Então, interpretando os autores, predicados como *pertencer àquela criança* e igualmente *ser alto* ou *localizar-se no Brasil* descrevem predicados verdadeiramente estativos, pois são homogêneos e atélicos. Esse tipo de predicado estativo proíbe o uso do progressivo, assim como o emprego que descreve verdades eternas (BASSO & ILARI, 2004) ou predicados gnômicos (COSTA, 1990; ILARI, 1997), tais como em *A água ferve a 100°C*/\**A água está fervendo a 100°C*.

Adicionalmente, Basso e Ilari afirmam que o uso da perífrase progressiva é licenciado quando a predicação estativa tem o verdadeiro sentido do presente semântico, ou seja, quando o evento do qual se fala está acontecendo no momento em que a sentença é proferida. Bertucci (2011) entende que somente eventualidades [+estágios] aparecem no progressivo, o que, para esse autor, acarreta que o evento já teve início e que pelo menos um dos estágios da eventualidade já começou no momento em que a sentença é proferida. Então, no limite, *gostar de Maria* passa a ser interpretado não mais como um estado, mas como um evento (um processo) em andamento no momento da fala. Outros

---

<sup>81</sup> Cf. Bertucci (2011) para uma classificação alternativa dos predicados de estado.

exemplos desse tipo seriam *Pedro está sendo um idiota, Ana está sendo indelicada* etc. Portanto, essas situações verbais descreveriam atividades, [+estágios] e [-télico].

Quanto à permissão do emprego do progressivo com estativos que têm interpretação de telicidade, como em *ficar cansado*, nota-se que ela está contingenciada à mudança de [-télico] para [+télico]; nesse sentido, *não cansado* é o estado do maratonista até que ele atinja o *telos* e *fique cansado*, momento em que ocorre a mudança dos valores [±télico]. Bertucci (2011) defende que o progressivo pressupõe estágios; contudo, implica na alteração também do valor [±estágios], o que torna *ficar cansado* um predicado de *accomplishment* (não incremental), com estágios iguais e um ponto de culminação inerente<sup>82</sup>.

A leitura de transitoriedade de que falam Basso & Ilari diz respeito à descrição de um estado até que ocorra, em última análise, uma mudança de estado. Em (7d), *saber a letra da música* não é um estado permanente, houve uma mudança de estado e o cantor no karaokê está sabendo a letra da música no momento em que a sentença é proferida; por isso, os autores atribuem-lhe uma leitura de estado transitório. Nesse sentido, mudar de estado envolve um *telos*, qual seja, a mudança; logo, ocorre alteração no valor [±télico]. Assim, essa predicação também se transforma em um *accomplishment* não incremental<sup>83</sup>.

Sendo assim, as situações que licenciam o uso do progressivo com predicados nocionalmente estativos são aquelas em que ocorre a mudança nos valores [±estágios] ou [±télico]. Esses são valores que, por definição, caracterizam-nas como predicções de estado; portanto, no limite, é possível afirmar que o uso do progressivo é incompatível com predicções que denotam estado, já que seu licenciamento está contingenciado à alteração no valor de alguma de suas propriedades.

Finalmente, com vistas a responder a questão levantada por Basso & Ilari a respeito de quais são as condições em que predicados estativos e o uso do progressivo são compatíveis, a análise deste trabalho conclui que eles são compatíveis quando um predicado nocionalmente estativo deixa de se comportar como estativo e sofre alteração

---

<sup>82</sup> Vale lembrar que *The marathon runner is getting tired* é gramatical em inglês e recebe a mesma interpretação de *accomplishment* não incremental que em português.

<sup>83</sup> É importante salientar que o *accomplishment* em que a predicação se transforma é incremental para justificar a sua incompatibilidade com *terminar de*, como seriam os casos de *\*O maratonista terminou de ficar de cansado* e *\*O cantor no karaokê terminou de saber a letra da música*.

em pelo menos uma de suas propriedades intrínsecas, [ $\pm$ estágios] e [ $\pm$ télico]. Logo, predicados de estado não se combinam com a perífrase progressiva. A única característica dos estativos que parece se manter constante mesmo com o uso não estativo é a de não agentividade.

No que toca a atividades, elas se combinam bem com o progressivo porque dizem respeito a predicções [ $+$ estágios]. Além disso, Wachowicz & Foltran (2006) entendem que o traço [imperfectivo] é compatível com o traço [ $-$ télico]. Nesses casos, então, não ocorre mudança na classe acional. Exemplos que confirmam essas asserções podem ser vistos em (8).

- (8) a) As crianças estão/estavam empurrando o carrinho.
- b) A empregada está/estava varrendo o chão.
- c) João está/estava nadando.

Assim como para atividades – como atestam as sentenças em (8) – predicados *accomplishment* se combinam bem com o progressivo, já que têm o traço [ $+$ estágios]. Bertucci (2011) afirma que o uso da perífrase progressiva denota que um dos subeventos (isto é, um dos estágios) do predicado de *accomplishment* já começou e que os outros estão em andamento no momento da fala. Isso se observa em (9).

- (9) a) O professor está/estava escrevendo o artigo.
- b) Renato está/estava cantando Faroeste caboclo.
- c) Leonardo da Vinci está/estava pintando Mona Lisa.

Brinton (1995) defende que o emprego do aspecto imperfectivo (para o inglês, o emprego de tempos compostos) provoca a coerção de um predicado télico em um predicado atélico, assim como existe coerção de nomes contáveis em nomes de massa no domínio nominal. Isso acontece porque o emprego do progressivo denota um evento em andamento cujo *telos* não foi atingido e para o qual não há acarretamento semântico (como se viu no paradoxo do imperfectivo). Nesse sentido, as sentenças em (9) estão se comportando como predicados de atividade, dada a moagem que provocou a perda de telicidade.

No que tange a *achievements*, partindo de (10), nota-se que, assim como para os estados, o uso do progressivo provoca comportamentos distintos a depender do predicado.

- (10) a) Airton está/estava vencendo a corrida.
- b) O avião está/estava caindo.
- c) \*João está/estava perdendo o relógio.
- d) \*Ana está/estava percebendo o sumiço da chave.

As sentenças (10a-b) descrevem um evento em andamento, logo [+estágios] e assim como no caso dos *accomplishments*, [-tético], porque não há acarretamento semântico sobre a culminação do evento. Assim, um predicado de *achievement* torna-se (também) uma atividade. Seguindo Brinton (1995), isso se dá porque *-ndo* (no caso, *-ing*) é um recurso “moedor” que transforma, no domínio verbal, predicções téticas em atélicas. Assumindo essa hipótese, é possível dizer que o uso do progressivo não é compatível com as sentenças (10c-d) porque essas predicções verbais não se sujeitam à coerção, como no caso de *\*quebra* no domínio nominal (como mostrado no capítulo 3).

A respeito da perífrase progressiva e seu aspecto imperfectivo, nota-se que o traço de imperfectividade se preserva quando uma nominalização gerundiva é formada. Brinton (1995) já havia atentado para o fato de que, em inglês (língua em que a nominalização em gerúndio é extremamente produtiva), o traço de imperfectividade, seja de inconclusão, seja de processo em andamento, se preserva na forma nominal.

Nesse sentido, é possível observar que isso também ocorre em português, pois *orientando*, *graduando* e *formando* etc. são nominalizações *lato sensu* que carregam um traço de inconclusão ou processo em andamento, isso ocorre porque *orientando* é um estudante a quem ainda se orienta; *graduando* é um estudante que ainda não terminou a graduação e *formando* é um aluno que ainda não se formou. Evidência adicional para essa afirmação é o comum emprego de certos adjetivos, com essas formas nominais, que ressaltam a culminação do evento (de *formar-se*, de *orientar*), tais como *provável formando*, *possível orientando* etc.

Como já discutido, Gamarski (1988) mostrou que algumas propriedades semânticas, como a de iteração – presente em verbos e nos seus respectivos nomes deverbais – são uma evidência para mostrar que o nome derivou do verbo. Desse mesmo modo, o traço [imperfectivo] da perífrase progressiva igualmente se mantém quando uma nominalização gerundiva é formada.

No que tange ao emprego das classes acionais com o aspecto verbal imperfeito do presente, Dowty (1979) já havia chamado a atenção para o fato de que verbos estativos se comportam de uma maneira com relação a esse tempo verbal e não estativos, de outra. Para o primeiro caso, o presente indica a propriedade (permanente ou temporária) de um indivíduo/objeto, como aponta (11); para o último, o presente dispara uma leitura habitual, como em (12).

(11) a) João é/está bombado.

b) Rita tem vinte anos.

c) Totó pertence àquela menina.

d) Joana conhece a história de Harry Potter.

(12) a) João nunca dorme cedo.

b) Rita escreve soneto/sonetos (toda semana).

c) Joana cai da cadeira (sempre que vê o Marcos).

Como mostrado anteriormente, predicados estativos (verdadeiros) não aparecem com perífrase progressiva, então, para Dowty (1979), o emprego do presente simples é aquele que descreve o “presente” para essas predicções. Logo, não ocorre mudança na classe acional. Quanto a não estativos, por outro lado, o uso do presente acarreta em uma leitura habitual, atética, como mostram (12a) e (12c) com advérbios que tipicamente denotam hábitos, tais como *sempre* e *nunca*.

No que diz respeito a (12b), observa-se que a sentença só é possível com leitura habitual, mas para tanto (como mostrado no capítulo 3), é necessário o emprego de um nominal nu, singular ou plural, para disparar a leitura genérica, dada a marginalidade de *Rita escreve um/o soneto*, sem marcação habitual explícita. Assim sendo, uso do presente com predicções não estativas provoca a transformação dessas predicções em atividades.

Finalmente, com relação ao traço [imperfeito] contido no futuro do presente (analítico), Kearns (2000) mostra que há compatibilidade com todas as classes acionais; entretanto, isso provoca alteração na classe acional do predicado a depender do seu aspecto lexical. Os exemplos da autora descrevem esse comportamento com a adjunção de *em x tempo* à predicção, como mostram (13) para estados, (14) para atividades, (15) para *accomplishments* e (16) para *achievements*.

(13) a) Rita vai ter vinte anos em dois meses.

- b) Joana vai conhecer a história de Harry Potter em uma semana.
- (14) a) João vai correr em uma hora.
- b) As crianças vão empurrar o carrinho em quinze minutos.
- (15) a) Rita vai escrever um soneto em um dia.
- b) Renato vai cantar Faroeste caboclo em nove minutos.
- (16) a) O avião vai cair em uma hora.
- b) Ana vai perceber o sumiço da chave em um minuto.

Todas as sentenças anteriores são gramaticais. No caso de (13), *em x tempo* denota o tempo necessário para a mudança de estado, isto é, *ter vinte anos* em (a) e *conhecer a história de Harry Potter* em (b). Quanto a (14) e (16), o adjunto indica quanto tempo há até que o evento tenha início. Finalmente em (15), como observa Kearns (2000), há um comportamento ambíguo: existe a interpretação de que *em x tempo* marca o início do evento e igualmente aquela que aponta quanto tempo é necessário para o atingimento do *telos*.

Constata-se, assim, que estados, atividades, *achievements* e *accomplishments* com a primeira leitura possível apresentada descrevem situações verbais atélicas; logo, ocorre (assim como para os outros tempos [imperfectivo]) uma mudança na classe acional dos *accomplishments* e *achievements*, para atividade (devido à moagem da predicação), porque não há acarretamento semântico que garanta culminação. Por outro lado, no caso da segunda interpretação dos *accomplishments*, *em x tempo* descreve quanto tempo foi necessário para o atingimento do *telos*, portanto, a predicação não muda de classe acional. A ambiguidade, como defende Kearns, é desfeita contextualmente.

#### 4.2. ASPECTO GRAMATICAL E CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES

Na seção anterior, foram mostrados, com relação aos verbos leves, quais são os tipos de restrições oferecidas por cada classe acional no que toca ao emprego de determinado aspecto gramatical; além disso, foram verificadas quais são as consequências que a morfologia flexional dos tempos perfectivos e imperfectivos tem em cada tipo de acionalidade. Sendo assim, o objetivo desta seção é examinar se o comportamento observado para os verbos plenos se reproduz nas CVLs.

No que concerne ao emprego do aspecto perfectivo com as CVLs, da mesma maneira que para os verbos plenos, no capítulo 2, foi utilizada a morfologia de pretérito perfeito, já que, uma vez que ela apresenta o evento/estado como global, torna-se mais

fácil deprender suas propriedades internas. Por essa razão, não é necessário replicar a testagem realizada no segundo capítulo, porque já foi mostrado que no caso das predicções não estativas não ocorre mudança na classe acional. Isso é observado para CVLs de atividade em (17a), de *accomplishment* em (17b) e de *achievement* em (17c).

- (17) a) Ana teve uma conversa com o namorado.
- b) O professor fez o cálculo da raiz quadrada de 144.
- c) Neymar deu um chute na bola.

Quanto às CVLs estativas, mostrou-se que para os verbos plenos, o emprego da morfologia de pretérito perfeito não causa variação na acionalidade; ainda assim ela atribui à predicção uma delimitação arbitrária, como no caso do empacotamento para nomes de massa no domínio nominal. A partir disso, consideram-se CVLs estativas em (18) e (19), testando se há acarretamento semântico de (a) para (b) com *por x tempo*.

- (18) a) Aquela criança teve desejo de passar as férias na Disney por meses.
- b) Aquela criança teve desejo de passar as férias na Disney.
- (19) a) Vovó teve descanso por alguns dias.
- c) Vovó teve descanso.

É verdade que as sentenças em (18) e (19) não parecem muito naturais (isoladas de contexto); ainda assim, é possível afirmar que elas são gramaticais e igualmente que há acarretamento semântico de (a) para (b) com *por x tempo*. Somado a isso, já se mostrou no capítulo 2, que essas CVLs não aparecem no progressivo (o que é uma evidência para incluí-las na classe dos estados). Por essa razão, é possível concluir que a morfologia de pretérito perfeito não desencadeia mudanças no aspecto lexical para os predicados estativos, já que as CVLs dessa classe acional se comportam da mesma maneira que os verbos plenos quanto aos testes propostos.

No tocante ao emprego do aspecto imperfectivo da perífrase progressiva, já se mostrou que ela não aparece com predicados estativos. Quanto aos não estativos, foi observado, no caso dos verbos plenos, que o progressivo transforma qualquer predicção não estativa em um predicado de atividade, já que atua como um recurso morfológico moedor, anulando a telicidade dos *accomplishments* e *achievements*. Para a testagem das CVLs a respeito desse fenômeno, vê-se (20).

- (20) a) A professora está/estava dando um xingo no Joãozinho.  
b) Maria está/estava fazendo a pesquisa do significado de *regurgitar*.  
c) ?? O nadador está/estava dando um salto do trampolim.

Como é possível observar, (20a-b) são bem formadas com o progressivo, com a consequência de que descrevem predicções de atividade; todavia, (20c) é uma sentença não tão boa. Sua marginalidade pode ser explicada pelo fato de que, como já observado, alguns predicados de *achievement* não se sujeitam facilmente à operação de moagem. No caso das CVLs de *achievement* compostas por DSZs de atividade semelfactivas, essa parece ser uma característica geral, já que *O menino está/estava dando um soco/chute/pulo no sofá* são igualmente mal formadas (como *achievement*).

A respeito do uso do presente simples com CVLs, pode-se notar que elas se comportam exatamente como os verbos plenos. Para predicados de estado, como (21a), há uma leitura de uma propriedade/um estado presente; por outro lado, o emprego do tempo presente com predicções não estativas dispara a leitura habitual, porém, essa leitura de hábito contingencia o aparecimento de um DSZ nu, compatível com leitura genérica. Isso pode ser observado em (21b), para CVLs de atividade; em (21c) para CVLs de *accomplishment* e em (21d) para CVLs de *achievement*.

- (21) a) Maria tem desprezo pela ex-namorada de João.  
b) Aquele vereador tem acesso às contas da prefeitura.  
c) Esse jornalista só faz crítica/críticas descabidas.  
d) O menino dá chute/chutes no amiguinho (sempre que ele faz cara feia).

Partindo de (21), conclui-se que o emprego do presente simples transforma qualquer predicado não estativo em atividade. No que tange à classe acional estativa, não há variação no aspecto lexical. Por outro lado, como já esperado pelo que ocorre com verbos plenos, o aspecto imperfectivo mói a predicção verbal e a transforma em um predicado atético.

Finalmente, quanto à análise da intersecção dos dois tipos de aspecto nas CVLs, no que respeita ao aspecto imperfectivo do futuro do presente, veem-se os exemplos em (22). É interessante notar que as CVLs se comportam exatamente da mesma maneira que

os verbos plenos no que tange ao emprego do futuro e do adjunto *em x tempo*, inclusive no que diz respeito à ambiguidade dos *accomplishments*.

- (22) a) Aquela grávida vai ter desejo de comer manga verde em um mês.
- b) Os banqueiros vão dar apoio àquele candidato em uma semana.
- c) Marta vai fazer a busca por petróleo em um mês.
- d) O nadador vai dar um pulo na piscina em cinco minutos.

A sentença em (22a) descreve um estado; a em (22b) apresenta uma atividade; a em (22c) contém um *accomplishment*; a em (22d) mostra um *achievement*. Todas elas são gramaticais com morfologia imperfectiva de futuro do presente. Contudo, no que toca ao emprego de *em x tempo*, assim como ocorreu no caso dos verbos plenos, (22c) tem duas leituras: uma em que *em x tempo* indica o início do evento e outra, na qual o adjunto contabiliza quanto tempo é necessário para a culminação do evento. A primeira interpretação descreve uma atividade, assim como nos casos de (a), (b) e (d); e a segunda, um predicado de *accomplishment*, não havendo alteração no aspecto lexical.

Então, pode-se concluir que verbos plenos e verbos leves (em CVLs) se comportam da mesma maneira quanto ao aspecto gramatical. O aspecto perfectivo não provoca nenhuma alteração na classe acional e o aspecto imperfectivo transforma qualquer predicado não estativo em uma predicação de atividade. Com relação aos estados, eles não ocorrem com perífrase progressiva, mas no caso dos outros tempos verbais imperfectivos, eles não mudam de classe aspectual.

Por essa razão, pode-se concluir que a interseção entre os dois tipos de aspecto não oferece restrições quanto ao lugar de onde advêm as informações lexicais e gramaticais, isto é, se elas vêm da mesma palavra, como em *vendeu*, ou se de duas palavras distintas, como em *fez a venda*.

### 4.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO

No capítulo 4, discorreu-se sobre as propriedades subjacentes ao aspecto gramatical, estabelecendo contraste com as de aspecto lexical. Comentaram-se dois grandes problemas que emergem da discussão sobre aspecto, quais sejam, o de qual é o nível de derivação do predicado que contém as informações aspectuais lexicais e também quais as consequências da interseção entre aspecto lexical e gramatical na caracterização aspectual “final” da predicação.

Em seguida, foram apresentados os tempos verbais que denotam aspecto perfectivo e imperfectivo em português e, posteriormente, discutiu-se o conjunto de propriedades morfológicas e semânticas subjacentes a cada tipo de aspecto verbal. Em seguida, examinaram-se esses comportamentos com verbos plenos do português.

A primeira conclusão foi a de que o aspecto perfectivo aparece com qualquer classe acional sem trazer consequências para o aspecto lexical da predicação; como já mostrado na literatura, ele se combina bem com predicados [+télico], mas no caso dos que têm o traço [-télico], a morfologia de pretérito perfeito atua como um dispositivo empacotador, delimitando arbitrariamente a predicação verbal.

Quanto ao aspecto imperfectivo, mostrou-se que ele não desencadeia variação na acionalidade para predicados de estado, nem no presente simples nem no futuro do presente; no tocante ao progressivo, a classe acional estativa não aparece com esse tempo. Diferentemente, para as predicções não estativas, qualquer tempo verbal de aspecto imperfectivo transforma um predicado não estativo em um predicado de atividade, porque o aspecto imperfectivo atua como um dispositivo moedor, anulando o traço [+télico] dos eventos; portanto, somente no caso das atividades, não há mudança no aspecto lexical.

Duas exceções a essa generalização são: (i) alguns predicados de *achievement* não se combinam com a perífrase progressiva, o que pode ser explicado pelo fato de serem predicados que não se sujeitam a coerção (assim como existem exemplos no domínio nominal); (ii) o emprego do futuro do presente com *em x tempo*, no caso dos *accomplishments*, avanta a possibilidade de duas leituras e, para uma delas, não há mudança na classe acional. Ademais, a respeito do aspecto imperfectivo, foi mostrado que ele é uma propriedade verbal que se preserva no processo de nominalização, mais especificamente quando um nome é formado a partir de uma forma de gerúndio.

Finalmente, as propriedades depreendidas para os verbos plenos no que concerne ao aspecto gramatical foram verificadas nas CVLs e foi possível constatar que as CVLs se comportam exatamente como os verbos plenos, inclusive com relação às duas exceções à generalização sobre o emprego do aspecto imperfectivo.

## CONCLUSÃO

Este trabalho analisou o comportamento das propriedades aspectuais das predicções verbais nas suas três formas de expressão, a saber, verbo pleno, nome deverbal e construção com verbo leve. Este estudo se deteve somente nos nomes deverbais formados por sufixação zero a partir de formas verbais conjugadas e, de construções com verbos leves que as empregassem. Para tanto, foi necessário investigar uma série de fatores linguísticos que são fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos.

No âmbito dos processos de formação de palavras, este estudo concluiu que a caracterização morfológica da tradicional derivação regressiva mais coerente e que enseja um maior número de generalizações é aquela que a entende como uma derivação por sufixação zero e isso se deve a várias razões. Primeiramente porque ao postular que a operação morfológica que forma nomes como *fala*, *passa* e *grito* é uma sufixação, ganha-se em generalização ao ser possível afirmar que qualquer nome deverbal em português é formado mediante acréscimo de um sufixo, nesse caso, um sufixo Ø.

Em segundo lugar, porque assumir que esses nomes são formados a partir de formas verbais conjugadas (da primeira pessoa do indicativo ou primeira/terceira do subjuntivo) diminui a imprevisibilidade de qual vogal temática nominal aparece no nome deverbal. Além disso, hipotetizar que o sufixo Ø é desencadeador de algumas operações fonológicas, tais como ditongação, abertura da vogal tônica e mudança de acento, no que tange à transformação de formas verbais conjugadas em nomes, aumenta o seu alcance explanatório já que esses fenômenos fonológicos ocorrem também em outros contextos da língua.

Ademais, entender que o processo em questão diz respeito à formação de nomes a partir de formas verbais tem a vantagem de contemplar, através da mesma operação morfológica, a formação de nomes deverbais que derivam de outras formas verbais, a saber, infinitivo, gerúndio e particípio; inclusive pelo fato de que essas formas verbais compartilham de outras propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas, tais como a imprevisibilidade da forma, a possibilidade de constituírem nominalizações *lato* e *stricto sensu* e de figurarem em construções com verbos leves – apresentando ou não uma paráfrase correspondente a um verbo pleno.

Finalmente, determinar a direção do processo de formação, qual seja, a de que verbos formam nomes, explica por que certas propriedades eminentemente verbais aparecem em alguns nomes, mas não em outros; assim sendo, concluiu-se que um nome

é derivado do verbo quando apresenta, pelo menos, uma leitura verbal, podendo apresentar também uma leitura nominal.

No que tange ao aspecto lexical, este estudo chegou à conclusão de que as propriedades semânticas de acionalidade se preservam quando um verbo se transforma em um nome por meio da adição de um sufixo Ø. Isso constitui evidência adicional para assegurar a direção do processo de formação. No entanto, no que concerne ao aparecimento desses nomes deverbais em construções com verbos leves, obteve-se um comportamento pouco homogêneo no tocante à variação/preservação da classe acional.

Foi mostrado que construções que empregam nomes derivados da classe aspectual dos estados e dos *accomplishments* não sofrem mudança na acionalidade. Quanto àquelas que empregam nomes de *achievement*, elas transformam-nos em predicados de *accomplishment*. A respeito das atividades, no caso de predicções semelfactivas, o aparecimento em construções com verbos leves provoca sua mudança de classe acional para *achievements*; com relação às atividades não semelfactivas, elas continuam descrevendo atividades.

Mostrou-se, ainda, que o verbo leve não desempenha nenhum papel ativo na mudança da acionalidade, ainda assim, esses verbos revelaram preferências quanto à classe acional com que se combinam: o verbo *dar* é exclusivo das atividades; o verbo *fazer* só ocorre com predicados [+télico] – *accomplishments* e *achievements* – e o verbo *ter* só aparece com predicções atélicas, estados e atividades.

No que toca ao papel que o determinante desempenha na caracterização do aspecto lexical, este estudo revelou que determinantes não se combinam bem com construções estativas; quanto a *um/uma*, foi mostrado que eles não provocam mudança na classe acional em que aparecem; por outro lado *o/a* transforma qualquer predicado que o empregue em um *accomplishment*. A respeito de *uns/umas*, não há variação na acionalidade para as construções em que ele ocorre, com exceção daquelas de *achievement* – formadas a partir de nomes derivados de verbos semelfactivos; nesses casos, o determinante plural, torna-as predicados de atividade.

No caso de *os/as*, não há mudança na classe acional das atividades e dos *accomplishments*; entretanto, predicados de *achievement* passam a descrever *accomplishments*. Com relação aos nominais nus, eles são (no singular) compatíveis com nomes estativos e não provocam, para estes, mudança no aspecto lexical. Diferentemente, para qualquer predicado não estativo, há a transformação em uma predicção de atividade, com leitura genérica.

A respeito da qualidade massa/contável dos nomes deverbais, este estudo corroborou o tradicional paralelismo encontrado na literatura de que predicados atélicos formam nomes de massa e predicados télicos formam nomes contáveis. Foi mostrado que nomes de massa estão sujeitos à operação de empacotamento assim como nomes contáveis são passíveis de coerção por moagem.

No que toca ao empacotamento, contudo, mostrou-se que ele é um processo mais irregular do que a moagem e pode desencadear dois tipos de leitura: a de limites indeterminados – que insere uma delimitação arbitrária espacial ou temporal à predicação verbal expressa pelo nome – ou a leitura de *tipos* – que dispara uma interpretação de continência, de hiponímia para o nome que sofreu a coerção.

No que respeita ao aspecto gramatical, este estudo chegou à conclusão de que o aspecto perfectivo não provoca mudanças na classe acional do predicado que aparece em uma forma perfectiva. No caso de predicções atélicas, ele atua como um dispositivo empacotador, no domínio verbal. Por outro lado, o aspecto imperfectivo não provoca variação na classe acional dos predicados atélicos, estado e atividades (com a ressalva de que predicções estativas não ocorrem com progressivo). Quanto a *accomplishments* e *achievements*, o aspecto [imperfectivo] se comporta como um recurso moedor, do domínio verbal, tornando-os predicados em atividades (com exceção de alguns *achievements* que não se submetem à coerção).

Por fim, esta pesquisa concluiu que a caracterização aspectual “final” do predicado é resultado da intersecção de vários níveis, quais sejam, do significado lexical do verbo, do objeto desse mesmo verbo, do determinante empregado e também da morfologia flexional. Ademais, este estudo apontou direções para fenômenos que merecem ser mais bem explorados e outros ainda que precisam ser descobertos.

## REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Margarida. **Estruturas lexicais da língua portuguesa: uma abordagem gerativa**. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. Construções morfológicas e construções lexicais: expressões V SN com dar e fazer. In: CONGRESSO DE LETRAS, SG, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

BASSO, Renato Miguel. **A semântica das relações anafóricas entre eventos**. 2009. 236f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_; ILARI, Rodolfo. Estativos e suas características. **Revista brasileira de linguística aplicada**. Belo Horizonte. v. 4. n. 1. p. 15-26. 2004.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERTUCCI, Roberlei Alves. **Uma análise semântica para verbos aspectuais no português brasileiro**. 2011. 202f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Eventualidades e nominais nus: da estrutura à operação aspectual. In: PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; MEZARI, Meiry Peruchi (Orgs.). **Nominais nus: uma olhar através das línguas**. Campinas: Mercado das Letras. p. 121-147. 2012.

BRINTON, Laurel J. The Aktionsart of deverbal nouns in English. In: BERTINETTO, Pier Marco; BIANCHI, Valentina; HIGGINBOTHAM, James; SQUARTINI, Mario (Eds.). **Temporal reference, aspect and acionality**. Tormo: Rosenberg & Sellier. p. 27-45. 1995.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CARLSON, Gregory Norman. **Reference to kinds in English**. 1977. 507f. Tese (Ph.D. em Linguística) – Universidade de Massachusetts, Massachusetts.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- COSTA, Sônia Bastos Borba. **O aspecto em português**. São Paulo: Contexto, 1990.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.
- DAVEL, Alzira da Penha Costa. **Um estudo sobre o verbo-suporte na construção dar + SN**. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- DOWTY, David R. **Word meaning and Montague grammar: the semantics of verbs and times in generative semantics and in Montague's PTQ**. Dordrecht: Kluwer, 1979.
- FREITAS, Horácio Rolim de. **Princípios de morfologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- GAMARSKI, Léa. **A derivação regressiva: um estudo da produtividade lexical em português**. Goiânia: UFG, 1988.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português**. São Paulo: Contexto, 2011.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. **Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica**. Rio de Janeiro: Elseveir, 2007.
- IFILL, Tim. **Seeking the nature of idioms: a study in idiomatic structure**. Haverford College. 2002.
- ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português**. São Paulo: Contexto, 1997.
- KEARNS, Kate. **Semantics**. London: Palgrave MacMillan, 2000.
- KHEDI, Valter. **Formação das palavras em português**. São Paulo: Ática, 1992.
- LOBATO, Lúcia. A derivação regressiva em português: conceituação e tratamento gerativo. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias (Orgs.). **Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 205-230. 1995.
- LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 15. ed. São Paulo: Globo, 2002.

- LYONS, Christopher. **Definiteness**. Cambridge: Cambridge University, 1999.
- MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Aspecto e estrutura de evento nas nominalizações do português do Brasil: revendo o caso das nominalizações em -ada. **Letras de hoje**. Curitiba. n. 81. p. 99-122. 2010.
- MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- PELLETIER, Francis Jeffry. Mass terms: a philosophical introduction. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **Kinds, things, and stuff: mass, terms and generics**. Oxford: Oxford University. p. 123-131. 2009.
- RESENDE, Maurício Sartori. Nominalizações deverbais: um estudo sobre acionalidade. IN: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS EM LINGUAGEM, 1., 2015, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2015.
- ROCHA, Luiz Carlos Assis. **Estruturas morfológicas do português**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- \_\_\_\_\_. A nominalização no português do Brasil. **Estudos linguísticos**. Belo Horizonte. v. 8. n. 1. p. 5-51. jan./jul. 1999.
- SANDMANN, Antônio José. **Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo**. Curitiba: UFPR, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.
- SCHER, Ana Paula. Quais são as propriedades lexicais de uma construção com verbo leve?. In: MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Vailati; FOLTRAN, Maria José (Orgs.). **Semântica formal**. São Paulo: Contexto. p. 205-220. 2003.
- \_\_\_\_\_. Nominalizações em -ada em construções com o verbo leve dar em português brasileiro. **Letras de hoje**. Porto Alegre. v. 41. n. 1. p. 29-48. 2006.
- SPENCER, Andrew. **Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar**. Cambridge: Blackwell, 1991.
- VENDLER, Zeno. Verbs and times. In: \_\_\_\_\_. **Linguistics in philosophy**. Ithaca: Cornell University, p. 97-121. 1967.

VIOTTI, Evani. A composicionalidade de sentenças com o verbo ter. In: MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Vailati; FOLTRAN, Maria José (Orgs.). **Semântica formal**. São Paulo: Contexto. p. 221-241. 2003.

WACHOWICZ, Tereza Cristina. Telicidade e classes aspectuais. **Revista do GEL**. São José do Rio Preto. v. 5. n. 1. p. 57-68. 2008.

\_\_\_\_\_; FOLTRAN, Maria José Gnatta Dalcuchue. Sobre a noção de aspecto. **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas. v. 2. n. 48. p. 211-232. 2006.